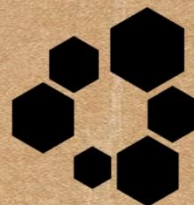


PPGPROCIDADE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM PROJETO E CIDADE

FAV

FACULDADE DE
ARTES VISUAIS



UFG

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS

Outras Escritas Urbanas:

O (In)visível Como Observador.

Rafael Tavares dos Santos Almeida

GOIÂNIA

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ARTES VISUAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☒ Dissertação ☐ Tese ☐ Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Rafael Tavares dos Santos Almeida

3. Título do trabalho

OUTRAS ESCRITAS URBANAS: O (IN)VISÍVEL COMO OBSERVADOR

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Camilo Vladimir De Lima Amaral, Professor do Magistério Superior**, em 06/07/2023, às 04:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Tavares Dos Santos Almeida, Discente**, em 06/07/2023, às 09:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3863677** e o código CRC **58F4A2EB**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADES DE ARTES VISUAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROJETO E CIDADE

RAFAEL TAVARES DOS SANTOS ALMEIDA

**OUTRAS ESCRITAS URBANAS:
O (IN)VISÍVEL COMO OBSERVADOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Projeto e Cidade da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Projeto, Teoria, História e Crítica

Orientador: Prof. Dr. Camilo Vladimir de Lima Amaral.

GOIÂNIA
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Almeida, Rafael Tavares dos Santos
Outras Escritas Urbanas [manuscrito] : O (In)visível como
Observador / Rafael Tavares dos Santos Almeida. - 2023.
clxxi, 171 f.: il.

Orientador: Prof. Camilo Vladimir de Lima Amaral.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Artes Visuais (FAV), Programa de Pós-graduação em
Projeto e Cidade, Goiânia, 2023.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, gráfico, tabelas,
lista de figuras, lista de tabelas.

1. invisíveis. 2. cidade. 3. contra-taxonomia. 4. população de rua. 5.
quebrada. I. Amaral, Camilo Vladimir de Lima, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE ARTES VISUAIS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **013/2023** da sessão de Defesa de Dissertação de **Rafael Tavares dos Santos Almeida**, que confere o título de Mestre em **Projeto e Cidade**, na área de concentração em **Projeto, Teoria, História e Crítica**.

Aos **dezenove de maio de dois mil e vinte e três**, a partir das **quatorze horas**, no **auditório da Faculdade de Artes Visuais da UFG**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **“OUTRAS ESCRITAS URBANAS: O (IN)VISÍVEL COMO OBSERVADOR”**. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor **Camilo Vladimir de Lima Amaral (FAV/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor **Fábio Ozias Zuker (PIRS/Princeton University)**, membro titular externo, cuja participação ocorreu através de **videoconferência**; Professor Doutor **Bráulio Vinícius Ferreira (FAV/UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho, apontaram para pequenas revisões na escrita, e pontuaram o potencial para o desenvolvimento futuro da pesquisa centrando nas questões do campo. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor **Camilo Vladimir de Lima Amaral**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos **dezenove de maio de dois mil e vinte e três**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Bráulio Vinicius Ferreira, Professor do Magistério Superior**, em 12/07/2023, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Ozias Zuker, Usuário Externo**, em 17/07/2023, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camilo Vladimir De Lima Amaral, Professor do Magistério Superior**, em 18/07/2023, às 09:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3885438** e o código CRC **05F67259**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os que compartilharam comigo esses momentos de fertilidade, mas também de muita angústia e apreensão. Alguns agradecimentos especiais:

Agradeço à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo período em que financiou os meus estudos.

Agradeço à Universidade Federal de Goiás (UFG), instituição pública, gratuita e de qualidade, pela oportunidade de me aceitar em seu quadro de pesquisadores. Assim como ao programa de pós-graduação em Projeto e Cidade da UFG, pela rica experiência disponibilizada nesses últimos dois anos.

Devo reconhecer o acompanhamento e orientação do professor Camilo Vladimir de Lima Amaral, que permitiu total autonomia e liberdade no exercício da reflexão crítica, na busca por uma outra cidade que foi encontrada na nudez das ruas.

Agradeço, ainda, aos demais docentes do Programa de Pós Graduação em Projeto e Cidade da UFG, com destaque à Adriana Mara Vaz De Oliveira, Christine Ramos Mahler, Eline Maria Mora Pereira Caixeta, Fernando Antônio Oliveira Mello e Wagner De Souza Rezende, tanto como instigadores à pesquisa quanto da realização dos créditos acadêmicos e ainda pelas conversas de corredor que, na indisponibilidade de ocorrer presencialmente devido ao período pandêmico, ocorreram em ambientes virtuais.

Aos membros da banca, professores Bráulio Vinícius Ferreira, Fabio Zuker e Maria Ester, pelo prestígio e paciência na leitura e avaliação do trabalho.

No mesmo sentido, estimo a oportunidade interdisciplinar concedida através dos professores Myrna de Arruda Nascimento, Christian Dunker, Miriam Debieux Rosa, Cláudia Maria Perrone e Rose Gurski, respectivamente, membros dos programas de pós-graduação dos cursos de Arquitetura e Psicologia das Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Gostaria de expressar minha gratidão ao professor Tadeu Arraes e ao Mestre Lenine Bueno pela leitura atenciosa deste trabalho, pelas correções realizadas e pelo tempo dedicado a ele. Gostaria de agradecer pela colaboração e apoio que vocês me proporcionaram em outras iniciativas, bem como na luta por uma cidade mais justa e humana.

Aos demais amigos e colegas de mestrado, com ênfase nos companheiros de orientação, de angústias e de copo. Gostaria de expressar a minha gratidão a todos os servidores da secretaria da Faculdade de Artes Visuais (FAV), que foram extremamente prestativos e atenciosos durante a minha estadia.

Gostaria de expressar minha gratidão especial a Denisar de Oliveira, sua mãe Ju e Raimundo, que me acompanharam durante minhas caminhadas e jornadas junto à população em situação de rua. Eles não só me apresentaram novas palavras e expressões, como também me inspiraram com sua esperança e força, apesar de todas as adversidades que enfrentam. Essas pessoas, agora, são mais do que simples conhecidos, são pessoas que posso chamar de amigos.

Aos meus pais, Wagner Rogério de Almeida e Marilene Tavares dos Santos de Almeida, assim como ao meu irmão, Guilherme Tavares dos Santos de Almeida. Também gostaria de agradecer imensamente à Terezinha do Carmo Nogueira e Miron César por seu apoio incondicional, seus ouvidos atentos, suas leituras e por estarem sempre ali por perto para me ajudar em tudo o que precisei.

À Camila, companheira de derivas, de viagens, de retornos, de conversas, que foi também a minha âncora, o meu farol e o meu porto seguro nesse mar agitado que foi o período de escrita dessa dissertação, assim como em todos os nossos outros momentos juntos. À Maitê Rosa, minha filha, que me concedeu a honra de ser chamado de pai. Foi para e por vocês que esse trabalho existe.

RESUMO

Essa dissertação tem como objetivo investigar relações entre a população de rua e a cidade, com um enfoque na invisibilidade social que envolve tais indivíduos. É importante destacar que muitas pessoas se encontram em situação de desabrigo, formando um contingente crescente de indivíduos vulneráveis que sofrem as consequências da produção e reprodução da vida dentro e fora do sistema capitalista. A invisibilidade social é um fenômeno que surge em virtude das relações fetichistas e reificantes que colocam a mercadoria como algo supremo, o que obscurece a realidade dos indivíduos. No entanto, esse cenário é paradoxal, pois o termo "invisível" sugere algo ou alguém que não é visto, o que diverge da alta visibilidade dos indivíduos vulneráveis que são encontrados diariamente. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é explorar o universo da invisibilidade social e compreender como ocorre o apagamento intersubjetivo compartilhado coletivamente na cidade. Para alcançar esse objetivo, adota-se uma abordagem qualitativa com fundamentos teóricos e metodológicos na abordagem etnometodológica. São utilizadas duas ferramentas criadas a partir da etnometodologia: a escuta *flâneur*, como método de pesquisa, e a contra-taxonomia, como apresentação dos resultados. A escuta *flâneur* consiste em ouvir as histórias das pessoas em situação de desabrigo, em encontros aleatórios, de modo a focar na população de rua que habita a cidade de Goiânia. Com base na análise da invisibilidade social, propõe-se uma exploração dos campos cegos da cidade ao identificar as diferentes características de personagens e espaços, suas aberturas, suas representações, seus limites e possibilidades, entendendo-os como campos cegos da cidade, onde alternativas outras se instalam. Para isso, a construção de uma contra-taxonomia é essencial - um movimento dedutivo inverso -, uma que nomeie alguns tipos de invisibilidade para que depois de nomeá-las, seja possível identificar características e semelhanças que se apliquem aos invisíveis. Além disso, pretende-se analisar o agenciamento promovido por esses espaços e refletir até que ponto eles se configuram como arquiteturas contra hegemônicas e alternativas para habitar. A perspectiva desta dissertação parte de uma desconstrução dos campos cegos da fenomenologia hegemônica, o que permite uma análise sobre o não visto e considera as experiências subjetivas desses sujeitos invisibilizados em seu mundo vivido e partilhado entre si, bem como os significados que eles atribuem às suas vivências ligadas à cidade. É importante ressaltar que tanto a cidade quanto a modernidade produzem uma sociedade do desaparecimento, de modo que não apenas desaparece com o corpo concreto, que deixa seu rastro pela cidade, mas vai além, e o substitui por aquilo que se faz ser visto. Com isso, essa pesquisa busca contribuir para a compreensão das relações entre a população de rua e a cidade, bem como para o debate mais amplo sobre a invisibilidade social e suas implicações na contemporaneidade.

Palavras-chave: invisíveis; cidade; contra-taxonomia; população de rua; quebrada

ABSTRACT

This dissertation aims to investigate the relationship between the homeless population and the city, with a focus on the social invisibility that surrounds these individuals. It is important to highlight that many people are experiencing homelessness, forming a growing contingent of vulnerable individuals who suffer the consequences of life production and reproduction within and outside the capitalist system. Social invisibility is a phenomenon that arises due to fetishistic and reifying relationships that place commodities as supreme, which obscures the reality of individuals. However, this scenario is paradoxical because the term "invisible" suggests something or someone that is not seen, which diverges from the high visibility of vulnerable individuals who are encountered daily. In this sense, the objective of this work is to explore the realm of social invisibility and understand how collective intersubjective erasure occurs in the city. To achieve this objective, a qualitative approach is adopted with theoretical and methodological foundations in ethnomethodology. Two tools created from ethnomethodology are used: flâneur listening as a research method and counter-taxonomy as a presentation of the results. Flâneur listening consists of listening to the stories of people experiencing homelessness in random encounters, focusing on the homeless population residing in the city of Goiânia. Based on the analysis of social invisibility, an exploration of the city's blind spots is proposed by identifying different characteristics of characters and spaces, their openings, their representations, their limits, and possibilities, understanding them as blind spots of the city where alternative possibilities take hold. To accomplish this, the construction of a counter-taxonomy is essential - an inverse deductive movement - one that names certain types of invisibility so that after naming them, it becomes possible to identify characteristics and similarities that apply to the invisible. Additionally, the intention is to analyze the agency promoted by these spaces and reflect on the extent to which they constitute counter-hegemonic architectures and alternatives for inhabiting. The perspective of this dissertation departs from a deconstruction of the blind spots of hegemonic phenomenology, allowing an analysis of the unseen and considering the subjective experiences of these invisibilized subjects in their lived and shared world, as well as the meanings they attribute to their experiences related to the city. It is important to emphasize that both the city and modernity produce a society of disappearance, where not only does the concrete body vanish, leaving traces throughout the city, but it goes further and replaces it with that which is made to be seen. Thus, this research seeks to contribute to the understanding of the relationship between the homeless population and the city, as well as the broader debate on social invisibility and its implications in contemporaneity.

Keywords: invisible; city; counter-taxonomy; homeless; quebrada

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mecanismo de Busca do CADÚNICO.....	31
Figura 2 - ZARA HOME.....	48
Figura 3 - Invisíveis em uma praça	79
Figura 4 - Instalação hidráulica no centro da cidade.....	80
Figura 5 - Pesquisador não permitido.....	82
Figura 6 - Ponto de Ônibus Av. Goiás	87
Figura 7 - Carrinho de coleta de recicláveis.....	88
Figura 8 - linha 002 linha 014	94
Figura 9 - Linha 117 - Eixo Anhanguera T. Pe. Pelágio / T. Novo Mundo	95
Figura 10 - Residência em Goiânia ocupada como mocó.....	121
Figura 11 - Regras em pixações	123
Figura 12 - Exterior das ruínas da sede do Instituto de Arquitetos do Brasil – Goiás	125
Figura 13 - Apropriação do interior das ruínas da sede do Instituto de Arquitetos do Brasil – Goiás.....	126
Figura 14 - Ocupação invisível de um antigo hospital.....	127
Figura 15 - Apropriação de rua como morada em Goiânia — Colchão.....	129
Figura 16 - Apropriação de rua como morada em Goiânia [Casa da árvore].....	130
Figura 17 - Corpo barricada	131
Figura 18 - Catadora de materiais recicláveis	133
Figura 19 - Um grande amontoado de metal retorcido, cimento e lama.	142
Figura 20 - Estrutura parcialmente destruída	143

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Área de influência da população de rua no Estado de Goiás	30
Gráfico 2 - CADÚNICO - crescimento da população de rua no Estado de Goiás	31
Gráfico 3 - Recorte gênero população de rua - Goiânia	32
Gráfico 4 - Recorte etário população de rua - Goiânia	33
Gráfico 5 - Escolaridade população de rua - Goiânia	34
Gráfico 6 - Situação financeira população de rua - Goiânia	35
Gráfico 7 - Número de pessoas cadastradas no Programa Auxílio Brasil [PAB]	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantitativo de identificação de cor ou raça - Goiânia	33
--	----

SUMÁRIO

RESUMO	8
ABSTRACT	9
PRELÚDIO.....	11
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - O (IN)VISÍVEL.....	26
1.1 – POPULAÇÃO DE RUA*	26
1.1.1 - População de Rua – Goiânia	29
1.1.2 - Quem são? Gênero – Raça – Idade - Escolaridade	32
1.1.3 - Situação econômica	35
1.2 - Fragmentos de uma escavação sobre a invisibilidade.....	39
1.3 - A mercadoria que invisibiliza os sujeitos	48
1.3.1 - A mercadoria.....	50
1.3.2 – Feitiçaria Capitalista.....	57
CAPÍTULO 2 - O CAMINHO <i>FLÂNEUR</i> E O (IN)VISÍVEL	65
2.1 - METODOLOGIA	65
2.1.1 - O Procedimento Etnometodológico	65
2.1.2 - A Prática de um Devir <i>Flâneur</i> : Escuta <i>Flâneur</i> e Observação Flutuante: experimentos	70
2.2 – APLICABILIDADE METODOLÓGICA	76
2.2.1 - Procedimentos éticos	76
2.2.2 – A aproximação com a população de rua	77
2.3 - VIRGÍLIO – UMA VIDA QUE NÃO SE CONTA	85
2.3.1 - Os encontros com o sujeito invisível	85
2.3.2 - O prenúncio de uma vida nua	89
2.3.3 - O caixão de papelão velho	91
2.3.4 – A cidade como <i>Selva Selvaggia</i>	92
2.3.5 - Parque Oeste Industrial num sobrevoo	97
2.3.6 – Torpor.....	100
2.3.7 – Reconhecimento	101
CAPÍTULO 3 – OUTRAS ESCRITAS URBANAS: CONTRA-TAXONOMIAS SOBRE A CIDADE NA PERSPECTIVA DOS (IN)VISÍVEIS	104
3.1 – CONTRA-TAXONOMIA	106
3.2 – DEVIR “QUEBRADA”	112
3.3 – QUANDO AS RUAS REINVENTAM O CAMINHO, OU DE BARRICAS CONTRA MÁQUINAS COLONIAIS.....	115
3.4 – “QUEBRADAS”: AS NOVAS BARRICADAS.....	119
3.4.1 - Mocó — biqueira / quimbira.....	121
3.4.2 - Espaço favela	125
3.4.3 – O corpo barricada	129
3.4.3.1 Trecheiros.....	133

3.4.3.2 Petrificantes	136
(IN)CONCLUSÕES FINAIS – OUTRAS ESCRITAS URBANAS	141
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	150
ANEXOS	157
Anexo A	158
Anexo B	162
APÊNDICE	167
Apêndice A.....	168

PRELÚDIO

Acredito que todos os trabalhos tenham uma motivação inicial que se confunde, um pouco ou totalmente, com a nossa história de vida. Por isso, resolvo compartilhar a história que me motiva a escrever esta dissertação de mestrado.

Devido à tentativa de reestruturar o Sindicato de Arquitetos de Goiás, fui convidado pela Federação Nacional de Arquitetos (FNA) a participar do 43º Encontro Nacional de Sindicatos de Arquitetura e Urbanismo (ENSA) em 2019, na cidade de Salvador, Bahia. Na noite de 29 de novembro, saímos do evento e decidimos caminhar pela cidade para "turistar". Como arquiteto e urbanista, formado há 15 anos, essa foi uma oportunidade interessante de voltar a Salvador. Na companhia de cinco ou seis colegas, partimos do hotel Orla de Ondina, onde ocorria o ENSA e onde, também, estávamos hospedados, em direção ao Pelourinho. Descemos próximo à Fundação Casa Jorge Amado e nos dirigimos ao Largo Terreiro de Jesus, em busca de um lugar para jantar e ver outros pontos turísticos.

Em uma espécie de deriva pelas ruas de Salvador, nosso grupo passou por diversos pontos de interesse histórico e arquitetônico. Em determinado momento, em frente ao chafariz da Praça da Sé, coloquei minhas mãos nos bolsos e fui interpelado por uma voz feminina: "Não precisa colocar a mão no bolso, eu não vou te roubar!" Sem entender, continuei a caminhar com os demais do grupo. Foi então que, de forma mais agressiva, ouvi a mesma voz bradar agora parada na minha frente: "Tire as mãos do bolso, eu não vou te roubar!". Meio sem entender o que estava acontecendo, disse a ela: "Desculpe, mas não vi você". A mulher que havia me confrontado se dirigiu à única mulher em nosso grupo, levantou a blusa e, com os seios à mostra, apertou a mama que esguichou leite no rosto de nossa colega. Atordoados e sem entender o que havia acontecido, voltamos para o hotel em silêncio.

Essa experiência pode ser entendida como aquilo que Suely Rolnik (1993) nomeia como "Marca". Essa marca é o que gera uma ruptura em nosso ser de forma violenta, forçando-nos a nos transformar em um novo ser, o que nos torna outro, muda a maneira de agir, pensar e sentir, entre outras coisas. Então, estados inéditos são produzidos em nosso corpo, como se desgrudasse a pele da carne ou nos tirasse do casulo, criando um novo corpo. A marca cria uma espécie de ressonância que pode ser reativada quando encontra um ambiente que a reverbere. Essa dialética de ressonância, ecos de uma vivência e novas conexões é o que gera um sentimento de desassossego.

Para Žižek, essa ação também pode ser identificada como acontecimento, compreendido aqui como “algo chocante, fora do normal, que parece acontecer subitamente e que interrompe o fluxo natural das coisas; algo que surge aparentemente a partir do nada, sem causas discerníveis, uma manifestação destituída de algo sólido como alicerce” (ZIZEK, 2017, p. 8). Assim, o acontecimento não é uma mera causalidade do cotidiano, mas uma tensão que rompe com a antiga experiência da realidade.

A situação que vivenciei em Salvador me provocou um profundo desconforto. Isso, porque ao perceber que, apesar de estar em um espaço público e compartilhar do mesmo campo de visão, um grupo de arquitetos não foi capaz de enxergar uma pessoa em situação de rua. Esse evento despertou em mim o desejo de buscar respostas por meio dessa pesquisa de mestrado, a fim de investigar as relações entre a população de rua e a cidade.

*As cidades podem mudar
Mas você não pode mudar.
As pedras, tratamos de persuadi-las
Mas você queremos matar
Você não tem de viver.
Das mentiras em que sempre haveremos de
acreditar:
Você não pode ter existido.*

(Bertolt Brecht, 2017, p. 28)

INTRODUÇÃO

As cenas que serão apresentadas a seguir foram observadas durante deslocamentos realizados na cidade de Goiânia no ano de 2022, e poderiam ser facilmente encontradas em outras diversas cidades brasileiras naquele mesmo período. Infelizmente, essa é uma realidade cada vez mais presente no país, marcada pelo aumento do número de pessoas em situação de rua, agravada pela crise financeira mundial e pela pandemia do COVID-19. Essas imagens, ilustram de forma contundente a pobreza e a exclusão social que afetam muitos indivíduos em Goiânia e em outras localidades do Brasil.

Cena 1: São cerca de 5h da madrugada do dia 21 de junho. Goiânia é uma cidade ainda adormecida. O trânsito de veículos começa a se movimentar, como algo a se espreguiçar. O comércio inicia seu funcionamento, a começar pelos postos de combustível. Em seguida, pode-se observar os ambulantes, vendedores de lanches, com suas caixas de isopor, dirigindo-se para seus pontos de vendas. As portas dos outros estabelecimentos permanecem fechadas, pois ainda faltam cerca de duas horas para que os primeiros funcionários cheguem ao trabalho.

Na Avenida Independência, entre a Avenida Contorno e a Rua 68, mais de cem pessoas — adultos, crianças e idosos — estão nas calçadas, de modo que iniciam um despertar antecipado. Alguns permanecem deitados, outros sentam-se em pedaços de papelão. Há um sofá na calçada onde duas pessoas ainda resistem e continuam a dormir. Uma mulher recolhe seus pertences — sapatos enrolados no cobertor *sapeca negrinho*, que serviu como travesseiro, uma blusa de frio — e os organiza em seu carrinho de coleta de materiais recicláveis.

Para a maioria dos cidadãos, acordar abruptamente após uma noite cansativa é uma situação difícil. Para muitos ali, é apenas um reinício cruel de outro dia ruim.

Cena 2: Na Praça Joaquim Lúcio, localizada no bairro de Campinas, o relógio marca 11h30 de uma manhã ensolarada de 4 de julho. Em um fogão a lenha improvisado com tijolos de barro e uma grelha feita com arames amarrados, duas panelas cozinham um guisado com doações recolhidas na vizinhança. O fogo crepita entre galhos secos e pedaços de carvão.

Em frente ao coreto, alguns colchões estão no chão ao lado de uma mala com roupas e alguns itens de higiene pessoal, como perfumes, escovas de dentes e sabonetes. Em outras partes da praça, há camas improvisadas, algumas de espuma, outras de papelão. Bancos da praça também são usados como lugar para dormir. Carrinhos de coleta de materiais recicláveis

também fazem parte da paisagem.

Cerca de vinte pessoas estão na praça, principalmente homens jovens. As atividades são variadas: alguns estão deitados, outros cuidam do preparo do almoço, um casal alimenta seus cães de estimação, outro toma banho utilizando água de um registro público e um pote de sorvete descartável. Também há aqueles que parecem estar anestesiados, perambulando pela praça, talvez por causa de drogas lícitas ou ilícitas. As pessoas que passam pelo entorno parecem desconfiadas e até mesmo assustadas.

Cena 3: Tarde do dia 5 de julho. O céu está limpo, em um tom de azul-claro, sem nenhuma nuvem. O ar é pesado e seco, e o termômetro marca 29°C. Ao deslocar-se de carro pela cidade, é possível avistar várias pessoas distribuídas em cruzamentos, calçadas e sinais de trânsito. Muitas delas seguram espécies de placas feitas a partir de embalagens de eletrodomésticos, pedaços de papelão e fundo de caixa de isopor. Essas placas são colocadas sobre o peito, levantadas sobre a cabeça ou ainda entre as pernas enquanto aguardam as paradas dos carros. Há também papéis dobrados colocados sobre o retrovisor, em um momento de circulação entre os carros aproveitando o sinal fechado. Nestes é possível ler: "TENHO FOME"; "PRECISO DE AJUDA, FUI DESPEJADA, TENHO 3 CRIANÇAS"; "ME AJUDE A COMPRAR CESTA BÁSICA"; "POR FAVOR, A FOME DÓI, AJUDE-ME A ALIMENTAR MEUS FILHOS. AMÉM. SEJA BEM-VINDO. DEUS É FIEL". Essa utilização de uma espécie de publicidade famélica faz parte de um recurso de se fazer ver. São corpos que concorrem, atravessando as filas de bicicletas, carros, motos, ônibus, vendedores de frutas, de água, de doces, limpadores de para-brisas, de flanelas e outros pedintes. Nem todos ali dormem nas ruas, mas se utilizam dela para tentar angariar um sustento que os afaste, inclusive, de irem para a rua.

Cena 4: Já passaram das 18h do dia 14 de setembro. O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), localizado na Alameda Botafogo, no Setor Universitário, está fechado desde as 12h. Não apenas está fechado, como também não há nenhum vestígio de funcionamento ou identificação de que algo realmente funcione naquele local. Aqueles que procuram um banho após o retorno do trabalho, o fazem através de um registro público na praça que fica logo em frente. A praça merece atenção especial, pois muitas pessoas já se aninham em berços de papelão ou em redes improvisadas penduradas no pergolado metálico. Há um clima de desalento e torpor que recai sobre o local, como uma fina névoa.

Ao considerar as cenas apresentadas, surgem questões importantes que merecem ser exploradas: como é possível que haja diversas cidades presentes no cotidiano sem que sejam percebidas? Quais processos tornam tais populações e seus usos da cidade invisíveis para os demais cidadãos? Diante desse cenário, o objetivo desta pesquisa é investigar as percepções da população de rua sobre a cidade e suas relações com questões materiais e imateriais, tais como processos de territorialização, medo, violência e pertencimento. Para isso, será adotada a escuta *flanêur* e a observação flutuante, com a finalidade de criar, juntamente com a população de rua, contra-taxonomias que nomeiem a produção de territorialidades e personagens contra-hegemônicos à cidade capitalista contemporânea.

Se questionarmos às pessoas o que é invisibilidade social, há uma grande variedade de respostas possíveis. No entanto, a maioria provavelmente concordaria com uma descrição radical: é quando indivíduos são invisíveis em suas experiências cotidianas. Essa definição é contraditória em muitos sentidos, já que, ao transitar pelas cidades brasileiras, como mencionado anteriormente, é comum deparar-se com pessoas desalentadas a vagar pelas ruas, a recolher seus cobertores e pertences ou em filas para pegar alimentos, a pedir dinheiro, alimentos, itens de higiene ou deitadas em papelões. A precarização da vida por meio da carestia, da precarização do trabalho e das mais variadas violências socioeconômicas, evidencia e salta aos olhos essa realidade.

Os termos relacionados à invisibilidade são amplamente utilizados em diversas áreas do conhecimento para identificar questões ligadas aos direitos da classe trabalhadora, à saúde reprodutiva, à mobilidade urbana, ao direito à cidade, aos mecanismos de combate à violência, às questões de gênero e a uma infinidade de outras questões sociais similares. Em diferentes contextos, as pessoas reivindicam e, cada vez mais, utilizam os termos “invisibilidade social” e “invisível” para denunciar algo que deveria ser exposto, mas que ainda não recebe a devida atenção. Ou, ainda, onde os atores diretamente afetados não são incluídos nas discussões para solução dos problemas.

A partir da leitura de Lúcio Kowarick (2009), pode-se entender que os invisíveis sociais são um grupo vulnerável na sociedade, sujeito a diversas formas de desproteção civil e socioeconômica. Essa vulnerabilidade se manifesta em duas dimensões principais. A primeira dimensão refere-se à falta de garantias e direitos básicos que são essenciais para o exercício da cidadania em uma sociedade democrática, como o acesso a trabalho, educação, saúde, lazer, mobilidade, política e moradia. A ausência desses direitos cria uma situação de precariedade e

fragilidade para as pessoas, o que dificulta a sua inserção na sociedade e torna-as invisíveis aos olhos do Estado e da sociedade em geral. A segunda dimensão da vulnerabilidade dos invisíveis sociais diz respeito à exposição às diversas formas de violência, tanto física quanto simbólica. Essas violências podem ser praticadas tanto por criminosos e pelo aparato de segurança estatal, como por outros atores da sociedade civil. As ações violentas podem incluir humilhações, espancamentos e, em casos extremos, homicídios.

Nesse sentido, ao analisar as formas como os direitos sociais são apresentados no Brasil, James Holston (2013, p. 258) elabora a existência de um modelo de cidadania peculiar brasileiro, que ele denomina de "cidadania diferenciada". Essa cidadania é mediada pela forma como os indivíduos são incorporados na sociedade, sendo "universalmente includente na afiliação e maciçamente desigual na distribuição de seus direitos" (HOLSTON, 2013, p. 258). Em outras palavras, a cidadania brasileira é proposta como universal, mas os direitos sociais são estabelecidos de forma desigual entre os cidadãos, o que segue uma lógica baseada em uma hierarquia de privilégios. Holston (2013) salienta, inclusive, que essa desigualdade pode ser tão extrema que, em alguns casos, indivíduos pertencentes a determinados estratos sociais podem até desobedecer às leis.

Assim, a presente pesquisa estabelece um diálogo com as investigações de Kowarick (2009) e Holston (2013), com base nos conceitos de vulnerabilidade e cidadania diferenciada propostos pelos autores. Na prática, a população em situação de rua, aqui tratada como 'invisível social', enquadra-se no grupo dos vulneráveis e das pessoas que têm sua cidadania diferenciada refletida na falta de acesso a vários direitos. Uma das maneiras de negar esses direitos, se dá através da violência simbólica¹, que apaga e nega a própria história dessa população, o que leva à negação de sua identidade. Esse apagamento da história pode ter um componente lógico, ainda que não intencional, que não se coaduna com o princípio moderno da promessa de um progresso redentor, conforme apontado por Walter Benjamin em suas teses sobre o conceito de história.

Em "*Teses sobre o conceito de história*" (2012) formuladas por Walter Benjamin, o autor coloca que as formas de contar a história seguem um cortejo triunfal, cabendo sempre ao vencedor escrever os acontecimentos da sua maneira e recolher os espólios dos vencidos. Por

¹É uma "violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento" (BOURDIEU, 2003, p 7-8).

isso, cabe ao materialismo histórico a missão de “escovar a história a contrapelo”, a fim de se afastar desse cortejo e do perigo de ser instrumentalizado pelas classes dominantes. Assim, compete a esse observador distanciado denunciar que para a celebração dos grandes gênios há uma grande massa de invisíveis que serviu como alicerce — Tese VI e VII —. Somente com o entendimento de que o “estado de exceção²” é a regra geral da modernidade e, por meio dessa compreensão, será possível superar a regra geral e, assim, gerar um verdadeiro “estado de exceção” — Tese VIII —.

O filósofo argelino Jacques Rancière (1988) concorda com as teses benjaminianas sobre a história. Para ele, não é possível revelar a verdade absoluta por meio do discurso historiográfico ou da explicitação da barbárie. Em vez disso, é necessário reconfigurar e rearranjar as narrativas históricas, ao utilizar imagens para fortalecer ou enfraquecer determinadas interpretações. Rancière argumenta que é importante ouvir as vozes daqueles que foram subalternizados pela história, como os trabalhadores do século XIX, para compreender toda a complexidade desses personagens:

Não se trata exatamente de raspar as imagens segundo os usos conhecidos: a velha pompa política, desmascarando a realidade dolorosa que, sob o verniz das pontuas heroicas, convida a ver circular o sangue de uma vida mais selvagem e mais tranquila ao mesmo tempo: não se trata de raspar as imagens para que o verdadeiro apareça, mas fazer com que se mexam para que outras figuras possam ser compostas e decompostas [...] Mas à força de raspamos o verniz destes selvagens demasiado civilizados e destes proletários demasiado burgueses, chega o momento em que nos interrogamos: será possível que a busca da verdadeira palavra obrigue a silenciar tanta gente? O que significa essa fuga para a frente que tende a desqualificar a verborreia de toda a palavra proferida em benefício da eloquência muda do corpo popular, nas suas evocações de uma outra cultura que os operários – as massas, o povo, a plebe... – praticaram com suficiente satisfação para deixar aos outros os dramas da consciência e as miragens da representação? (RANCIÈRE, 1988, p. 22-23).

Assim, Rancière afirma que não se trata apenas de raspar as imagens e desmascarar a realidade dolorosa por trás da história gloriosa, mas de permitir que outras figuras possam ser rearranjadas e, assim, serem visualizadas de outras maneiras. Ele questiona se a busca por uma verdade universal deve silenciar tantas pessoas e critica a tendência de desqualificar a verborreia de toda a palavra proferida em benefício da eloquência muda do corpo popular. Para o autor, é importante reconhecer a cultura praticada pelas massas e deixar de lado as miragens da representação.

² O estado de exceção é “um espaço vazio de direito, uma zona de anomia em que todas as determinações jurídicas - e, antes de tudo, a própria distinção entre público e privado — estão desativadas [...]”. (AGAMBEN, 2004, p.79). O estado de exceção reside em uma aplicação de uso da força, se eximindo de responder à lei.

Portanto, esse trabalho tem como objetivo explorar outras perspectivas sobre a cidade por meio das percepções daqueles que são invisibilizados, com um foco especial em pessoas em situação de rua, que são frequentemente ignoradas e marginalizadas na cidade de Goiânia. Pretende-se entender quem são essas pessoas, como vivem e como percebem o espaço urbano em que habitam, incluindo a experiência do cotidiano. Essas questões serão abordadas à luz do materialismo histórico-dialético³, que busca entender a história por meio da análise da sociedade e de suas desigualdades. Além disso, este trabalho buscará investigar as dinâmicas que esses cidadãos empregam em relação às suas experiências sensoriais e tangíveis na cidade, bem como investigar os processos de invisibilização dessas populações e de suas territorialidades.

Para isso, buscará compreender-se como essas experiências estão relacionadas a fenômenos como o fetiche da mercadoria (BENJAMIN, 2018b; JAPPE, 2021; MARX, 2011), a reificação (HONNETH, 2018; LUKÁCS, 2018), o espetáculo (DEBORD, 1997) e a apatia urbana (SIMMEL, 1973), que são características da sociedade capitalista. O estudo desses fenômenos complementarará a análise das experiências dos cidadãos em situação de rua e ajudará a entender como eles são afetados pela estrutura social em que vivem.

Dessa forma, esta dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado "O (In)visível", aborda a temática da invisibilidade social e suas implicações para a população em situação de rua. O segundo capítulo, intitulado "O caminho *flâneur* e o (In)visível", apresenta a metodologia utilizada para a coleta de dados, a etnometodologia, a Escuta *Flâneur* mesclada com a observação flutuante. Já o terceiro e último capítulo, intitulado "Escritas sobre a cidade na perspectiva dos (In)visíveis", apresenta as contra-taxonomias elaboradas a partir das escutas da população em situação de rua. Ao final dos três capítulos, serão apresentadas as considerações finais.

O primeiro capítulo tem como foco a abordagem do tema da invisibilidade, com destaque para o contexto histórico e os fatores que contribuíram para o agravamento dessa problemática. Esse capítulo é dividido em três tópicos, nos quais são apresentados dados quantitativos relacionados ao contexto histórico brasileiro e regional do período estudado.

³ Basear-se sobre o materialismo histórico-dialético pode ser considerado como uma pretensão por parte do pesquisador, justamente pela dificuldade de alcançar o conjunto de elementos e desafios que esse método fornece.

Busca, também, entender qual é o sentido do termo invisível e traz a hipótese de que a sociedade capitalista agrava a condição de invisibilidade.

Portanto, no primeiro tópico, é dada ênfase à apresentação dos dados quantitativos relacionados ao contexto histórico do período estudado. Esse período é marcado pelos processos de reestruturação produtiva e da política neoliberal, os quais contribuíram para o agravamento do problema da invisibilidade social. Nesse sentido, a análise desses dados permite uma compreensão mais profunda dos fatores que levaram ao aumento da população de rua, o que pode ser um ponto de partida importante para o desenvolvimento de alternativas e políticas públicas para combater essa situação.

Em seguida, no segundo tópico, a ideia de invisibilidade é introduzida e, através de uma escavação, são delineadas diferentes linhas teóricas que tratam do assunto. A partir desta abordagem, torna-se possível analisar o estado da arte sobre o tema, por meio de uma revisão abrangente das mais diversas áreas do conhecimento, tais como filosofia, psicologia e sociologia. Aqui, é apresentada a compreensão de que a invisibilidade social não é algo físico, mas sim uma construção social que se dá através de jogos de significados e significantes que causam um cegamento seletivo. Através desses jogos, as pessoas em situação de vulnerabilidade social são muitas vezes ignoradas ou desconsideradas pela sociedade, tornando-se invisíveis aos olhos daqueles que não fazem parte do seu cotidiano.

No terceiro tópico, é introduzido o conceito de sujeito mercadoria dentro da ontologia marxista e sua influência na invisibilidade social em maior ou menor grau. São expostos os conceitos de mercadoria e suas relações na produção de fantasias, o que gera o fetichismo da mercadoria, o sentimento *blasé*, a reificação e o espetáculo. Esses conceitos são interpretados como partes de um mesmo sistema subjetivo e intersubjetivo presente na sociedade capitalista. O papel fundamental que o sujeito mercadoria exerce na invisibilização social é analisado com base nos conceitos apresentados, permitindo uma compreensão mais aprofundada dos mecanismos que contribuem para a manutenção da invisibilidade social.

O segundo capítulo do trabalho foi estruturado em três tópicos principais. O primeiro tópico foi dedicado à explicação do procedimento metodológico utilizado na pesquisa. Esse tópico foi dividido em três subtópicos que buscam estabelecer uma relação simbiótica, com o objetivo de criar um processo de acesso às experiências das pessoas em situação de rua. No segundo tópico, opta-se por contar a história de um dos entrevistados para oferecer um

panorama mais amplo sobre a vida nas ruas da cidade de Goiânia. Entende-se que esse relato abrangente aborda diversas questões que afetam a população em situação de rua.

Assim, dentro do primeiro tópico detalharemos o processo metodológico estruturado na etnometodologia, uma “corrente da sociologia americana” (COULON, 1995, p. 07). A etnometodologia consiste em entender uma gramática do cotidiano baseada em estudos empíricos de observação participante e, só assim, conseguir compreender os mais diversos grupos sociais, pois há o entendimento de que a realidade social é constituída ao mesmo tempo que é descrita dentro da linguagem dos próprios atores.

Além disso, será explorada a metodologia da Escuta *Flâneur*, que combina o método da observação flutuante, proposto por Colette Pétonnet, com o personagem *Flâneur*. Essa metodologia consiste em estar disponível para ouvir histórias desinteressadamente, através de perambulações pela cidade, a fim de investigar os campos cegos das narrativas e espacialidades dos protagonistas de suas explanações — as pessoas em situação de rua. Nesse sentido, o interesse é nas histórias de vida e nos dados obtidos por meio da observação do cotidiano, de modo a possibilitar estudar as relações subjetivas e suas percepções sobre a cidade de forma dialética.

Com essa metodologia proposta, busca-se recolher histórias e relatos sobre os invisíveis sociais, a fim de reconstituir as trajetórias de indivíduos pertencentes à população de rua que, em muitos casos, vivem grande parte de suas vidas nas ruas. A partir desses relatos, o objetivo é revelar quem são essas pessoas, como se veem, quais estratégias utilizam para sobreviver nas ruas, o porquê decidem permanecer nas ruas e como veem a cidade. A intenção é evidenciar como, na ausência de políticas públicas, esses indivíduos se sentem invisíveis e não reconhecidos.

Por fim, essa metodologia, que utiliza técnicas como associação livre, perambulações e escuta, pode fornecer uma compreensão mais completa e profunda dessas realidades e revelar seus aspectos mais importantes. O resultado desta pesquisa apresenta um grau de aleatoriedade, pois as observações são feitas de forma livre, sem perguntas direcionadas ou conversas pré-estabelecidas, o que abre um amplo campo de possibilidades. Um outro fator é o de que, ao registrar depoimentos e relatos pessoais, as histórias contadas permitem que as pessoas tenham acesso às informações que não seriam encontradas em outras fontes. Além disso, as histórias contadas ajudam a dar vida aos eventos relatados, tornando-os mais concretos, humanos e compreensíveis para aqueles que não acompanharam.

Ao utilizar essa metodologia, durante o período de setembro de 2021 a dezembro de 2022, membros da população de rua são acompanhados e entrevistados. Também são realizadas conversas com cerca de 60 pessoas, em diferentes lugares e horários na cidade. Além dos integrantes da população de rua, também foram ouvidos funcionários da Justiça, advogados, ativistas sociais, defensores, promotores e policiais. Ao final, são registrados um total de seis entrevistas em áudio, mais de 100 fotos e alguns vídeos feitos durante a pesquisa etnográfica.

O segundo tópico deste capítulo foi dividido em dois subtópicos distintos. O primeiro deles descreve o processo de coleta de dados para uma pesquisa envolvendo seres humanos aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Goiás. Nesta etapa, foram compartilhados com os participantes, as informações sobre os objetivos, riscos e garantias do estudo, bem como as medidas rigorosas adotadas em termos de confidencialidade, anonimato e segurança dos dados coletados. Todo o material foi registrado em cadernos de campo durante a fase de observação, enquanto as entrevistas gravadas foram posteriormente transcritas. No texto, as expressões criadas e as falas da população em situação de rua foram destacadas em *itálico*, e as transcrições foram mantidas fiéis à fala dos entrevistados. Para proteger a identidade dos participantes, mesmo em um estudo que visa torná-los mais visíveis, suas informações foram alteradas ou omitidas.

No segundo subtópico, o pesquisador explora as dinâmicas sociais das pessoas em situação de rua nas cidades, e adota uma abordagem etnometodológica que busca uma imersão mais profunda na vivência dessas dinâmicas. Para isso, ele utiliza a técnica de etnografia para adentrar nas comunidades e tribos urbanas estudadas, explorando diferentes áreas da cidade de Goiânia por meio de caminhadas. A opção por caminhar desempenha um papel fundamental na pesquisa, já que permitiu ao pesquisador identificar os locais onde esses indivíduos se estabelecem e facilita uma interação menos invasiva e mais acolhedora.

Por fim, o pesquisador descreve três casos em que se envolve junto à população em situação de rua, a fim de entender a linguagem e as práticas desse grupo populacional. A participação do pesquisador nessas dinâmicas proporcionou uma compreensão mais profunda da realidade vivida por esses indivíduos, além de contribuir para uma reflexão crítica sobre as suas territorialidades.

No último tópico deste capítulo, é apresentada a vida de Virgílio⁴, “uma vida que não pode ser contada”. Ao analisar sua história, desde a infância, é possível perceber que ele não teve seus direitos reconhecidos nem recebeu proteção adequada, de modo que fica sempre vulnerável à violências e é reduzido apenas a sua condição biológica. Sua vida é, portanto, uma verdadeira “vida nua”⁵. Desde criança, Virgílio testemunha a violência doméstica e o abuso de álcool de seu pai, o que culmina em uma fuga com a mãe e irmãos, e, a partir de então, são cuidados pela avó materna. Posteriormente, Virgílio conhece a vida nas ruas e a eterna luta contra a fome; conhece também o alcoolismo e as drogas, e sobrevive da coleta de materiais recicláveis, pedidos de ajuda e chega a cometer alguns furtos. A entrevista descreve as muitas dificuldades que Virgílio e sua família enfrentaram, mas também fala sobre a resiliência de Virgílio em face das adversidades.

No terceiro capítulo, devido ao âmbito da pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo ao qual pertence essa pesquisa e ao fato de que o pesquisador tem formação nessa área, a análise das observações flutuantes concentra-se principalmente na análise do território. Logo, ao utilizar a etnometodologia para organizar e sistematizar os resultados obtidos a partir da Escuta *Flâneur*, em conjunto com a observação flutuante, surgem novas taxonomias que não correspondem àquelas apresentadas pelo poder vigente. Essa abordagem é chamada de contra⁶-taxonomia⁷, um modo de nomear para criar. É, ainda, uma espécie de antropologia reversa da invisibilização que faz emergir outros espaços urbanos e personagens que partilham dos mesmos arranjos sociais.

Assim, após serem realizadas observações flutuantes com pessoas em situação de rua e observações de suas condições de vida nas cidades, como resultado, foram produzidas as contra-taxonomias, uma nova forma de classificação do mundo, que permite aos próprios

⁴ Virgílio é o nome fictício que foi atribuído a um dos entrevistados em homenagem ao poeta romano Virgílio (70 a.C - 19 a.C), autor da Eneida, uma obra que contém o mito fundador de Roma. Além disso, Virgílio é mencionado na Divina Comédia, escrita por Dante Alighieri, como um dos personagens que acompanha Dante em sua jornada ao inferno (Canto I, versos 70-120).

⁵ Segundo Agamben (2002), o conceito de “vida nua” é referente a uma vida despojada político ou socialmente, reduzida à sua dimensão biológica.

⁶ A utilização da palavra “contra” refere-se à forma abordada pelo filósofo e etnólogo francês Pierre Clastres (1934-1977) em seus escritos reunidos em *A sociedade contra o Estado* (1974). A partir de estudos em sociedades ameríndias, Clastres identificou formas complexas e horizontais de organização social sem a presença do Estado. Nessas sociedades, o poder não está condicionado a um soberano, mas é exercido de forma comunal. Nas palavras do autor: “[...] o que os selvagens nos mostram é o esforço permanente para impedir os chefes de serem chefes e a recusa da unificação; é o trabalho de conjuração do Um, do Estado” (CLASTRES, 2003, p. 234).

⁷ Compreende-se a taxonomia como “um sistema de classificação que organiza entidades em grupos, a partir de suas similaridades. Desenvolvida inicialmente nas ciências biológicas, a taxonomia serve como forma de organização da informação e é utilizada há muito por várias outras disciplinas, como as ciências sociais e informáticas” (FARIAS, 2018, P. 134).

grupos que compartilham uma mesma gramática se colocarem como sujeitos da própria classificação. A contra-taxonomia opera de forma aberta, e retira o poder do soberano de nomear, o que permite a exploração da invisibilidade em processos subjetivos que se entrelaçam com a realidade da cidade, por parte daqueles que muitas vezes passam despercebidos. É uma abordagem semelhante a uma engenharia reversa, na qual o objeto acabado é desconstruído para se chegar à sua forma de construção. Propõe-se, portanto, que sejam os próprios atores sociais responsáveis pela categorização e sistematização de personagens urbanos, equipamentos e lugares específicos, a fim de compreender e identificar diferentes tipos de experiências urbanas.

Desse modo, a propósito de analisar como as forças do *Horror Vacui* e o poder hegemônico contemporâneo afetam a vida urbana e a formação de suas subjetividades, sejam a partir de territorialidade ou da forma como se percebem, abordam-se as formas de resistência que surgem em resposta a essas forças, incluindo as suas relações com a criação de espaços não mapeados e zonas autônomas temporárias (que podem fundar alternativas), bem como suas relações com as barricadas criadas em Paris no século XIX.

Com base nas relações estabelecidas, é possível identificar, por meio de contra-taxonomias, as diversas territorialidades expressas pela população em situação de rua, as quais foram entendidas como “quebradas”. Nesse sentido, é possível identificar diferentes modelos de “quebradas” e compreender que essa noção transcende o aspecto material, apresentando também uma dimensão simbólica e cultural. São descritas, minuciosamente, diversas categorias de territorialidades não hegemônicas, e examinadas, cuidadosamente, as condições de vida dos indivíduos em situação de rua nas cidades e como elas impactam esses atores. Especificamente, destaca-se a rua como um espaço mediador significativo entre esses indivíduos e o ambiente urbano que os rodeia.

Ao comparar as várias contra-taxonomias que são desenvolvidas, destaca-se suas semelhanças, diferenças, limitações e críticas. Espera-se que, ao fazer isso, seja possível fornecer ao leitor uma compreensão mais rica e complexa dos personagens urbanos e de seus ambientes, bem como uma apreciação mais profunda das várias formas de resistência e alternativas que podem surgir no contexto urbano contemporâneo.

Por fim, após esse capítulo, apresentam-se as (In)conclusões finais do estudo, de modo a retomar os temas abordados nos capítulos anteriores e oferecer reflexões sobre a população em situação de rua e as dinâmicas que a envolvem, em um contexto de ausência de políticas

públicas direcionadas a esse grupo marginalizado. Ao investigar as relações dos invisíveis sociais com a cidade, fica destacado o déficit que começa com a dificuldade de quantificar o número de pessoas nessa condição vulnerável. Assim, é abordada, também, a valorização das vidas baseada no acúmulo capitalista, que se manifesta de forma violenta e reproduz a destruição do espaço público e do bem-estar social. Ao utilizar a escuta ativa e a escrita sensível como meio simbólico, busca-se denunciar as vulnerabilidades enfrentadas pela população em situação de rua e produzir outras escritas urbanas, que possam contribuir para a construção de uma cidade mais inclusiva e acolhedora para todos.

CAPÍTULO 1 - O (IN)VISÍVEL

Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara.

Livro dos Conselhos

1.1 – POPULAÇÃO DE RUA*

Ao longo da história da humanidade e de suas cidades, a situação de desabrigo tem sido uma realidade constante, embora as suas causas e formas tenham evoluído significativamente. Catástrofes naturais ou provocadas pelo homem, como deslizamentos de terra, inundações, terremotos, furacões e conflitos políticos ou econômicos que resultam em diásporas, podem desencadear situações de desabrigo. Além disso, há pessoas que são forçadas a uma vida nômade devido às condições precárias do mercado de trabalho, como o desemprego ou mudanças econômicas significativas. Outras pessoas enfrentam o desabrigo por questões pessoais, como problemas de saúde mental ou física, abuso de substâncias ou histórico de abuso emocional, físico ou sexual.

De acordo com Snow e Anderson (1998), é possível identificar três dimensões de disparidades conceituais: a dimensão residencial (falta de moradia formal ou estar em situação de desabrigo), a dimensão de apoio familiar (ausência de uma rede de suporte familiar) e a dimensão da dignidade baseada em papel social e valor moral (sendo que ser uma pessoa em situação de rua é frequentemente estigmatizado como ter chegado a essa situação por própria culpa do sujeito).

Desse modo essa população é frequentemente associada à mendicância, à pobreza extrema, à violência, ao uso de drogas e à marginalização. Embora essas generalizações possam conter alguma verdade, elas criam um estereótipo que muitas vezes exclui essa população e a sujeita à violência social e estatal excessiva, além da difamação que decorre daí. Essas ideias podem surgir de várias fontes, o que inclui experiências pessoais, relatos de amigos e familiares, bem como informações obtidas por meio da mídia, como televisão, jornais e internet. É importante reconhecer que essas informações moldam as percepções e concepções sobre quem são os moradores de rua e suas vidas.

Embora a transição da pobreza para a situação de rua seja sutil, é importante reconhecer que não há um padrão definido para as pessoas em situação de rua e que essa população é extremamente heterogênea. É fundamental compreender que qualquer pessoa pode

experimentalizar a vida nas ruas, sem garantias de proteção contra essa situação. Portanto, é crucial que haja uma definição clara e compreensível para a população em situação de rua no Brasil, que permita comparações nacionais e internacionais.

Em vista disso, a Federação Europeia de Associações Nacionais de Trabalho com Pessoas Sem-Teto (FEANTSA) criou uma tipologia chamada "ETHOS" para classificar a exclusão social e a situação de rua na Europa. Essa classificação ajuda a compreender melhor as diferentes categorias de pessoas sem-teto na Europa. As categorias de desabrigo são as seguintes: Sem-Teto (completamente sem abrigo, dormindo nas ruas), Sem Casa (abrigo temporário ou momentâneo em locais como casas de acolhimento, abrigos e instituições), Moradia Insegura (sem um local de aluguel regularizado, ameaçados de despejo ou vítimas de violência doméstica) e Moradia Inadequada (vivendo em acampamentos ilegais, moradias inadequadas ou em locais superlotados) (FEANTSA, 2005).

No Brasil, a definição para pessoas em situação de rua é estabelecida pelo Decreto de Lei nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, o qual institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, além de fornecer outras providências. No caso, a definição para pessoa em situação de rua é:

[...] o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

Conforme esse decreto, considera-se pessoa em situação de rua aquela que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e sustento, de forma temporária ou permanente, assim como aquela que se encontra em unidades de acolhimento institucional, como abrigos e albergues. Também é válido ressaltar, que essa definição também abrange pessoas que utilizam espaços públicos como forma de sobrevivência, tais como vendedores ambulantes e catadores de materiais recicláveis, ambos relacionado àqueles que não conseguem retornar para casa após o trabalho e utilizam a rua ou o acolhimento institucional para o repouso.

O decreto 7.053/09 apresenta uma definição acertada ao conceituar a população em situação de rua como um grupo heterogêneo. A partir dessa definição, é possível criar estratégias de intervenção que sejam mais eficazes, como a instituição de comitês gestores

intersetoriais que contemplem a participação de fóruns, movimentos e entidades representativas desse segmento da população. No entanto, embora o decreto deixe claro que a responsabilidade é dos entes do Estado, não há indicação das penalidades aplicáveis em caso de descumprimento. É, ainda, importante destacar que os entes federativos possuem autonomia para aderir ou não às políticas públicas previstas no decreto (LEITE, 2020, p.29).

Assim, ambos os textos reconhecem que a população em situação de rua é diversa e composta por pessoas em diferentes situações de vulnerabilidade e necessidade. No entanto, há uma diferença na forma como esses fenômenos são categorizados. Enquanto na Europa as categorias incluem qualquer pessoa que vive na rua, pessoas em risco de despejo ou em habitações inadequadas, no Brasil a população de rua é definida exclusivamente como pessoas que usam as ruas como espaço de moradia e sustento, o que exclui da contagem pessoas em áreas de risco, habitações precárias e ocupações. É importante destacar que, apesar das diferenças na categorização, ambos os textos reconhecem a necessidade de políticas públicas para combater os desafios que a população em situação de rua enfrenta.

Um aspecto importante da classificação brasileira refere-se à nomenclatura adotada para se referir às pessoas que vivem em situação de rua. A adoção do termo "pessoas em situação de rua" tem como objetivo evitar a reprodução de estigmas e preconceitos frequentemente associados a esse grupo populacional, contribuindo para a redução da violência simbólica. Conforme destacado por Rodrigues et al. (2020), a forma como são nomeadas e referenciadas as pessoas em situação de desabrigo é objeto de disputa que tem suas raízes formadas histórica e estruturalmente. Ou seja, essa categorização envolve aspectos políticos e relações de poder.

Assim, a utilização do termo "pessoas em situação de rua" carrega em si um diagnóstico que, de certa forma, pode ser reconfortante. A palavra "situação" sugere que a condição de desabrigo é temporária e decorrente, em grande parte, da falta de trabalho ou do desemprego. Acredita-se que, em um contexto de pleno emprego, todas as pessoas teriam acesso a um trabalho remunerado que garantiria sua sobrevivência e melhor condição de vida. Por outro lado, a expressão "de rua" pode ser interpretada como uma referência ao espaço público como um fim em si mesmo, e às relações simbólicas que se estabelecem nesse contexto.

Desse modo, a crítica ao termo "situação de rua" reside na possibilidade de que o uso desse eufemismo possa levar a uma falta de enfrentamento sério das problemáticas enfrentadas por essa população. Além dos significados semânticos que o termo carrega, o processo histórico

mostra que a condição de viver nas ruas evoluiu ao longo do tempo, e que houve diferentes abordagens em seu desenvolvimento e na criação de estereótipos no imaginário popular. Por isso, opta-se por utilizar, nesse trabalho, em grande medida, o termo "população de rua" ou "povo da rua", em concordância com a forma como eles próprios se nomeiam.

1.1.1 - População de Rua – Goiânia

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2020), em março de 2020, estima-se que havia 221.869 pessoas em situação de rua no Brasil, o que representa um aumento de 6,84% em relação a setembro de 2019. Esse número corresponde a um acréscimo de 15.178 pessoas em um curto período de tempo. Do total, 41.063 encontram-se em cidades com até 100.000 habitantes. Quando o levantamento da população em situação de rua começa a ser realizado, em 2012, estima-se um total de 92.515 pessoas nessa situação.

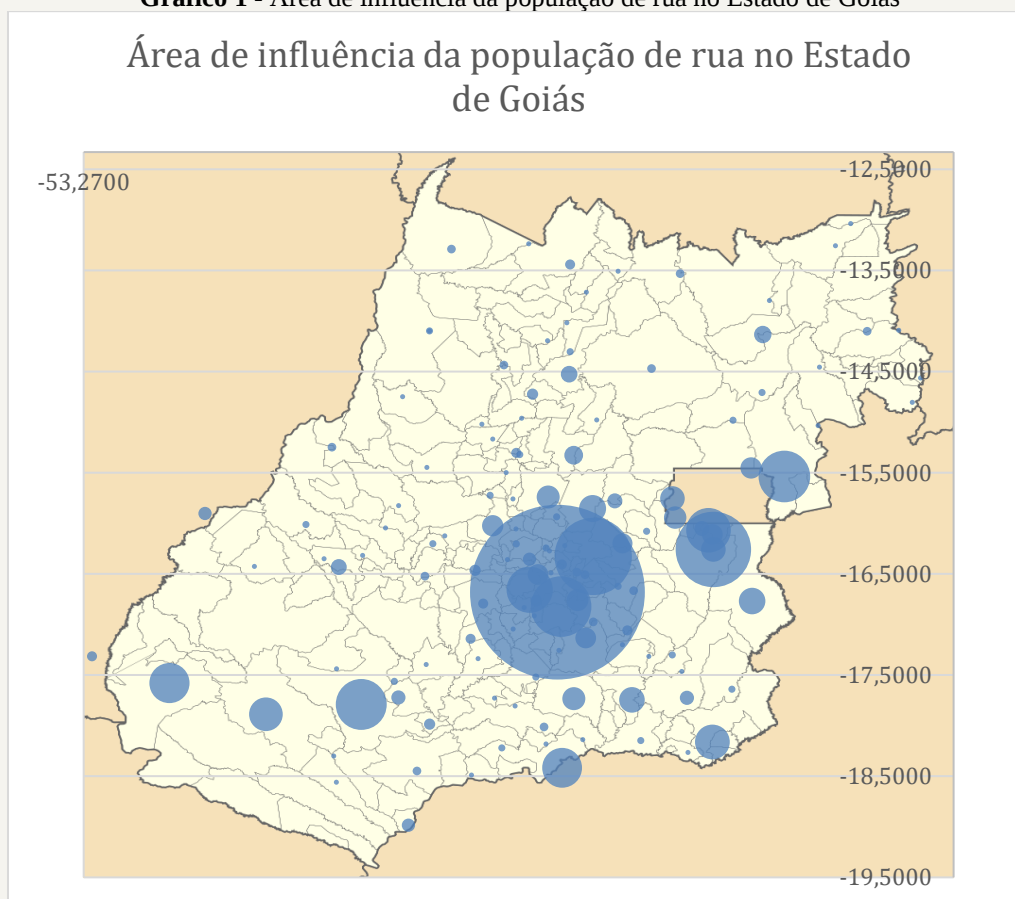
Ao comparar o crescimento da população de rua registrado em 2012 (92.515) com o último censo realizado em 2020 (221.869), observa-se um aumento de 240%. Isso representa mais de 0,1% da população total brasileira, já que a população do país é estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em ter mais de 213 milhões de habitantes. No entanto, a relação é rigorosamente de pessoas que efetivamente vivem nas ruas ou em abrigos temporários, diferentemente da Europa, que tem outras categorias para identificar seus desabrigados.

No estado de Goiás, segundo o IBGE, a população é estimada, atualmente, em mais de 7.250.000 pessoas. Em relação aos dados do Cadastro Único⁸ para Programas Sociais (CADÚNICO), em janeiro de 2022, havia 987.662 registros, o que representa 13,62% da população do estado. Em julho, o número de registros sobe aproximadamente 17% e totaliza

⁸ O Cadastro Único para Programas Sociais foi criado em 2001 pelo Decreto Presidencial nº 3.877, com o objetivo de cadastrar as famílias de baixa renda aptas a receber benefícios dos programas sociais do governo federal. No entanto, a sua consolidação como uma ferramenta de inclusão social só ocorreu com a criação do Programa Bolsa Família (PBF) em 2003, que unificou os programas de transferência de renda existentes na época. Posteriormente, o Decreto nº 6.135, em 2007, estabeleceu diretrizes mais claras sobre os objetivos, processos, instrumentos, operacionalização e competências dos entes federados no que se refere ao Cadastro Único. Em seguida, em 2011, a Portaria nº 177 definiu os procedimentos para a gestão do Cadastro, enquanto a Portaria nº 94 de 2013 tratou do processo de averiguação das informações cadastrais (OLIVEIRA, N. 2022). No entanto, um estudo recente do IPEA (2022) revelou que o Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022, desmobilizou as capacidades analíticas oferecidas pelos dados do Cadastro Único. Essa desmobilização ocorreu ao mesmo tempo em que houve a reconfiguração do Programa Bolsa Família para o Auxílio Brasil, que introduziu novos objetivos ao programa de transferência de renda, contradizendo os objetivos originais da política pública.

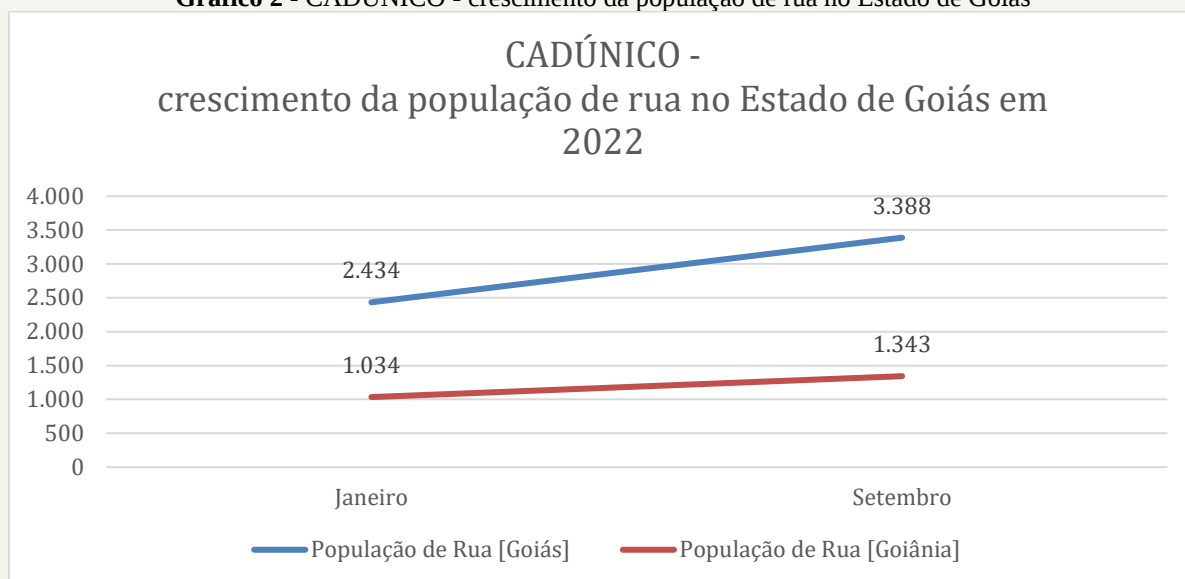
1.156.090 — 15,95% —. Ao efetuar o recorte do CADÚNICO para pessoas em situação de rua no estado de Goiás, em janeiro de 2022, há um total de 2.434 pessoas — 0,24% da população —, e, em setembro de 2022, esse número salta para 3.388 pessoas — 0,29% dos registros naquele cadastro. Todas as regiões do Estado de Goiás têm pessoas que vivem nas ruas, mas a maioria está concentrada na região metropolitana de Goiânia e em cidades próximas a Brasília (Gráfico 1). Do total de pessoas que vivem na rua, 1.034 — 42,48% — residiam em Goiânia em janeiro, e em setembro esse número subiu para 1.343 — 39,64% — (Gráfico 2). No entanto, é considerado que esse número seja maior, pois o registro é feito por meio do próprio cadastramento e não são todas as pessoas em situação de rua que possuem cadastro no CADÚNICO⁹. Ainda assim, nessa pesquisa, serão utilizados os dados do CADÚNICO, em vista de que se trata da base mais atualizada.

Gráfico 1 - Área de influência da população de rua no Estado de Goiás



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

⁹ matéria vinculada pelo Jornal Nacional (2022) informa que, segundo estudo feito pelo Polos Cidadania - programa transdisciplinar e interinstitucional de extensão, ensino e pesquisa social aplicada, da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) -, até 50% da população que vive nas ruas não tem cadastro no CADÚNICO.

Gráfico 2 - CADÚNICO - crescimento da população de rua no Estado de Goiás

Fonte: Fonte: CADÚNICO, janeiro/ setembro 2022 – Gráfico elaborado pelo autor

Nessa dissertação, o perfil da população de rua, em Goiânia, foi dimensionado por meio dos dados tabulados de agosto e setembro de 2022, e que foram extraídos do mecanismo de busca do Cadastro Único (CECAD).

Figura 1 - Mecanismo de Busca do CADÚNICO.

CECAD 2.0 | TABCAD | EXPLORAR | PAINEL | AJUDA | Mais Ferramentas | Login

Tabulador do Cadastro Único

☒ Com marcação PAB (Julho 2022) ☐ Com marcação PAB (Junho 2022)

Seleção Geográfica:

Variável Coluna:

Variável Linha:

Obs.: Para frequência simples selecionar **APENAS** variável de coluna.

☐ Filtros

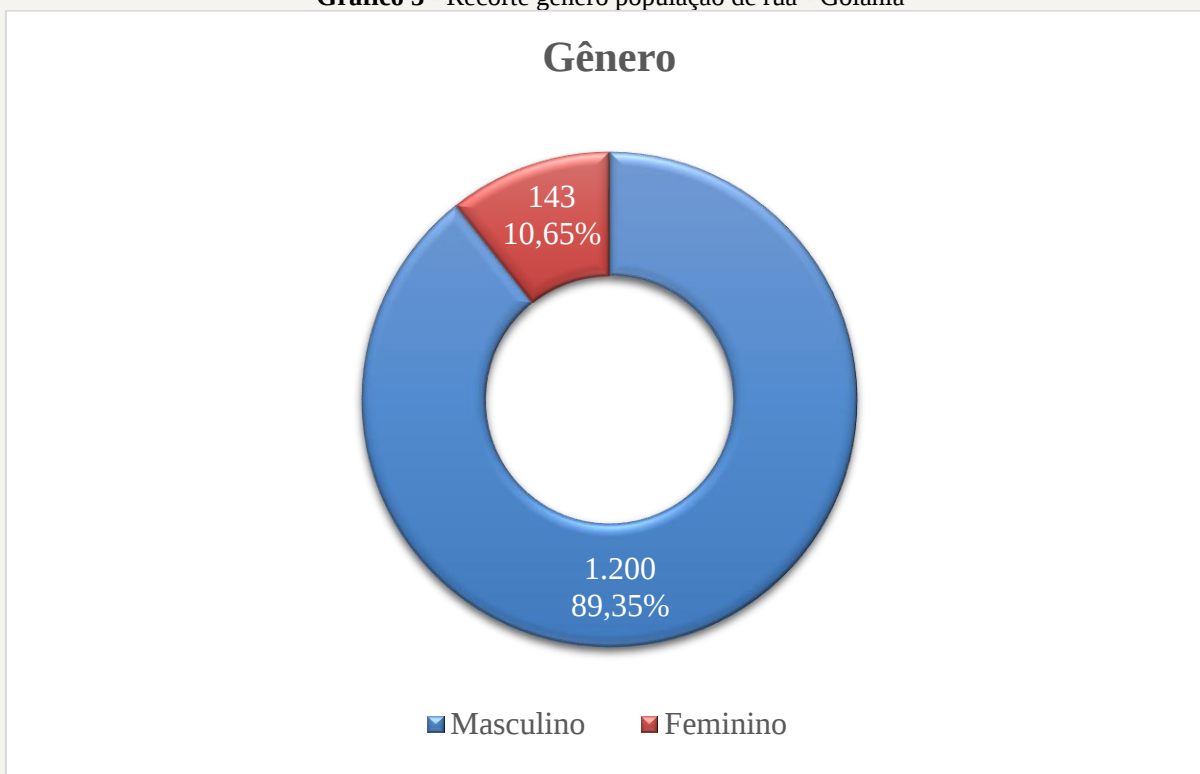
Fonte: Captura de tela. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php>

O Tabulador de Cadastro Único (TABCAD) é uma plataforma autoexplicativa que permite a extração de dados do CECAD (Figura 1). Ao acessar a tela, é possível selecionar as opções de referência mensal, de modo que a mais recente já está marcada como default. Em seguida, há a opção de Seleção Geográfica, onde é possível escolher entre estado, região ou Brasil. As Variáveis Coluna e Linha oferecem doze blocos quantitativos para seleção. A Variável Coluna é complementada pela Coluna Linha, com dados tabulados em demais blocos que fornecem informações detalhadas sobre o perfil da população em situação de rua.

1.1.2 - Quem são? Gênero – Raça – Idade - Escolaridade

Conforme os dados apresentados, é possível notar que a maioria da população de rua em Goiânia é composta por homens, o que totaliza em 1.200 pessoas (83,35%), enquanto 143 se declaram do gênero feminino (10,65%). Ao observar a Tabela 1, verifica-se que a maioria se identifica como pardos, um total de 981 indivíduos, seguidos de 190, que se declaram brancos, e 166 que se declaram pretos, 5 amarelos e apenas 1 indígena. Cabe, aqui, pontuar, que o CADÚNICO, no momento em que foi realizada essa pesquisa, não considera outras concepções de gênero que não fossem masculino ou feminino. Entretanto, nas entrevistas com a população de rua, foram identificadas pessoas trans e não binárias.

Gráfico 3 - Recorte gênero população de rua - Goiânia



Fonte: Fonte: CADÚNICO, setembro 2022 – Gráfico elaborado pelo autor

Tabela 1 - Quantitativo de identificação de cor ou raça - Goiânia

Cor ou raça	Sexo		TOTAL
	Masculino	Feminino	
Branca	167	23	190
Preta	156	10	166
Amarela	4	1	5
Parda	872	109	981
Indígena	1	0	1
Sem Resposta	0	0	0
TOTAL	1.200	143	1.343

Fonte: Fonte: CADÚNICO, SETEMBRO 2002

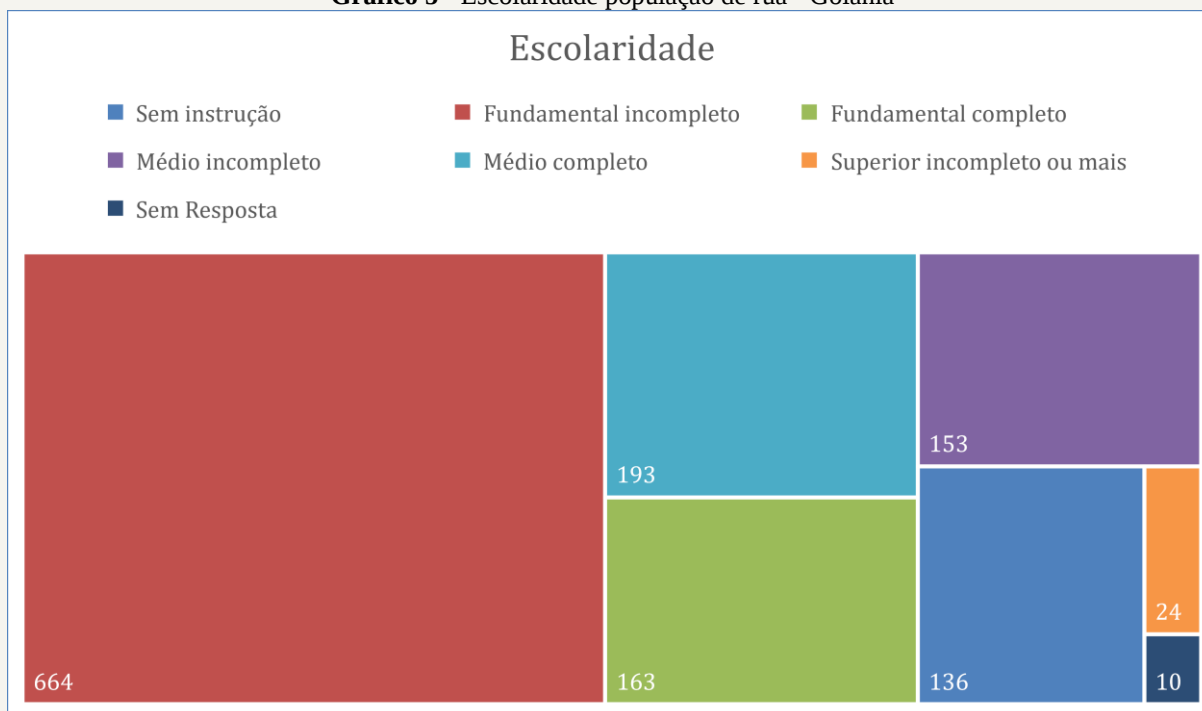
A Tabela 1 revela que, em Goiânia, a maior parcela da população de rua cadastrada no CADÚNICO é negra¹¹, o que representa 85% do total em setembro de 2022. Além disso, os dados indicam que a população de rua é predominantemente composta por pessoas na faixa etária de 18 a 59 anos, ou seja, são 1.013 pessoas, o que representa cerca de 90% do total. Há, ainda, 89 pessoas com 60 anos ou mais, dado que representa pouco menos de 10%, além de 21 crianças e adolescentes em situação de rua, conforme o Gráfico 4.

Gráfico 4 - Recorte etário população de rua - Goiânia

¹¹ Segundo Fátima Oliveira (2004), “Em 1940, o ‘quesito cor’ era composto de: amarelo, branco e preto, mas havia o recurso para ‘cor indefinida’ que na tabulação dos dados foi denominada de ‘pardo’ o qual englobava: mulato, caboclo, moreno e similares que expressassem ‘não-brancos’ e não enquadrados como amarelo ou preto.”, por esse motivo foi convencionado no ano de 1991 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] que a população negra no Brasil é a somatória do número de pardos e pretos.

Fonte: CADÚNICO, setembro 2022 – Gráfico elaborado pelo autor

Gráfico 5 - Escolaridade população de rua - Goiânia



Fonte: CADÚNICO, setembro 2022 – Gráfico elaborado pelo autor

Ao analisar os dados sobre a escolaridade das pessoas que vivem nas ruas de Goiânia, percebe-se que a maioria possui apenas Ensino Fundamental incompleto, com um total de 664 pessoas. Em segundo lugar, encontram-se aqueles com Ensino Médio completo, somando 193 pessoas, seguidos por 163 pessoas com Ensino Fundamental completo e 153 com Ensino Médio incompleto. Além disso, 136 pessoas declararam não possuir nenhum tipo de instrução, de maneira que 120 delas afirmam não saber ler e escrever. Por fim, apenas 24 pessoas possuem nível de escolaridade superior incompleto ou mais, como pode ser observado no Gráfico 5.

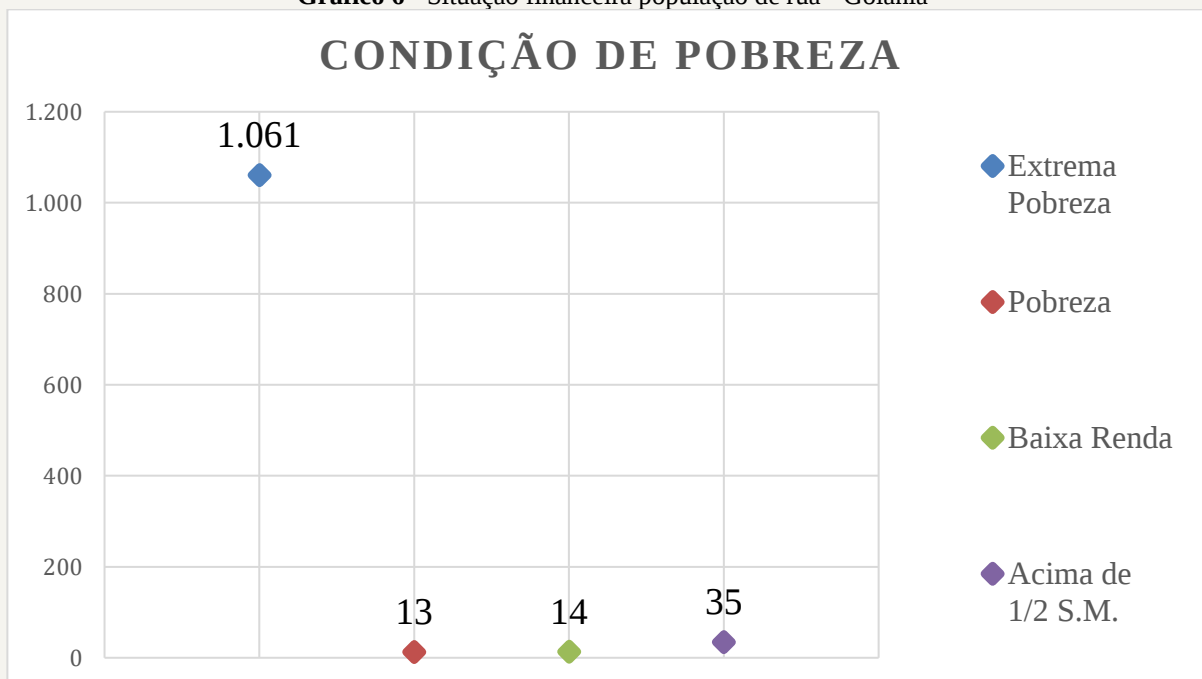
Assim, como ilustrado pelos gráficos acima, grande parte da população de rua apresenta pouco acesso à educação, o qual seria o principal mecanismo de inclusão social e diminuição da desigualdade. É preocupante constatar que a grande maioria da população de rua apresenta pouco acesso à educação, que é um dos principais mecanismos de inclusão social e de redução da desigualdade. Esse déficit educacional pode perpetuar o ciclo de pobreza e exclusão social dessas pessoas, dificultando o acesso às melhores oportunidades de emprego e a uma vida digna.

1.1.3 - Situação econômica

De acordo com o Ministério da Cidadania, é considerada em situação de extrema pobreza uma família cuja renda per capita é de até R\$100,00. Já pessoas com renda per capita entre R\$100,00 e R\$200,00, são consideradas em condição de pobreza, enquanto aquelas que recebem entre R\$200,00 e meio salário-mínimo, são classificadas como baixa renda.

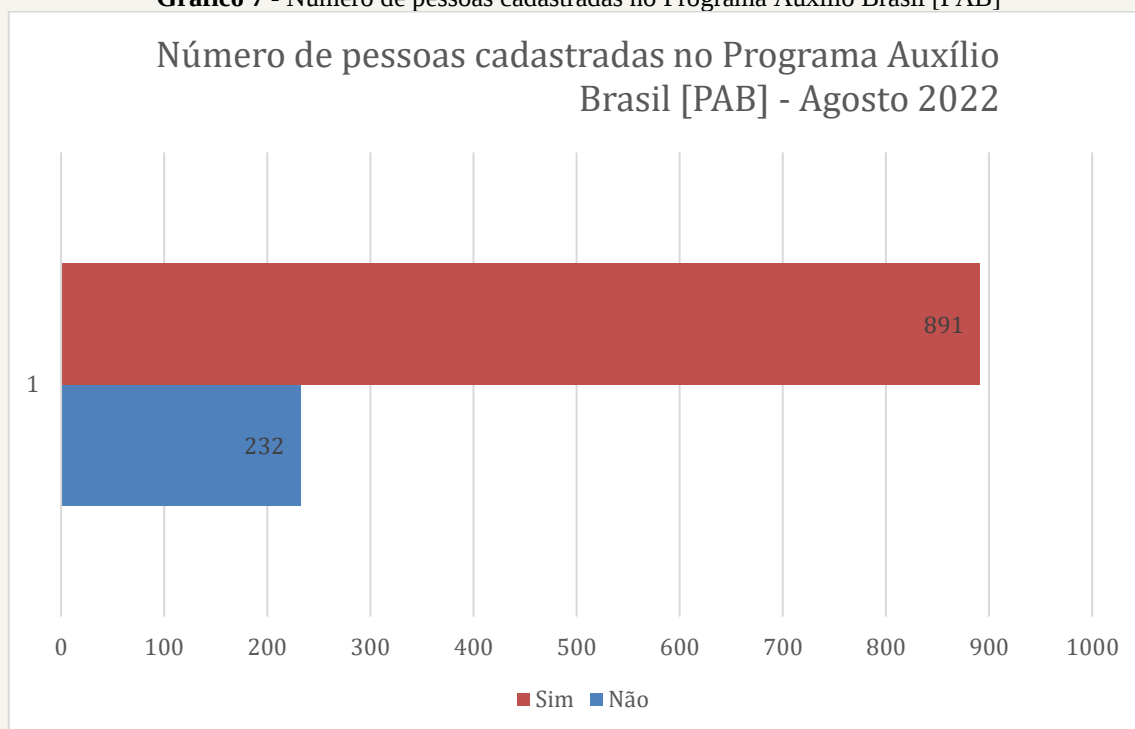
Nesse sentido, a população de rua cadastrada no CADUNICO apresentou-se da seguinte forma: 1.061 pessoas (94,48%) em situação de extrema pobreza; 13 (1,15%) em situação de pobreza; 14 (1,24%) com baixa renda; e 35 (3,11%) que recebem acima de meio salário-mínimo, conforme demonstrado no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Situação financeira população de rua - Goiânia



Fonte: CADÚNICO, setembro 2022 – Gráfico elaborado pelo autor

Ao analisar o mês de agosto de 2022 no gráfico 7, pode-se observar que a grande maioria da população em situação de rua em Goiânia recebe o Programa Auxílio Brasil (PAB), que totaliza 891 pessoas e representa 79,34% desse grupo vulnerável. Porém, a quantidade de 232 pessoas que não recebem o PAB é preocupante, uma vez que, para muitas delas, o auxílio é uma importante fonte de subsistência.

Gráfico 7 - Número de pessoas cadastradas no Programa Auxílio Brasil [PAB]

Fonte: CADÚNICO, agosto 2022 – Gráfico elaborado pelo autor

Ao analisar as estatísticas apresentadas, pode-se perceber que o cidadão pertencente a população de rua é vítima de grandes dificuldades e precariedades. Diante do cenário de precariedade social, a população em situação de rua se organiza em busca de soluções para problemas de exclusão material, simbólica e social, ao criar verdadeiras barricadas físicas e virtuais. Para sobreviver, abrem caminhos e espaços em meio à cidade, e configuram espaços de resistência conhecidos como “quebradas”.

A estratégia de construção de vínculos de solidariedade e apoio mútuo entre as pessoas em situação de vulnerabilidade é adotada como forma de proteção e sobrevivência. Essa abordagem é importante, pois essas pessoas muitas vezes se encontram isoladas e desamparadas, sem a rede de suporte familiar e social necessária para enfrentar as dificuldades da vida nas ruas.

No entanto, mesmo com essa estratégia de apoio mútuo, a luta contra as condições de vida nas ruas é justa e necessária, uma vez que, frequentemente, o Estado usa a repressão¹², e a

¹² Práticas higienistas frequentemente são utilizadas contra pessoas em situação de rua. Um exemplo disso pode ser encontrado em matérias de jornais, como a reportagem do Ponte Jornalismo intitulada "Moradores de rua são alvo de repressão e limpeza social". Disponível em: <<https://ponte.org/moradores-de-rua-sao-alvo-de-repressao-e-limpeza-social-denuncia-julio-lancellotti/>>

expulsão¹³ como principais métodos para lidar com o fenômeno da população em situação de rua. Essas táticas, muitas vezes, desumanizam ainda mais essa população vulnerável, que já enfrenta muitos desafios em sua luta diária pela sobrevivência. Dessa forma, essas abordagens têm se mostrado ineficientes e ainda ferem a dignidade dessas pessoas.

Nesse sentido, é fundamental ouvir as reais demandas da população em situação de rua e, assim, buscar soluções mais eficazes e humanitárias para lidar com essa questão. É preciso oferecer suporte e oportunidades, no lugar de criminalizar e punir as pessoas que já sofrem com a exclusão social. Dessa forma, é possível garantir a dignidade e a reintegração dessas pessoas à sociedade.

O padre Júlio Lancellotti (2020), pároco da paróquia de São Miguel Arcanjo no bairro da Mooca, na cidade de São Paulo, afirma que a humanidade vive em um estado de “crise humanitária” e que “conviver com a população em situação de rua é resistência e denúncia da opressão e da banalização da miséria a que são submetidos. A vida, em todas as dimensões, é negada e reprimida”.

Não obstante, se o número da população de rua aumenta constantemente, e que afirma-se que se isso tornou-se uma crise humanitária, como essas pessoas podem ser consideradas invisíveis, uma vez que a visualidade desses sujeitos saltam aos olhos cotidianamente? Esse cenário mostra-se como um paradoxo ao conceito de invisibilidade, pois a palavra invisível sugere algo ou alguém que não é visto, algo que está em contraste com os fatores expostos.

Para Jonnefer Barbosa (2021, p. 21), atualmente, presentifica-se uma sociedade do desaparecimento, que busca criar uma “vida que não deixa rastros”. Segundo o autor, essa técnica governamental opera dentro da impessoalidade da vida, ao retirar seus aspectos múltiplos e se expressar em diferentes dispositivos, desde a exclusão e/ou não coleta de dados, até a falta de políticas públicas efetivas. O autor ressalta, ainda, que o desaparecimento não é apenas uma questão de deixar viver ou morrer, mas sim de gerir o apagamento da história e de suas multiplicidades. Assim, as políticas de desaparecimento não apenas resultam na morte de milhares de pessoas anônimas, mas também buscam evitar que tais eventos sejam assinalados,

¹³ Na matéria do jornal Mais Goiás intitulada "Prefeitura remove moradores que viviam debaixo de ponte no setor Sul, em Goiânia", é relatada a triste situação de 12 pessoas que foram expulsas do local onde viviam embaixo de um viaduto na região universitária da cidade de Goiânia. Disponível em: <<https://www.maisgoias.com.br/cidades/prefeitura-remove-moradores-que-viviam-debaixo-de-ponte-no-setor-sul-em-goiania/>>

tornando essas vidas invisíveis.

Em vista disso, para compreender essa condição de desaparecimento, é importante considerar que a invisibilidade da população em situação de rua não se refere somente à sua presença física no espaço urbano, mas à sua exclusão social e à falta de visibilidade dos mesmos como sujeitos dignos de direitos e oportunidades. Apesar de que possam ser avistados nas ruas, muitas vezes são ignorados e marginalizados pela sociedade e pelo Estado, que não fornecem as condições necessárias para que possam superar a situação de vulnerabilidade em que se encontram. Portanto, o termo "invisibilidade" deve ser entendido não como ausência física, mas como falta de reconhecimento e valorização dessas pessoas como seres humanos e cidadãos. Nesse sentido, faz-se necessária uma reflexão sobre o conceito para verificar como a palavra "invisível" pode ser justificada nesse contexto.

1.2 - Fragmentos de uma escavação sobre a invisibilidade

Para entender melhor o conceito de invisível social, é importante destacar que ele se refere a sujeitos ou grupos que são marginalizados, negligenciados ou considerados inferiores em relação a outros grupos. Esse termo, é utilizado em diversas áreas e aborda temas como classe social, gênero, trabalho, saúde, educação, moradia, entre outros. A invisibilidade social está diretamente relacionada às fragilidades provocadas pela desigualdade, que podem tornar esses grupos invisíveis para a sociedade em geral.

Assim, a utilização do termo invisível serve para adjetivar vários sujeitos, de diferentes modos, a partir de categorias de desigualdade. Rousseau (2001), identificou que as desigualdades partem de dois modelos distintos que podem ou não se relacionar. O primeiro, definido como desigualdade natural ou física, isto é, determinado pela natureza, pode ser expresso por gênero, raça¹⁴, idade, força, saúde entre outras. O segundo, é definido como desigualdade moral ou política, pois ela depende de uma construção social estabelecida de forma arbitrária e consiste em relações de classe, hierarquia social e econômica¹⁵.

Essas condições englobam grande parte da humanidade, com o argumento que todos os seres humanos, em maior ou menor grau, em algum momento, por possuírem características ou pertencer há um desses grupos, foram, são ou serão invisibilizados. Com razão, a grande maioria não ocupará um posto na história oficial; não executará grandes feitos e passará despercebida, assim como esses outros numerosos invisíveis. Assim, quem não se identificaria, ao menos em palavras, com a condição de invisibilidade? Entretanto, não é a intenção, aqui, tratar da invisibilidade global, mas da que é dirigida a um grupo de maior vulnerabilidade.

Nesse sentido, as desigualdades, por si só, não determinam o que é ser invisível, e não há uma definição precisa do que realmente é a invisibilidade. Assim, a tarefa do pesquisador deve seguir a analogia benjaminiana de procurar fragmentos, como um escavador que regressa ao mesmo local inúmeras vezes a procurar pelos detalhes, como se estivesse remexendo a terra

¹⁴ Embora a raça seja atualmente compreendida como um construto social em vez de um fenótipo biológico, ela continua sendo um dos principais fatores que contribuem para a desigualdade social em todo o mundo. As concepções de raça dos séculos XIX e XX legitimaram a opressão e exploração de povos e grupos considerados inferiores, permitindo o colonialismo e genocídios em diversas partes do mundo por aqueles que se consideravam superiores. Como enfatizado por Mike Davis (2022), em seu livro "Holocaustos Coloniais", tais ideias têm consequências duradouras até os dias de hoje e, por isso, muitas políticas públicas usam a raça como um critério para orientar as ações e criações de políticas públicas, como exemplo, existe a bem sucedida Cotas Raciais.

¹⁵ Vale ressaltar que o texto de Rousseau (1712-1778) foi escrito no século XVIII e que, desde então, muitas discussões sobre desigualdade foram realizadas. No entanto, é importante notar que a base da categorização das desigualdades ainda é relevante nos dias atuais. Embora tenha-se avançado em muitos aspectos, a essência das diferenças sociais ainda é semelhante àquela que Rousseau identificou.

para trazer à tona novos fragmentos, que componham o objeto de sua pesquisa. Porém, tão importante quanto revirar a terra é saber o local onde pesquisar e, a partir dessa localização, relatar não somente os achados, mas também todo o processo (BENJAMIN, 2013a, p. 101).

Por conseguinte, não há nenhuma dúvida de que a palavra invisível é, visivelmente, o oposto da palavra visível, que, por sua vez, significa aquilo que é perceptível, aparente, evidente, o que leva a concluir que invisível é tudo aquilo que não pode ser visto. Entretanto, é comum que a palavra invisível não seja utilizada apenas em seu sentido estrito e literal, mas também pode ser associada a um sentimento de impotência, falta de importância, falta de reconhecimento, a algo pouco abordado ou omitido. Assim, ao verificar os significados da palavra invisível, é possível entender que a estrutura etimológica da palavra não traz nada de novo, mas aponta um caminho.

Segundo o dicionário Michaelis, etimologicamente, a palavra deriva do Latim *invisibilis*, “o que não pode ser visto”, de *in-*, negativo, mais *visibilis*, de *videre*, “ver”; enquanto adjetivo: 1. Que não pode ser apreciado pelo sentido da visão; que não tem visibilidade; que não se vê. 2. Que não se deixa ver; que não aparece por pertencer ao domínio da imaginação. 3. Que não é visível a olho nu devido a sua extrema pequenez; na qualidade de substantivo masculino: 1. Aquilo que não se vê. Porém, o prefixo *in*, em latim, também possui o sentido de movimento para dentro. Assim, pode-se compreender a invisibilidade como um movimento que está contido dentro da visibilidade.

Um exemplo de como a palavra invisível pode ser aplicada é na prática esportiva da corrida. Durante a atividade, é comum que o praticante mantenha o foco em sua performance e deixe de notar diversas situações que ocorrem ao seu redor, mesmo que elas estejam dentro do seu campo de visão. Essas situações podem ser consideradas invisíveis para o corredor, pois não são percebidas devido à concentração na atividade principal. Nesse contexto, a palavra invisível é usada em um sentido mais figurado para descrever algo que não é notado ou que passa despercebido devido a outros fatores que ocupam a atenção.

Logo, ao observar o uso da palavra invisível, percebe-se que ela pode operar em dois círculos de representações que, apesar de não serem opostos, podem representar nuances distintas em seu significado. Às vezes, a invisibilidade não é o oposto da visibilidade, mas o reforço daquilo que é visível e que é preciso fazer um esforço consciente para não ver. Com base em casos de invisibilidade, como esse e em outros que serão apresentados, pode-se aprofundar essa alusão e discutir suas implicações sociais.

Para ilustrar essa ideia, é possível imaginar uma cena comum em muitas cidades: uma criança que vende mercadorias em um semáforo. Apesar de estar claramente visível, é comum que as pessoas optem por ignorá-la, tornando-a invisível. Esse comportamento demonstra que o invisível pode ser visto como uma forma de super visibilidade, na qual a presença da criança é reconhecida, mas seu valor é negado e sua existência é negligenciada. Como diz Carolin Emcke, “Os invisíveis, aqueles que não são percebidos socialmente, não pertencem a nenhum «nós». Suas palavras não são ouvidas, seus gestos não são vistos. Os invisíveis não têm sentimentos, necessidades ou direitos” (EMCKE, 2020, p. 22). Destarte, compreende-se que os invisíveis sociais são despossuídos, não apenas de bens de consumo, como de certas seguranças institucionais, civis e jurídicas, isso é, o direito consuetudinário é desrespeitado e difere do direito legislado dos privilegiados.

Em certa medida, pode-se considerá-los, como aquilo que Bauman (2015) caracterizou como uma vida desperdiçada, ao nominá-los como “*refugos humanos*”, um produto inevitável da modernização. Tais refugos, são parcelas dos cidadãos que estão deslocadas da sociedade, seja por sua inadaptabilidade e ou por terem falhado dentro do sistema capitalista, afinal, não são consumidores em uma sociedade do consumo e, portanto, não são necessários.

Esse sentido negativo da palavra invisibilidade que é atribuído às condições sociais, tem sua origem em uma obra autoficcional feita pelo escritor estadunidense Ralph Ellison (2020), em seu livro “Homem Invisível¹⁶”, o qual aborda muitos aspectos sociais enfrentados por negros em meados do século XX. Alguns deles ilustram desde o racismo praticado pela população branca, até as relações de trabalho e políticas entre outras pessoas em condições parecidas. Já no prólogo do livro, Ellison, através de seu personagem principal, um narrador personagem sem nome, descreve seu sentimento de invisibilidade ao enfrentar uma situação ocorrida nas ruas da cidade de Nova Iorque nos Estados Unidos na década de 1950.

Diferentemente dos seres invisíveis vistos na literatura ou nos filmes, a invisibilidade enfrentada e denunciada por Ellison não é relacionada a nenhum acidente que provocou a transparência de seu corpo, como ocorre em histórias de ficção científica, tampouco são como os espectros de outros livros de terror, mas acontece simplesmente porque as pessoas recusam enxergá-lo. Não obstante, o personagem relata que em certos momentos se sente confortável em não ser visto, mas em contrapartida, também há um sentimento de não existência. Em

¹⁶ Livro originalmente publicado em 1952 pela editora *Random House*, venceu o prêmio *National Book Award for Fiction* em 1953, superando o livro *O Velho e o Mar*, de Ernest Hemingway.

seguida, para reverter esse tipo de sensação, há uma série de ações que o personagem toma para se fazer visível, mas é constatado que, em sua maioria, o esforço é em vão. Logo, é válido compreender que os relatos feitos por Ellison, em sua obra, identificaram e nomearam um sintoma: o sujeito invisível, que estaria prestes a ganhar mais relevância nas décadas seguintes e, principalmente, no início do século XXI.

A partir dessa premissa, é legítimo tecer algumas perguntas, como: quais os dispositivos e concepções de invisibilidade que podem ser reconhecidos? Por que e como algumas pessoas são invisibilizadas? Que tipos de mecanismos intersubjetivos e sociais promovem esse modo de ver que torna alguns visíveis e outros invisíveis? Existem outros relatos históricos ou ficcionais que demonstram a proliferação das formas de “desver”? Qual ideologia é responsável por esse esfumaçamento de alguns sujeitos e que estrutura os padrões interpretativos que criam o olhar através?

Nesse sentido, Didi-Huberman (2010), sugere que a visão não é simplesmente uma questão de reconhecimento objetivo dos elementos que compõem o real, como se fosse a atuação de uma máquina que processa informações sensoriais. Na verdade, ele argumenta que ver é uma operação subjetiva que envolve o sujeito que olha e o objeto que é olhado. Desse modo, a atividade de dar a ver não é apenas fornecer evidências visuais aos olhos, mas também é perturbar o ato de ver e o sujeito que o realiza. Em outras palavras, a visão é uma operação dividida, inquieta, agitada e aberta, a qual não pode ser compreendida como uma mera transmissão de informações sensoriais.

Sendo assim, o fenômeno da invisibilidade pode ser analisado através dos dispositivos que Freud (2006), em sua famosa formulação, chamou de recalque ou repressão, quando certos estímulos que conduzem a sentimentos de satisfação e prazer são reprimidos por alguma relação de ordem, seja ela social, familiar ou jurídica. Nas palavras do autor, “a essência da repressão consiste simplesmente em afastar determinada coisa do consciente, mantendo-a a distância” (FREUD, 2006, p. 152). Assim, efetua-se uma analogia para compreender o recalque, cuja ação de repressão funciona como uma espécie de barragem hidrelétrica que detém o curso do rio para gerar energia e manter o funcionamento de uma usina. Entretanto, essa barreira não consegue obstruir toda essa vazão reprimida, escapando alguma parte dessa água.

Através dessa analogia, associa-se esse escape de água com o que Freud nomeou como “ato falho”. Em seu livro *Sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana* (2006), Freud descreve que o inconsciente faz com que o sujeito tome ações equivocadas, conhecidas popularmente

como “ato falho”. Esses comportamentos inesperados “e certos desempenhos aparentemente intencionais, revelam, [...], ter motivos válidos e ser determinados por motivos desconhecidos pela consciência.” (FREUD, 2006, p. 237). O “ato falho” é comumente atribuído na linguagem, principalmente, ao que escapa através da fala (*Versprechen*), porém, é também atribuído a situações que ocorrem por erros de comportamento motores (*Vergreifen*).

A partir disso, compreende-se que o desejo e/ou a necessidade de não ver algo, pode gerar esse erro de comportamento motor, e produzir um cegamento seletivo para certos objetos e situações do cotidiano. Nesse sentido, a ação de “desver” pode ser compreendida como uma defesa, como uma negação, ou ainda como uma recusa de aceitar um determinado fato social. Isso faz com que haja uma diminuição de atenção em direção aquilo que não se quer ver. Por exemplo, ao ver uma pessoa em situação de rua deitada sobre papelões em uma calçada, a sensação de repulsa que ele causa é reprimida o que afasta esse sentimento da consciência. Dessa forma, ao passar pela pessoa em situação de rua e não vê-la, essa ação de cegamento seletivo é entendida como ato falho, por ser o escape que se deu da repressão do sentimento de repulsa.

Ao partir de uma outra premissa, pode-se observar as concepções de visibilidade e invisibilidade a partir da formulação de Honneth (2001), que, apesar de parecerem simples antônimos, carregam ações distintas. Na invisibilidade, os grupos atingidos experimentam a sensação de ser trespassados visualmente, um “olhar através”, enquanto, na visibilidade, além da pessoa ser notada, ela é reconhecida. Desse modo, a invisibilidade funcionaria como se as pessoas não fossem reconhecidas, percebidas ou vistas. Em outras palavras, quem é invisibilizado tem a percepção de que sequer existe. Por essa lógica:

A expressão coloquial para essas formas frequentes de invisibilidade intencional é “olhar através” de alguém. Nós podemos avaliar a capacidade de mostrar nosso desrespeito às pessoas que estão presentes, comportado com elas como se não estivesse realmente na sala. Nesse sentido, “olhar através” de alguém tem um aspecto formativo porque exige gestos ou modos de comportamento que deixam claro que o outro não é percebido, não apenas acidentalmente, mas intencionalmente.¹⁷ (HONNETH, 2001, p. 111, tradução nossa).

Nesse viés, é possível entender que a invisibilidade pode ser compreendida em uma

¹⁷(tradução nossa).

No original: *The colloquial expression for such active forms of intentional invisibility is 'looking through' someone. We possess the capacity to show our disregard to persons who are present by behaving towards them as if they were not actually there in the room. In this sense, 'looking through' someone has a performative aspect because it demands gestures or ways of behaving that make clear that the other is not seen not merely accidentally, but rather intentionally.*

equação na qual o observador A pode olhar de forma a trespassar B intencionalmente ou não, no entanto, é necessário que B entenda que está em uma posição estigmatizada dentro de um reconhecimento prévio efetuado por A. Paradoxalmente, o sujeito invisibilizado tem suas características previamente conhecidas, sejam elas evidentes, pré-concebidas ou inconscientes.

Cabe ressaltar que essas relações estigmatizantes foram estudadas por Goffman, em sua obra *Estigma - notas sobre a manipulação* (1988). Para o autor, a sociedade gera os modelos e categorias de identificação através de atributos específicos. Esses modelos de reconhecimento funcionam de forma a rotular, marcar, ou encobrir a identidade real do sujeito. Assim, as exigências pré-concebidas que são feitas quando depara-se de frente com os indivíduos, imputam esses aspectos depreciativos, construídos por forma de relações prévias. Assim:

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser - incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável - num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem - e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real. [...] (GOFFMAN, 1988, p. 5).

Em outras palavras, Goffman sugere, em certa medida, a mesma mediação de reconhecimento, no sentido negativo, preliminarmente estabelecida por Honneth. Nessa linha, existe uma mediação de símbolos e significados, permeados previamente, que geram o estigma ao demonstrar que o estranho, diante do campo de visão do observador, pode possuir atributos que simbolizam uma discrepância entre a identidade social virtual e a identidade real. Assim, pode-se reforçar que tanto o sentimento de trespassar pelo olhar, como a ação de ignorar uma presença física, só ocorre porque existiu um reconhecimento dos símbolos que um sujeito carrega e, também, a visão daquilo que precisa ser ignorado. Ou seja, para o sujeito se tornar invisível, algo precisa ser visto. Por conseguinte:

A discrepância conceitual que se torna aparente entre invisibilidade visual e visibilidade se deve ao fato de que, com a transição para o conceito positivo, as condições que regem sua aplicabilidade são mais exigentes: enquanto invisibilidade no sentido visual significa apenas o fato de um objeto não ser presente como um objeto no campo perceptivo de outra pessoa, a visibilidade física exige que percebamos o sujeito, digamos, como um vizinho, em vez de reconhecê-lo dentro de uma estrutura espaço-temporal, como um objeto com propriedades relevantes para a situação. [...] Sugiro, portanto, que a visibilidade física implica uma forma elementar de identificabilidade individual e, portanto, representa uma primeira forma primitiva do

que chamamos de "reconhecimento"¹⁸ (HONNETH, 2001, p. 113, tradução nossa).

Portanto, de acordo com Honneth (2001), para que a invisibilidade não seja provocada, há uma necessidade de tratamentos recíprocos de significados e afetos, em que tanto o observador quanto o observado sejam reconhecidos de forma positiva, isto é, que haja um conjunto de representações que podem ser trocadas para que os sujeitos sejam realmente identificados. Assim, através de ações positivas de atenção um para com o outro, os sujeitos envolvidos podem se sentir pertencentes e reconhecidos, como afirma o autor:

É claro que os gestos expressivos pelos quais os sujeitos humanos demonstram reciprocamente o reconhecimento já representam uma certa forma de comportamento: ao sorrir ou estender um gesto de boas-vindas a outra pessoa, nos posicionamos em relação a ela e, nessa medida, realizamos uma ação. Por outro lado, porém, esse tipo de comportamento expressivo também contém uma referência a uma infinidade de outras ações porque sinaliza de forma simbolicamente abreviada o tipo de ações subsequentes nas quais o ator está preparado para se envolver. Da mesma forma que, no caso do bebê, o sorriso do cuidador representa simbolicamente um comportamento amoroso, um gesto de acolhimento entre os adultos expressa o fato de que posteriormente se pode contar com ações benevolentes. Os gestos expressivos, portanto, são ações que possuem o caráter de uma meta-ação na medida em que sinalizam simbolicamente um tipo de comportamento que o destinatário pode legitimamente esperar. Ora, se o reconhecimento em sua forma elementar representa um gesto expressivo de afirmação, segue-se, em primeiro lugar, que ele também representa uma meta-ação: ao fazer um gesto de reconhecimento em direção a outra pessoa, fazemos-lhe perceber performativamente que nos vemos somos obrigados a nos comportar maneira benevolente com ela¹⁹ (HONNETH, 2001, p. 120, tradução nossa).

Nesse sentido, a visibilidade é demonstrada a partir das relações de reconhecimento, ou seja, da construção simbólica que possibilite a sensação de pertencimento, que reconhece e

¹⁸(tradução nossa).

No original: *The conceptual discrepancy that becomes apparent between visual invisibility and visibility is due to the fact that, with the transition to the positive concept, the conditions governing its applicability are more demanding: while invisibility in the visual sense means only the fact that an object is not present as an object in another person's perceptual field, physical visibility requires that weceiving subject, let us say, as a neighbour instead of the cleaning cognize it within a spatio-temporal framework as an object with situationally relevant properties. [...]. I suggest, therefore, that physical visibility implies an elementary form of individual identifiability and, accordingly, represents a first, primitive form of what we call 'cognizing'.*

¹⁹ (tradução nossa)

No original: *Of course, the expressive gestures through which human subjects reciprocally demonstrate recognition already represent a certain form of behaviour: by smiling at or extending a welcoming gesture towards another person, we take up a position in her regard and, to this extent, perform an action. On the other hand, however, this kind of expressive behaviour also contains a reference to a multitude of other actions because it signals in symbolically abbreviated form the kind of subsequent actions in which the actor is prepared to engage. In the same way as, in the case of the infant, the caregiver's smile symbolically stands for loving behaviour, a welcoming gesture among adults expresses the fact that one can subsequently reckon upon benevolent actions. Expressive gestures, therefore, are actions that themselves possess the character of a meta-action insofar as they symbolically signal a type of behaviour that the addressee legitimately may expect. Now, if recognition in its elementary form represents an expressive gesture of affirmation, it follows, to begin with, that it also represents a meta-action: by making a gesture of recognition towards another person, we performatively make her aware that we see ourselves obligated to behave towards her in a certain kind of benevolent way*

classifica os sujeitos como iguais, semelhantes e/ou dessemelhantes de forma qualitativa e em uma perspectiva de um intercâmbio sem atritos de vivência. Desse modo, “essa forma originária de se relacionar com o mundo” que será chamada de reconhecimento (HONNETH, 2018, p. 57). Vale reiterar que Honneth (2003) parte de sua leitura do jovem Hegel (período de Jena), e entende o reconhecimento como uma ação recíproca entre indivíduos, em que o sujeito só se assume como um ser social se tiver anteriormente confirmada a sua individualidade por outrem (intersubjetivamente).

Sendo assim, um gesto não tão expressivo como um aperto de mão, um aceno com a cabeça ou um olhar ameno, já produziriam significados de que o outro existe enquanto sujeito. Seguindo o pensamento de Honneth (2003), há três formas de reconhecimento: o amor familiar, o jurídico e a estima social — solidariedade —, de forma que o amor familiar é responsável pela autoconfiança; o direito jurídico, pelo autorrespeito²⁰; e a solidariedade, pela autoestima²¹. Destarte, se qualquer uma dessas formas de importância for retirada, dá-se início à luta pelo reconhecimento.

Esta luta por reconhecimento pode ser exemplificada em reivindicações, sejam elas físicas ou simbólicas. As reivindicações podem vir por frases, xingamentos, cartazes e agressões físicas, na tentativa de desfazer a ação do “olhar através”. Entretanto, o sujeito irá reivindicar que outra pessoa o veja quando ele tiver a consciência de sua situação de invisibilidade. Ou seja, quando o sujeito afetado acredita ou tem conhecimento de que realmente sofre de invisibilidade social.

Diante da escavação de fragmentos proposta nesse capítulo, é possível compreender e dosar o sentido da condição de invisibilidade. Recorre-se, assim, à teoria desenvolvida por Freud para explicar a cegueira seletiva que, através do mecanismo de ato falho, traz à tona uma vontade de invisibilizar aquilo que não se deseja ver. De maneira conjunta, é intercalada a hipótese sobre invisibilidade e visibilidade de Axel Honneth com a caracterização dos estigmas formuladas por Ervin Goffman. Isso posto, compreende-se que a invisibilidade tem modos de operar distintos. O observador, de forma consciente ou não, nega a existência do sujeito no seu

²⁰ Um sujeito é capaz de se considerar, na experiência do reconhecimento jurídico, como uma pessoa que partilha com todos os outros membros de sua coletividade as propriedades que capacitam para a participação numa formação discursiva da vontade; e a possibilidade de se referir positivamente a si mesmo desse modo é o que podemos chamar de “autorrespeito”. (HONNETH, 2003, p. 197).

²¹ um sentimento de orgulho do grupo ou de honra coletiva; o indivíduo se sabe aí como membro de um grupo social que está em condição de realizações comuns, cujo valor para a sociedade é reconhecido por todos os demais membros (HONNETH, 2003, p. 209).

campo visual; já no sentido do invisibilizado, há uma sensação de ser trespassado pelo olhar. Sendo assim, não se trata de “uma visão fraca ou algo que possa ser explicado pela fisiologia, trata-se apenas de uma atitude interna do observador que ofusca o outro e o faz desaparecer” (EMCKE, 2020, p. 22).

Em vista disso, para dar continuidade às escavações propostas neste trabalho, é imprescindível explorar a ideia de invisibilidade que permeia uma sociedade capitalista e como essa invisibilidade se relaciona com as trocas emocionais entre sujeito e objeto. Nesse sentido, existe a possibilidade de abranger as relações intersubjetivas dentro da sociedade capitalista a partir da premissa de que essas trocas são mediadas pelas mercadorias. Assim, a seguir, é apresentado como essas relações se manifestam.

1.3 - A mercadoria que invisibiliza os sujeitos

Figura 2 - ZARA HOME



Fonte: SÁNCHEZ, Antonio. 2017²²

²² Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/antondensi/51466645618/in/photostream/>> Acesso em: 01 de março de 2022.

A fotografia, observada acima (figura 2), feita pelo fotógrafo Antonio Sánchez nas ruas de Barcelona, poderia ter sido fotografada em inúmeras outras cidades no mundo, pois é uma cena recorrente nas metrópoles mundiais. A violência transmitida por essa imagem, retoma o exposto no item anterior, ao demonstrar contradições nas relações de visibilidade e invisibilidade. Ao descrever a imagem, pode-se separá-la em três planos de visão.

No primeiro plano de visão, há uma mulher vestida de vermelho, cercada de mercadorias. Ela caminha na calçada com mochila nas costas, bolsa, óculos escuros, e fones de ouvidos. Sua atenção está focada no aparelho celular que carrega em mãos, o que dá a impressão de estar alheia ao ambiente ao seu redor. No segundo plano, há uma pessoa deitada em placas de papelões abertos sobre a mesma calçada, na qual a outra pessoa caminha. A pessoa deitada tem seu corpo coberto por uma colcha vermelha e seu rosto tampado por um boné; à sua frente, há uma placa de papelão com a escrita em tinta azul “Tenho Fome, Ajuda Me²³”(tradução nossa). No terceiro e último plano, é possível observar, logo acima da pessoa deitada na calçada, uma vitrine da loja *Zara Home*. Nesta vitrine, há uma cama dentro de um ambiente controlado, iluminado e possivelmente climatizado, o que confere conforto e segurança à mercadoria, condições que faltam à pessoa que está deitada logo à frente, do lado de fora da loja.

O que tem de especial nessa fotografia é a forma como ela se comunica. Apesar de sua privação de fala, ela faz com que seja possível escutá-la. Uma imagem falante! “O falar da falta de fala” (NANCY, 2015, p.55). Essa imagem traz à tona uma série de relações de invisibilidades dentro do processo de subjetividade formado na sociedade capitalista. Diante disso, pretende-se traçar como esses aspectos da economia dominaram as esferas de ordem concreta ou simbólica da vida, pública ou privada, nas grandes cidades, com foco nas interações de invisibilização e reconhecimento intersubjetivo.

Dessa forma, será traçado um mapa de conceitos que utilizam da teoria do valor, dentro da abordagem marxista, para explicar o processo de produção da subjetividade capitalista, criando, assim, uma cartografia que se inicia pela definição de mercadoria e segue pela formação do valor dentro da lógica capitalista. Uma vez compreendidos os valores de uso e troca, as relações que o trabalho tem com a formação dos valores, é provável chegar à relação ilusória que a sociedade capitalista tem com a mercadoria. Essa ilusão fantasmagórica criada pela mercadoria é intimamente ligada à objetificação das relações sociais, o que impede a

²³ (tradução nossa).

No original: *TENGO HAMBRE, AYUDAME*.

participação de certos indivíduos, mesmo que sejam considerados participantes do espetáculo.

1.3.1 - A mercadoria

No primeiro livro da série de três volumes de *O Capital* (2011), Marx inicia seu estudo sobre o Capital, mas não pelo dinheiro, que seria a forma mais lógica de análise, mas pela mercadoria. Deste modo, o estudo sobre o Capital tem o seu início a partir do momento em que o autor entende que “a riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma enorme coleção de mercadorias, e a mercadoria individual como sua forma elementar” (MARX, 2011, p. 113). Portanto, entende-se que a mercadoria é o que rege e condiciona a riqueza dentro do modo de produção capitalista.

Ao considerar a sociedade capitalista, especialmente aquelas em estágio mais avançado, é possível perceber que aqueles que possuem mais mercadorias tendem a ser mais visíveis do que aqueles que possuem menos. Isso leva a relacionar a falta de mercadorias com a invisibilidade ou baixa visibilidade da população de rua, afinal ela não possui mercadorias. No entanto, para entender os efeitos que a mercadoria produz, é necessário dar um passo atrás e compreender as dinâmicas de sua formação.

Assim, a definição de “mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer” (MARX, 2011, p. 113) e, portanto, essas necessidades, apontadas aqui, não são necessariamente imprescindíveis para a manutenção da vida, pois podem também ser feitas para atenderem demandas outras. Assim, a mercadoria abasteceria as necessidades tanto do corpo quanto da mente.

Para uma coisa ser considerada mercadoria, segundo Marx, devem ser observadas características inerentes a ela; ser produto de ação humana — Trabalho — e possuir valores de uso e de troca. O “valor de uso” é o emprego de uma coisa que se realiza na utilização ou na sua aplicação, é no valor de uso que se encontram o conteúdo material da riqueza e o suporte para o valor de troca. O “valor de troca”, por sua vez, aparece de forma quantitativa, possui sua grandeza relativa e só é aplicável no momento do intercâmbio, isso é, valores de uso relativos são trocados por outro tipo de valores de uso, relação, essa, que é mutável e alterada incessantemente no tempo e no espaço (MARX, 2011, p. 114).

Grespan (2021) recorda que, historicamente, a mercadoria existiu em vários modelos de organizações econômicas diferentes e anteriores ao modelo capitalista, mas ela só chegou a ter essa significação a partir do momento em que a produção do excedente foi colocada como regra. Não obstante, Marx (2011, p. 119) define que, dentro do modo de reprodução capitalista, não é todo objeto ou serviço que pode ser considerado mercadoria, pois para ganhar o status de mercadoria é necessário que o valor de troca e de uso seja atribuído por outrem. Isso significa, por exemplo, que ao plantar condimentos em sua horta caseira para temperar seu almoço, apesar de possuir valor de uso, o condimento não será uma mercadoria. Mas se tornaria uma, caso ela fosse produzida e utilizada com a finalidade de explorar o seu valor de troca e ter valor de uso embutido por outrem.

Lefebvre (2001), ao relacionar os modelos de valores às cidades, diz que nas cidades pré-capitalistas o valor de uso era superior ao valor de troca, assim, a cidade era mais associada como obra de arte do que um produto material. As oligarquias e a aristocracias destinavam o uso da cidade ao prestígio. Dessa forma, os monumentos, equipamentos, palácios, objetos e festas, tinham como objetivo justificar o privilégio das classes mais abastadas diante das outras comunidades. Dessa maneira, apesar do acúmulo de riquezas por uma certa parcela da sociedade, as cidades pré-capitalistas tinham nas relações sociais sua maior projeção. Muito disso se deve ao fato de que o solo não era compreendido como mercadoria e, sim, como parte da natureza.

Desse modo, a base do valor não é atribuída pelas características que particularizam uma mercadoria, mas pelo trabalho humano necessário para que ela exista. Como foi observado, a utilidade das mercadorias, apresentadas no seu valor de uso, é mutável, isso é, o valor de uso seria atribuído por necessidade transitória. Sendo assim, a partir dessas variações não seria possível gerar uma referência de necessidades e desejos de forma comparativa ao se trocar a mercadoria. Nessa lógica, para que seja possível efetuar essa troca que baliza as mercadorias conforme seus valores de uso, é necessário colocar as características que formam o valor de uso em suspenso, e medir a única característica que todas as mercadorias possuem em comum, e que varia, portanto, apenas em quantidade: ser produto do trabalho humano (GRESPLAN, 2021).

O trabalho, porém, assim como a mercadoria, também é visto por um duplo olhar. A primeira forma de olhar é o “trabalho concreto”. Esse trabalho é o que condiciona o valor de uso, é o que cria valor como resposta a uma necessidade: “o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural

de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (MARX, 2013, p. 120). O trabalho concreto, em outras palavras, o mesmo que pode ser entendido como trabalho específico, pode ser um adereço para o corpo, como o produto de um artesão nas calçadas das cidades, assim como pode ser a coleta do lixo feito por um agente municipal ou um catador de material reciclável, ou, ainda, o trabalho de vigia feito através de rondas policiais. A segunda forma de olhar é a abstração do trabalho concreto. Esse, é a abstração da atividade humana efetuada ao transformá-lo em unidades de tempo socialmente definidas (normalmente, medidas em horas de trabalho). No entanto, esse trabalho abstrato não leva em consideração as atividades ou as suas razões de ser: é uma abstração no sentido de torná-lo valor de troca. Embora o artesanato, a coleta de material reciclável e o patrulhamento possam parecer atividades bastante distintas, todas elas compartilham o fato de que utilizam o corpo humano para a produção da mercadoria. Nesse sentido, não há distinção de classe entre elas, já que todas representam trabalhos humanos que não levam em consideração a forma como a mercadoria será consumida. Esses trabalhos são baseados na pura força de trabalho humana gasta dentro de determinado tempo relativo.

De acordo com Marx: “Essas coisas representam apenas o fato de que em sua produção foi despendida força de trabalho humana, foi acumulado trabalho humano” (MARX, 2011, p.116). Assim, todas essas atividades indicam que houve uma utilização de força de trabalho humana e acúmulo de trabalho humano em sua produção. O conceito de trabalho abstrato é uma média de todo o trabalho necessário para produzir uma mercadoria específica, medido pelo tempo socialmente necessário para produzi-la. Para compreender as diferenças entre artesanato, coleta de material reciclável e patrulhamento, é importante considerar tanto o tempo socialmente definido para cada atividade quanto as condições específicas de produção.

Logo, a dimensão abstrata do trabalho é a base fundamental para o valor das mercadorias e permite a troca de bens. No entanto, uma vez que o valor do trabalho é relativo, os valores dos excedentes de trabalho também são relativos e são calculados com base em uma determinação quantitativa de produção. Esses valores são comparáveis por meio de dois tipos de trabalho: simples e complexo. Para Marx:

Ora, assim como na sociedade burguesa um general ou um banqueiro desempenham um grande papel, ao passo que o homem comum desempenha, ao contrário, um papel muito miserável, o mesmo ocorre aqui com o trabalho humano. Ele é dispêndio da força de *trabalho simples* que, em média, toda pessoa comum, sem qualquer desenvolvimento especial, possui em seu organismo corpóreo. O próprio trabalho simples médio varia, decerto, seu caráter em diferentes países e épocas culturais, porém é sempre dado numa sociedade existente. O trabalho mais complexo vale apenas como trabalho simples potenciado ou, antes, multiplicado, de modo que uma

quantidade menor de *trabalho complexo* é igual a uma quantidade maior de trabalho simples. (MARX, 2013, p. 122)

Em consideração com a citação anterior, o Brasil será utilizado como exemplo. Suponha-se que o valor de um salário-mínimo, representado por x , corresponda ao valor de um trabalho simples. No entanto, caso o trabalho produzido seja mais complexo, o seu valor aumenta em um acréscimo em relação ao salário-mínimo, ou seja, a equação para um trabalho complexo seria $x+1$ ²⁴. Esse processo se repete sucessivamente para trabalhos ainda mais complexos.

Esse duplo olhar sobre o trabalho útil e abstrato só pode ser entendido dentro do sistema capitalista, uma vez que nas sociedades pré-capitalistas, apesar de existir uma hierarquia social, ela não era condicionada pelo trabalho. Para Tiago Muniz Cavalcanti (2021), ao estabelecer uma relação com o período medieval, nota-se que, apesar do trabalho ser baseado dentro de uma lógica de opressão, a relação servo/escravo e mestre, havia uma relação mútua de subsistência e sentimentos, pois era creditada aos senhores feudais um aspecto paternalista ao oferecer proteção aos seus dominados na relação servil.

Os servos, em grande parte, poderiam usufruir das terras dos seus senhores para o trabalho de subsistência, na qual eles poderiam construir sua habitação, sua mobília e prover seu alimento. Um servo ou mesmo um senhor feudal não tinham contato com muitas mercadorias em sua vida cotidiana, afinal poucas coisas tinham em sua atribuição o valor de troca, e, assim, grande parte das mercadorias se baseavam em condimentos, vestimentas, entre outros. Assim, as particularidades do trabalho dentro do feudalismo se restringiam a atender às necessidades de manutenção da vida, já que o tempo tinha uma organização natural, baseado nas relações ambientais e imediatas, como conforto do corpo e do estômago; ou era organizado por estações do ano, condições meteorológicas, cultivo de alimentos e ordenhas de animais (CAVALCANTI, 2021, p. 46).

A reprodução social capitalista parte do princípio de que é necessária a venda de mercadoria para a obtenção do dinheiro enquanto mercadoria, para assim comprar mais mercadorias ou reservar o dinheiro em si. Progressivamente, o trabalho abstrato é o que gera o valor, sendo este representado pelo dinheiro, que, por sua vez carrega, em si uma representação do tempo despendido de trabalho.

²⁴ É importante esclarecer que o termo "+1" não se refere necessariamente a um acréscimo de um salário-mínimo, mas sim a qualquer valor que possa ser adicionado ao valor base.

Desse modo, entende-se por qual razão Marx iniciou sua obra com a análise da mercadoria ao invés do dinheiro. Grespan (2021) destaca que o autor propôs deduzir a forma social do dinheiro a partir da forma social da mercadoria. Isso permitiu superar uma limitação da economia política, que considerava o dinheiro como um artifício técnico criado por convenção social para facilitar as trocas. Isso, porque, na troca simples, cada mercadoria desempenha um papel distinto: a primeira é transferida para outra pessoa e expressa seu valor na segunda, que, por sua vez, funciona como equivalente. Marx denominou essas formas de relativa e equivalente, e todas as mercadorias podem assumir ambas as formas. Entretanto, à medida que as trocas se repetem, uma mercadoria acaba por se destacar e ser utilizada como equivalente geral: o dinheiro. Assim, embora o dinheiro seja uma mercadoria como as demais, ele possui uma característica peculiar, pois expressa o valor das outras mercadorias como seu equivalente único e geral.

Para reforçar, é importante ressaltar que o dinheiro não é apenas um recurso técnico utilizado para facilitar as trocas econômicas, como se acreditava na economia política. Segundo Grespan (2021), o dinheiro é uma mercadoria como qualquer outra, porém com uma característica singular: ele é o equivalente único e geral utilizado para expressar o valor de todas as outras mercadorias. Isso significa que a produção de bens não é direcionada somente para atender às necessidades humanas, mas também para gerar lucro e, conseqüentemente, mais dinheiro. Em outras palavras, a produção de mercadorias torna-se um meio para a produção de dinheiro, e não o contrário.

No entanto, para que haja um aumento real na quantidade de dinheiro, é necessário produzir mais mercadorias, o que implica na geração de um excedente de trabalho abstrato. Esse excedente é possível apenas por meio da exploração dos trabalhadores assalariados, que são obrigados a trabalhar além do tempo necessário para produzir a mercadoria e garantir seu salário. O resultado desse acúmulo de trabalho é o que gera o mais-valor²⁵, que, por sua vez, se traduz no lucro do capitalista (JAPPE, 2021, p. 25). Esse novo sistema traz mudanças que afetam a reprodução social e alteram a compreensão do tempo e espaço, uma vez que o lucro está diretamente relacionado com ambos. Essas mudanças, por sua vez, interferem na reprodução do reconhecimento social e intersubjetivo.

²⁵ Popularmente e/ou em outras edições o conceito de mais-valor recebe o nome de mais-valia.

Na sociedade capitalista, é o trabalho que faz de cada indivíduo um membro da sociedade que, com outros membros, partilha uma essência comum graças a qual pode participar na circulação de seus produtos. É devido ao fato de suas atividades adquirirem a forma comum de uma dada quantidade de trabalho, representada em uma dada quantidade de dinheiro, que os indivíduos podem se entender como parte de um todo, ou seja, podem formar uma sociedade. Nessa perspectiva, basta imaginar que alguém perde a carteira em uma cidade estrangeira para perceber a que ponto essa pessoa deixa de ser membro de uma sociedade, já que tal sujeito passa a não dispor da materialização do princípio de síntese que o liga aos outros (JAPPE, 2021, p.28).

Nessas dinâmicas, apresentadas no funcionamento do capitalismo moderno, as relações são governadas por contratos que suprimem a afetividade e colocam a razão humana como fonte de liberdade. Isso torna o contrato a forma dominante de gestão dessas relações, tanto entre o capital quanto com o trabalho. O contrato regulamenta o modelo de exploração de trabalho humano, que, por convenção, é designado de “trabalho livre”. Entretanto, as liberdades objetivamente são inexistentes, pois o trabalhador só tem uma opção entre trabalhar ou a fome²⁶. O contrato transforma os anteriores acordos entre indivíduos, em um acordo entre fantasias com rostos invisíveis (CAVALCANTI, 2021).

Dessa forma, as relações entre os produtores são substituídas por interações entre objetos. Concomitantemente, grande parte dessas relações contratuais não considera o processo de produção de bens, o que inclui técnica, esforço e conflitos entre trabalhadores e empregadores. Portanto, essa omissão de esconder as peculiaridades do processo produtivo submete o trabalho concreto ao trabalho abstrato, ao mesmo tempo em que, o valor de uso seja indexado ao valor de troca, tornando o trabalhador alienado em relação à sua produção, como se as mercadorias carregassem em si o próprio sentido de sua existência. Todo esse processo é o que Marx nomeou como “fetiche²⁷ da mercadoria”. Nas palavras do autor:

²⁶ Em países desenvolvidos que adotam políticas de bem-estar social, como aqueles situados no centro do capitalismo, ou mesmo em nações como Cuba e Vietnã, a fome é praticamente erradicada. Isso se deve, em grande parte, aos programas de assistência social e auxílios diversos destinados aos desempregados. Graças a essas políticas, a garantia de itens básicos de subsistência é uma realidade concreta nessas sociedades.

²⁷ Segundo Amaro de Oliveira Fleck (2012, p. 143-144): A palavra 'fetichismo' deriva de 'fetiche'. 'Fetiche', em português, deriva da palavra francesa 'fétiche', a qual, por sua vez, tem sua origem na portuguesa 'feitiço'. Essa última, por fim, remete à palavra latina 'facticius', significando, aproximadamente, o mesmo que 'artificial'. O dicionário Le Petit Robert enumera três significados para “fétiche”: “1. Nome dado pelos brancos aos objetos de culto das civilizações ditas primitivas”, “2. Objeto ao qual se atribui um poder mágico ou benéfico” e “3. Aquilo que é reverenciado sem discernimento”. [...]. Marx subverte o conceito quando o utiliza não para se referir aos negros da Guiné adoradores de talismãs, mas sim aos brancos europeus trocadores de mercadorias.

É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Desse modo, para encontrarmos uma analogia, temos de nos refugiar na região nebulosa do mundo religioso. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias (MARX, 2013, p. 147).

Portanto, podem ser identificados aspectos fundamentais para compreender como os sujeitos são invisibilizados pela mercadoria. É preciso entender que a mercadoria é tudo o que é produzido pelo homem e tem um valor duplo: valor de uso e valor de troca. O valor de uso está relacionado à qualidade da coisa, enquanto o valor de troca está relacionado à sua quantidade.

Para que haja troca, é necessário um referencial comum e esse referencial é o trabalho humano. No entanto, mesmo o trabalho tem uma concretude e um fim, mas para que lhe seja atribuído um valor, ele precisa ser abstrato. O trabalho abstrato não só absorve o trabalho concreto, como também cria a ilusão de que o trabalho não existe. Em outras palavras, as pessoas são levadas a acreditar que as coisas têm um valor intrínseco, independente do trabalho humano investido nelas. Essa relação entre as coisas, muitas vezes, é considerada mais importante do que a relação entre as pessoas que as produzem e consomem.

Nesse sentido, na sociedade capitalista, a população em situação de rua, geralmente, é vista como desprovida de valor de uso ou de troca, o que reflete a forma como esses sujeitos são marginalizados e excluídos pela sociedade. Isso ocorre, porque são considerados uma externalidade negativa, uma vez que suas condições de vida precárias e a falta de acesso a serviços básicos, como moradia, alimentação e saúde, podem ter impactos negativos na sociedade em geral. Essa falta de reconhecimento acaba por marginalizá-los e tratá-los como se fossem resíduos humanos.

Dessa forma, dentro da sociedade capitalista atual, as relações entre os indivíduos são abstraídas por meio das mercadorias, o que leva, muitas vezes, a uma inversão de hierarquia, na qual as pessoas se tornam subservientes à lógica da mercadoria, de maneira consciente ou não. Segundo Anselm Jappe (2021), essa forma de interação com o mundo, na qual a consciência é determinada pelas condições sociais, é amplamente conhecida por meio da proposição freudiana sobre o inconsciente. Além disso, o fetichismo mencionado por Marx

também apresenta uma concepção de inconsciente que gera outras consequências nas relações intersubjetivas, as quais serão discutidas a seguir.

1.3.2 – Feitiçaria Capitalista²⁸

No início do segundo capítulo de *O Capital* (2011), Marx, a partir de uma frase irônica, dá uma melhor definição sobre o fetichismo: “As mercadorias não podem ir por si mesmas ao mercado e trocar-se umas pelas outras” (MARX, 2011, p. 159). Dentro dessa lógica, o possuidor da mercadoria teria apenas, supostamente, uma função servil ao produto, uma vez que as mercadorias não conseguiriam se auto comercializar. Por esse lado, “Temos, portanto, de nos voltar para seus guardiões, os possuidores de mercadorias” (MARX, 2011, p. 159), para que possamos compreender as relações sociais estabelecidas nesse jogo.

Por esse ângulo, as consequências diretas do fetiche da mercadoria são desde uma elevação da mercadoria para algo teológico, a partir de uma perspectiva em que o sujeito não é capaz de controlar as relações sociais, justamente por não ter acesso às relações que envolvem a produção da mercadoria — isso é, serem frutos de trabalho humano. Isso tira a transparência das relações sociais e, em decorrência disso, torna os sujeitos opacos. Assim, o processo de produção domina o indivíduo, e as mercadorias passam a ter controle sobre ele, em vez de ele as controlar.

Portanto, essa discussão visa explorar a relação entre a mercadoria como uma entidade fantástica e a produção da invisibilidade social. Desse modo, serão abordados conceitos como reificação, fantasmagoria e espetáculo, bem como outros aspectos importantes, como o sentimento *blasé*. Com isso em foco, busca-se compreender a mercadoria como um fetiche para ajudar a entender como ela reifica os indivíduos, criando uma dinâmica fantasmagórica que é crucial para o tema: a invisibilidade social.

Para entender essa invisibilidade social, é preciso levar em conta a vida nas cidades, as multidões e a dificuldade de identificar os semelhantes, o que pode criar um sentimento *blasé*. Esse sentimento aumenta quando é considerada a velocidade dos fluxos por meio de carros e

²⁸ Feitiçaria capitalista foi um termo criado por Isabelle Stengers e Philippe Pignarre (2005). Os autores articulam que o capitalismo funciona como um sistema de feitiçaria sem feiticeiros, um sistema operando em um mundo que julga a feitiçaria como sendo apenas crença e superstição e, portanto, não requer meios de proteção.

transportes de massa. Compreender essas dinâmicas complexas ajudará a entender como elas contribuem para a invisibilidade social.

Fleck (2012), compreende que a mercadoria, ao ser vista como uma entidade com valor em si mesma, e não apenas como um objeto que tem valor por causa do trabalho empregado em sua produção, assume um valor teológico, e se torna uma nova entidade totêmica. O autor destaca que o uso reflexivo do conceito de fetichismo por Marx abole a distinção entre o “civilizado” e o “primitivo”, o que mostra que elementos “primitivos” estão presentes na sociedade “civilizada”. Essa relação crítica ao esclarecimento também foi apontada por Adorno e Horkheimer:

No sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores. Mas a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal. O programa de esclarecimento era o desencantamento do mundo. Sua meta era dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 19).

Em seguida, para exemplificar as relações teológicas da mercadoria, a pesquisa recorrerá a Freud que, em seu texto *Totem e Tabu* (2006), ao analisar sociedades da Polinésia, compreende que tais sociedades teriam três graus evolutivos de consciência. No primeiro grau de desenvolvimento social, são construídas representações abstratas a partir de fantasias, isso é, o sujeito, a humanidade, — s — diante de um objeto não humano o vê também como um Sujeito — S —, e esse Sujeito — S — é a representação da natureza e simbolizado através de totems. No segundo grau, retira-se o animismo da natureza e a retorna ao seu estado de objeto, transferindo essa fantasia para o plano metafísico. A representação desse segundo momento se dá pelas religiões, nas quais o sujeito - s - responde a um Sujeito — S — transcendental — uma divindade —. No terceiro grau, existe uma emancipação da consciência, pela qual chega-se ao total desencantamento do mundo, e na qual as relações entre sujeito — s — e Sujeito — S — não mais existem, de modo que todas as relações são entre sujeitos — s — e objetos, sendo esse estágio de esclarecimento alcançado através da ciência.

Nesse sentido, a mercadoria em seu formato dinheiro assumiria as características abstratas de um outro Sujeito — S —, persistindo, assim, como um encantamento ou feitiço, mesmo em sociedades em que o conhecimento científico é avançado. Dessa forma, dentro da sociedade capitalista há a substituição do feitiço mágico, que explica e dá vida a natureza, para um feitiço do objeto que dá vida à mercadoria.

Assim, é plausível relacionar o fetiche da mercadoria com a invisibilidade social da população de rua explicitado na figura 2, uma vez que ambos estão ligados a uma lógica de metamorfoses, na qual a mercadoria é transformada em algo com valor intrínseco, independentemente do trabalho humano que foi utilizado em sua produção. Assim, como aponta Lukács (2003), as relações das mercadorias com os sujeitos submetidos a ela ocultam o fato de serem interações entre seres humanos, e transforma-as em relações entre coisas.

Da mesma forma, o fetiche da mercadoria pode ser relacionado com o fato de os objetos serem valorizados em si mesmos, independentemente de sua relação com os seres humanos que os produziram ou utilizam, de modo que são os reificados. Assim, Honneth (2018) destaca que, diferentemente da instrumentalização, na qual os indivíduos são pensados como instrumentos, a reificação pressupõe que, através de um olhar desinteressado, não seja mais perceptível nos outros indivíduos aquilo que os torna humanos, destituindo-os de todas as capacidades humanas.

Para ilustrar esse ponto, podem ser usados os termos frequentemente utilizados para se referir aos trabalhadores, tais como "recursos humanos", "capital humano", "mão de obra", "força de trabalho", entre outros. Esses termos contribuem para reificar os trabalhadores, de maneira que os trata como meros elementos a serem gerenciados e controlados, no lugar de serem valorizados como seres humanos com necessidades, desejos e aspirações próprias. Esquece-se, assim, de uma forma de reconhecimento anterior e abstrai-se as formas qualitativas inerentes aos indivíduos. Segundo o autor: “o mundo circundante social aparece [...], como uma totalidade de objetos meramente observáveis em que faltam todos os impulsos ou sensações físicas” (HONNETH, 2018, p. 88-89).

Logo, o processo de reificação é um importante fator na concepção de invisibilidade social, uma vez que as pessoas em situação de vulnerabilidade social, como a população de rua, por exemplo, podem ser vistas como refugo ou coisa, sem a sua dimensão subjetiva. Essas pessoas são desumanizadas, de maneira a tornar-se invisíveis para a sociedade e perder sua condição de sujeito de direitos. Nesse sentido, entende-se que a “calamidade triunfal” ao qual se referem Adorno e Horkheimer (1985, p. 19), é um processo de esfumaçamento e reificação das relações. Nas palavras do líder e xamã Yanomami Davi Kopenawa, todo esse processo é descrito da seguinte forma:

Nossas mãos são mesmo habilitadas para fazer coisas! Só nós somos tão engenhosos!
Somos mesmo o povo da mercadoria! Podemos ficar cada vez mais numerosos sem

nunca passar necessidade! Vamos criar também peles de papel para trocar!”. Então fizeram o papel do dinheiro proliferar por toda parte, assim como as panelas e as caixas de metal, os facões e os machados, facas e tesouras, motores e rádios, espingardas, roupas e telhas de metal. Eles também capturaram a luz dos raios que caem sobre a terra. Ficaram muito satisfeitos consigo mesmos. Visitando uns aos outros em suas cidades, todos os brancos acabaram por imitar o mesmo jeito. E assim as palavras das mercadorias e do dinheiro se espalharam por toda a terra dos seus ancestrais. É o meu pensamento. Por quererem possuir todas as mercadorias, foram tomados de um desejo desmedido. Seu pensamento se esfumou e foi invadido pela noite (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 407).

Esse processo fantasmagórico, pelo qual o homem se relaciona com a mercadoria, cria um pensamento esfumado. Ele foi identificado por Benjamin em seu conjunto de ensaios sobre as cidades de Paris do século XIX: *Passagens* (2018). Nesses ensaios, o autor aborda que os indivíduos, em suas experiências na modernidade, ao caminharem em frente às vitrines das lojas, contemplavam as mercadorias e se imaginavam dentro daquele estabelecimento enquanto seus reflexos no vidro compunham a cena. Dessa forma, os indivíduos que passavam em frente às vitrines criavam concepções ilusórias de si mesmos, enquanto coisificavam as pessoas ao seu redor. Essa realidade enganosa, opaca e instável, se assemelhava a um espetáculo de sombras projetadas na parede, simulando uma outra realidade da sociedade. Lefebvre descreve o processo da seguinte forma:

Já é bem conhecido o duplo caráter da centralidade capitalista: lugar de consumo e consumo de lugar. [...] Nesses lugares privilegiados, o consumidor também vem consumir o espaço; o aglomerado dos objetos nas lojas, vitrinas, mostras, torna-se razão e pretexto para reunião das pessoas; elas vêem, olham, falam, falam-se. E é o lugar do encontro, a partir do aglomerado das coisas. Aquilo que se diz e se escreve é antes de mais nada o mundo da mercadoria, a linguagem das mercadorias, a glória e a extensão do valor de troca. Este tende a reabsorver o valor de uso na troca e no valor de troca. No entanto, o uso e o valor de uso resistem obstinadamente: irredutivelmente. (LEFEBVRE, 2001, p. 130-131).

A evolução dessas relações fantasmagóricas mediadas por imagens em um grau mais avançado é o que Guy Debord vai definir como “a sociedade do espetáculo”. Para Debord (2004, p.14), o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens, e essa relação mediada por imagens fortalece a reificação contemporânea, o que leva à desvalorização do “eu” e do “outro”. Destarte:

Considerado em sua totalidade, o espetáculo é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente. Não é suplemento do mundo real, uma decoração que lhe é acrescentada. É o âmago do irrealismo da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares - informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimentos -, o espetáculo constitui o *modelo* atual da vida dominante na sociedade. É a afirmação onipresente da escolha *já feita* na produção, e o consumo que decorre dessa escolha. Forma e conteúdo do espetáculo são, de modo idêntico, a justificativa total das condições e dos fins do sistema existente. O espetáculo também é a *presença permanente* dessa justificativa, como maior parte do tempo vivido fora da produção moderna (DEBORD, 2004, p.14).

Desse modo, Guy Debord relaciona o espetáculo a um avanço do modelo capitalista e sua reprodução da vida, pelo qual partilha-se uma ilusão de escolha, a qual já foi pré-determinada. Nas sociedades do capitalismo avançado, em todas as tarefas do cotidiano existe contato e utiliza-se mercadoria de forma contínua. Ao dormir, dorme-se em uma cama que foi comprada, assim como utiliza-se o serviço de distribuição de energia para ligar equipamentos diversos, e as ações de higiene são ligadas a outros produtos, tanto como as atividades laborais e a forma como ocorre o deslocamento e, até mesmo, os momentos de lazer. Tudo é mercadoria.

Nessa perspectiva, essa forma de se relacionar com o mundo circundante, também explicita outro processo descrito por Debord (2004), a transformação da razão econômica sobre a vida. Em seu primeiro momento, transforma a relação do homem de “ser” para “ter”; já na sociedade atual, a degradação vai do “ter” para o “aparecer”, moldando, assim, as relações sociais. Dessa forma, a sociedade do espetáculo na qual vive-se contemporaneamente, faz com que a mercadoria à qual ela deu vida seja enxergada e invisibiliza a vida que não é compreendida dentro dela.

Também Baudrillard (1995) colabora com essa percepção de Debord, ao afirmar que, dentro da “sociedade do consumo” as pessoas que se saíram melhor, os vencedores, são aquelas que estão cercadas de muitos objetos e não de pessoas, como era habitualmente em sociedades não pautadas pelo consumo. Por conseguinte, as relações sociais não se dão mais com os semelhantes, mas sim com os signos que os seus objetos representam. Assim, para o autor, “o indivíduo reorganiza o trabalho, o lazer, a família, as relações, de modo involutivo, aquém do mundo e da história, num sistema coerente fundado no segredo do privado, na liberdade formal do indivíduo, na apropriação protetora do ambiente e no desconhecimento” (BAUDRILLARD, 1995, p. 25).

Esse tipo de individualização do cotidiano, para Baudrillard, era percebido a partir da caricatura feita pela TV, em que o observador interagia dentro da segurança da sua privacidade, ao criar um simulacro do mundo. No momento em que as tvs ganharam uma maior mobilidade, com a invenção dos *smartphones*, pode-se interpretar que existe uma maior imersão dentro dessas simulações de mundo e um maior afastamento da realidade social e histórica.

Seguindo esse raciocínio, os vencedores são aqueles que mais conseguem consumir e mais tem objetos que reproduzem símbolos de *status* no sentido positivo. Logo, pode-se entender que os perdedores são aqueles que não possuem nada, “os ninguéns” aos quais Galeano

se referia da seguinte forma:

A sociedade de consumo consome fugacidades. Coisa, pessoas: as coisas, fabricadas para não durar, morrem ao nascer; e há cada vez mais pessoas jogadas no lixo desde que chegam à vida. As crianças abandonadas nas ruas da Colômbia, que antes eram chamadas de gâmines, agora são chamadas de descartáveis e estão marcadas para morrer. Os numerosos ninguéns, os fora de lugar, são “economicamente inviáveis”, segundo o linguajar técnico. (GALEANO, 2015, p. 18)

Assim, as pessoas que não têm uma posição social privilegiada, os ninguéns, despertam sentimentos paradoxais. São essas pessoas que fazem que a culpa e o medo sejam sentidos ao mesmo tempo. A filósofa espanhola Adela Cortina cunhou o termo "aporofobia" para definir essa atitude. Em seu livro, *Cortina* (2015) argumenta que “o pobre, o ‘áporos’, incomoda, inclusive, os próprios familiares, porque o parente pobre é considerado uma vergonha que deve ser mantida afastada” (CORTINA, 2015, p.20). Embora haja rejeição baseada em raça e etnia, a falta de recursos agrava essa aversão.

Outro aspecto que pode ser relacionado com a invisibilidade social e o fetiche da mercadoria, como comportamento observável na metrópole, é o sentimento *blasé*, que foi investigado no início do século XX pelo filósofo George Simmel (1973). Esse sentimento é formado pelas relações humanas estabelecidas em uma sociedade capitalista, onde o dinheiro tem a função qualitativa e discriminatória. O sujeito fica indiferente em relação às experiências e estímulos, como resultado de uma exposição excessiva a eles.

Nesse aspecto, a subjetividade e a individualidade são trocadas pelo valor. Essa forma de relacionar a identidade com o dinheiro traz consigo uma objetificação dos sujeitos, o que transforma todos em números e os planifica em quantidade, juntamente com a velocidade dos deslocamentos dos corpos pela metrópole, e faz com que as pessoas não possuam formas distintas. Segundo o autor citado acima, “O caráter inconsciente, fluido e mutável dessa impressão parece resultar em um estado de indiferença [...]. A antipatia nos protege de ambos esses perigos típicos da metrópole, a indiferença e a sugestibilidade indiscriminada” (SIMMEL, 1973, p. 18). Essa proteção é necessária devido ao grande paradoxo que as metrópoles geram: quanto maior a metrópole, maior o sentimento de solidão; é estar dentro de uma multidão e não conhecer ninguém.

Assim, a multidão absorve o individual e transforma sua identidade devido ao seu grande número e sua variabilidade, de maneira que a subjetividade relacionada à ancestralidade é transfigurada para o aspecto produtivo relacionado ao trabalho na simples substituição das

perguntas, como “Quem são seus pais?”, para “Qual é a sua profissão?”. Isso ocorre, de modo que o indivíduo passa a ser participante da sociedade capitalista somente dentro de uma estrutura positiva de reconhecimento a partir do consumo.

Não obstante, Engels (2008) aborda uma certa apatia que ocorria na multidão de diversas classes sociais em uma cidade que abrigava pessoas de vários lugares. Isso pode ser entendido como o mal-estar de indivíduos que não reconhecem os outros como sujeitos. Esses indivíduos deveriam ter o mesmo propósito de buscar felicidade, e os meios dessa busca, muitas vezes, poderiam ser iguais ou semelhantes. No entanto, essa multidão possui apenas um acordo social não oficial: elas não devem atrapalhar umas às outras enquanto se movem em direções diferentes, como se não tivessem nenhum tipo de objetivo compartilhado entre eles, apenas a vontade de deslocamento entre partida e chegada.

Tal situação de apatia parte de uma total indiferença e do egoísmo reforçado pela estrutura capitalista. A circulação gera uma competição: quanto maior o número de pessoas em disputa pelo mesmo espaço, mais egoístas elas se tornam. Esse tipo de situação só é possível de ocorrer dentro da metrópole moderna (ENGELS, 2008). Assim, toda essa situação de indiferença é reforçada por uma atitude bastante específica na qual "ninguém pensa em conceder ao outro sequer um olhar" (ENGELS, 2008, p. 68).

Essa complexa situação urbana, da não concessão de um olhar, é agravada na contemporaneidade pela velocidade de circulação no espaço urbano pelos meios de transporte, dentro de ilhas de mobilidade, onde se tem uma relação de competição permanente. Segundo Sennett (2020), o tráfego rápido dos meios de transportes mecânicos, ao permitir o conforto individual de transitar em automóveis pela cidade de forma fixa e realizar poucos movimentos, cria uma automatização do percurso e aliena os sujeitos. O ritmo veloz de circulação na cidade criou uma linguagem particular para o condutor visualizar e representar símbolos enquanto dirige. Essa situação, leva a uma percepção do entorno mais direcionada, o que descarta outras situações que ocorrem simultaneamente. Esse modo de vivenciar a cidade modifica a forma de perceber os espaços e os coloca como genéricos e, por extensão, qualifica as pessoas como sujeitos sem expressões.

Desse modo, a feitiçaria capitalista, que se baseia nos conceitos de fetiche da mercadoria, reificação, sociedade do espetáculo e apatia urbana, se manifesta como um fenômeno que obscurece a realidade por meio de ilusões e espetáculos, levando à perda de

identidade e alienação das experiências cotidianas das pessoas. Além disso, a invisibilidade social expõe como a sociedade pode marginalizar e excluir certos grupos, como por exemplo as pessoas em situação de rua, o que gera uma sensação de impotência e falta de representatividade para estes indivíduos.

Assim, a invisibilidade social é um fenômeno que vai além das distinções de classe, cor e etnia, e afeta principalmente os grupos mais vulneráveis e marginalizados. Nas cidades, essa invisibilidade é reforçada pelo sistema capitalista, que valoriza o consumo e associa a posse de bens materiais à existência e ao valor do indivíduo como cidadão. Nesse contexto, as pessoas em situação de rua representam uma das parcelas mais invisibilizadas da sociedade, já que não tem acesso aos produtos de consumo e estão excluídas do mercado de trabalho.

No entanto, é importante lembrar que, a invisibilidade social não é só um fenômeno passivo, mas também pode ser uma forma de resistência e sobreposição a um padrão estabelecido nas grandes cidades. Os indivíduos em condição marginal se apropriam da cidade e do mundo de outras formas ao utilizar a invisibilidade como uma arma de subsistência. Isso sugere que a invisibilidade social pode ser tanto um sintoma da exclusão social quanto uma forma de resistência a essa exclusão.

CAPÍTULO 2 - O CAMINHO *FLÂNEUR* E O (IN)VISÍVEL

O que demasia na gente é a força feia do sofrimento, própria, não é a qualidade do sofrente.

(Guimarães Rosa, Grande Sertão: Veredas)

2.1 - METODOLOGIA

2.1.1 - O Procedimento Etnometodológico

A cidade moderna, aparentemente, é produto de eventos “aleatórios”, ou seja, é como um jogo de dados em que o acaso defini os números que sairão na face de cada lado. Porém, há um pré-determinismo social que já ordena os espaços e orienta a porção de aleatoriedade de uma cidade, então, é como se os dados do exemplo acima estivessem viciados de maneira que fosse possível alterar esse imprevisto ao direcioná-lo para um ideal. Por isso, a cidade capitalista só pode ser compreendida a partir das relações de classe e propriedade. Assim, ela se inscreve e se projeta como tempo, ou vários tempos e ritmos distintos, como uma projeção da sociedade sobre o espaço geográfico.

Dessa forma, a cidade pode se apoderar de significações existentes que podem vir da filosofia, política e religião. Esse apoderamento é exposto através dos edifícios, monumentos, ruas, praças, vazios, mas também pelos encontros e desencontros que se dão através de rituais do cotidiano (LEFEBVRE, 2001). A forma como a cidade é experimentada gera diversas modificações no comportamento humano, as quais exercem uma influência direta na produção das cidades. Esse processo é comparável a uma fita de Moebius, na qual as subjetividades²⁹ criam a cidade que, por sua vez, produz novas subjetividades, as quais moldam uma nova

²⁹ Entende-se a concepção de subjetividade como foi proposta por Merleau-Ponty (1994), que atualiza o famoso *Cogito ergo sum* de Descartes, e remove o pensamento como uma entidade autônoma, de modo que coloca-o como parte da experiência corporal. De acordo com Merleau-Ponty, o cogito seria algo como "Se sinto, logo existo". Segundo essa visão, a subjetividade é entendida como a experiência vivida pelo sujeito, que é inseparável do seu corpo e do mundo ao seu redor. Em outras palavras, a subjetividade é um processo dinâmico e contínuo de interação entre o sujeito e o ambiente, em que o corpo funciona como o meio de acesso ao mundo e às percepções.

cidade.

Essa relação cria um ciclo infinito de transformações contínuas, sem interrupção. Dessa forma, as cidades, como objetos dinâmicos e mutáveis, têm um impacto direto na subjetividade daqueles que as experimentam. A forma como os espaços urbanos são construídos, organizados e habitados moldam a experiência subjetiva das pessoas e influenciam diretamente suas percepções, emoções e comportamentos.

Tais subjetividades, que emergem das cidades, moldam indivíduos com suas próprias linguagens, as quais definem sua relação com as atividades diárias e organizam suas vidas sociais. Dessa forma, esse trabalho tem o objetivo de criar um processo de acesso à essas experiências cotidianas, a partir de uma vivência conjunta com a população de rua. Nesse sentido, o processo etnometodológico foi adotado como via estruturante da metodologia dessa dissertação, pois ele permite alcançar o objetivo proposto. Assim, as múltiplas ferramentas disponíveis por esse procedimento auxiliam na compreensão da invisibilidade social da população de rua.

A etnometodologia é uma abordagem sociológica que, concebida por Harold Garfinkel, consiste na "investigação das propriedades racionais das expressões indexicais e outras ações práticas como realizações contínuas e contingentes de práticas engenhosas da vida cotidiana" (GARFINKEL, 2018, p. 101). Alain Coulon complementa que é uma forma de pesquisa empírica que utiliza as ações do dia a dia, como comunicar, refletir, decidir e raciocinar, como base. Portanto, a etnometodologia é uma prática reflexiva das atividades triviais ou eruditas que explica os métodos dessas ações. A etnometodologia é alicerçada por quatro conceitos-chave: indicialidade, reflexividade, relatabilidade e noção de membro, que serão melhor apresentados (GARFINKEL, 2018; COULON, 1995).

A indicialidade é o entendimento de que as sentenças, enunciados e significados mudam de acordo com as ocasiões de uso. Assim, "Cada uma de suas elocuições, 'expressões', se refere a uma determinada pessoa, tempo ou lugar, nomeia algo não nomeado por alguma réplica da palavra. Sua denotação é relativa ao falante. Seu uso depende da relação do usuário com o objeto do qual a palavra trata" (GARFINKEL, 2018, p. 95). Coulon, ainda define que a indicialidade é um termo adaptado da linguística que indica que "embora uma palavra tenha uma situação trans-situacional, ela possui, também, um significado em toda situação particular em que é usada. Sua compreensão [...] exige dos indivíduos que eles vão além da informação

que lhes é dada" (COULON, 1995, p. 33).

Por conseguinte, as palavras têm uma incompletude natural que só ganha sentido se for adicionado uma série de elementos que forneçam os códigos necessários para que o destinatário compreenda. Essas chaves de interpretação podem ser referentes à biografia do interlocutor, à condição social, à relação com o ouvinte, à confiança, às conversas anteriores e a uma infinidade de outras situações. Para Merleau-Ponty (2002), a linguagem é a produção do ser no mundo:

[...] como sujeito encarnado, estou exposto ao outro, assim como o outro está exposto a mim mesmo, e me identifico a ele que fala diante de mim. Falar e ouvir, ação e percepção só são para mim operações completamente diferentes quando reflito e decompouho as palavras pronunciadas em “influxos motores” ou em “momentos de articulação”, as palavras ouvidas em “sensações e percepções” auditivas. Quando falo, não represento a mim mesmo movimentos por fazer: todo o meu aparelho corporal se reúne para alcançar e dizer a palavra, assim como minha mão se mobiliza espontaneamente para pegar o que me estendem. Mais ainda: não é sequer a palavra por dizer que eu visto, nem mesmo a frase, é a pessoa, falo a ela segundo o que ela é, com uma segurança às vezes prodigiosa, uso palavras, torneios que ela pode compreender ou às quais pode ser sensível, e, se eu tiver tato, minha fala é ao mesmo tempo órgão de ação e de sensibilidade, essa mão tem olhos em sua extremidade. Quando escuto, cabe dizer não que tenho a percepção auditiva dos sons articulados, mas que o discurso se fala dentro de mim; ele me interpela e eu ressoo, ele me envolve e me habita a tal ponto que não sei mais o que é meu, o que é dele. Em ambos os casos, projeto-me no outro, introduzo-o em mim, nossa conversação assemelha-se à luta de dois atletas nas duas pontas da única corda. O “eu” que fala está instalado em seu corpo e em sua linguagem não como numa prisão, mas, ao contrário, como num aparelho que o transporta magicamente à perspectiva do outro. (MERLEAU-PONTY, 2002, p. 40-41)

Assim, segundo o texto de Merleau-Ponty, ao falar, não há apenas o movimento da boca para reproduzir sons, mas todo o corpo está envolvido no processo. Dessa forma, ninguém se dirige a alguém de forma aleatória, mas sempre se dirige a alguém específico, porque a comunicação não está restrita à fala ou às frases, ela é dirigida a quem pode compreender. Da mesma forma, o processo de escutar alguém, não é apenas o ato de ouvir, mas de um processo de interação mútua de significados. Quando se ouve alguém, há, ali, a construção de significados a partir do que foi dito, de modo que integra-se esses significados naquela própria compreensão do mundo.

A comunicação é um processo fundamental para estabelecer conexões significativas entre as pessoas. Ela envolve a interação entre os sujeitos, que se comunicam não apenas por meio da fala, mas também por meio da sensualidade corporal e da linguagem. Através da comunicação, é possível acessar os múltiplos mundos que habitam em cada sujeito e construir relações mais profundas e autênticas. Para que a comunicação ocorra de forma efetiva, é preciso reconhecer que ela não se limita apenas ao diálogo imediato, mas também é influenciada pelas

experiências culturais prévias dos participantes. Portanto, é fundamental que haja um entendimento compartilhado entre os envolvidos sobre os significados e símbolos utilizados na comunicação, para que possam se colocar na perspectiva do outro e construir uma relação de compreensão mútua.

A indicialidade, portanto, é a afirmação de que as relações humanas produzem gramáticas próprias e são geradas a partir do campo de sua utilização. Por exemplo, nas ciências, cada área de conhecimento científico gera um modelo de comunicação compreensível para os praticantes daquela área. Por isso, aqueles que não são parte do grupo que possui o mesmo modelo de comunicação podem se sentir fora do diálogo. Nesse sentido, enquanto a biologia tem seu vocabulário próprio, a arquitetura tem como processo de exposição a representação gráfica.

Já a reflexibilidade, é a capacidade de refletir sobre as ações enquanto são realizadas. No entanto, tal reflexão ocorre de maneira inconsciente, sem que seja percebido que se está refletindo. Essa reflexão compartilhada é fundamental para a compreensão dos relatos de outras pessoas que também estão envolvidas na ação cotidiana, uma vez que é necessário que todos conheçam a ação desde o início para que haja uma compreensão mútua. É importante ressaltar que a reflexibilidade é uma capacidade do ser humano e pode ser desenvolvida e aprimorada ao longo do tempo, principalmente quando se trata de ações em grupo, já que o compartilhamento de informações é essencial para o sucesso de uma atividade coletiva (GARFINKEL, 2018; COULON, 1995).

Para exemplificar, é válido imaginar a cena de um diálogo entre duas pessoas em situação de rua que procuram obter dinheiro para comprar cigarros. Nesse caso, surge a necessidade de uma comunicação clara e efetiva entre os personagens, representados como Integrante 1 (I1) e Integrante 2 (I2). I1 pergunta a I2 se ele tem cigarros, mas I2 está sem dinheiro para comprá-los e precisa tomar uma decisão entre pedir dinheiro ou vender água nas filas de carros. Nessa situação, a comunicação entre I1 e I2 pode ser complexa e requer um vocabulário compartilhado e uma capacidade de adaptação a diferentes condicionantes. Por isso, é possível que ocorram omissões e simplificações na forma como a mensagem é transmitida, sem alterar a essência da conversa.

Nesse sentido, I1 pode perguntar se I2 tem algum "*pacaya*" (cigarro) sobrando, e I2 pode responder que não, mas que pretende "*manguear*" (pedir dinheiro) ou vender água no sinal. Mais tarde, quando I2 retorna com os cigarros, ele pode explicar que precisou "*manguear*"

porque a venda de água estava fraca. Assim, é possível perceber que algumas palavras e expressões específicas podem ser utilizadas pelos personagens para se comunicar de forma mais eficiente, ainda que não sejam compreendidas por terceiros. Ou seja, o importante é que eles compartilhem uma compreensão mútua das situações e condicionantes envolvidas.

Assim, de acordo com Coulon (1995, p. 41), "a reflexividade designa, portanto, as práticas que, ao mesmo tempo, descrevem e constituem o quadro social. É a propriedade das atividades que pressupõem, ao mesmo tempo, que tornam observável a mesma coisa". Essa condição é válida não apenas para os membros, mas também para aqueles que escutam, pois conforme Garfinkel, "os relatos dos membros estão reflexiva e essencialmente vinculados, pelas suas características racionais, às ocasiões socialmente organizadas de seus usos, visto que são características das ocasiões socialmente organizadas de seus usos" (GARFINKEL, 2018, p. 95). Desse modo:

Mostro fora de mim um mundo que já fala, assim como mostro com o dedo um objeto que já estava no campo visual dos outros. Diz-se que as expressões da fisionomia são por si sós equívocas, e que esse rubor da face é para mim prazer, vergonha, cólera, calor ou rubor orgiástico segundo a situação o indique. Do mesmo modo, a gesticulação lingüística não importa ao espírito de quem a observa: ela lhe mostra em silêncio coisas cujo nome ele já sabe, porque é o nome delas. (MERLEAU-PONTY, 2002, p. 18)

Segundo a transição reflexiva relatável de Merleau-Ponty, ao argumentar que, assim como aponta-se para objetos com o dedo para mostrar algo que já está no campo visual dos outros, também se utiliza da expressão facial e de gestos para transmitir informações que já são conhecidas pelo observador. O autor afirma que as expressões faciais podem ser interpretadas de maneiras diferentes dependendo do contexto em que são apresentadas, e que os gestos lingüísticos transmitem informações que já são conhecidas pelo receptor. Em outras palavras, a comunicação não-verbal é uma forma de comunicação tão importante quanto a comunicação verbal para transmitir informações, sendo uma parte integral da interação social.

De acordo com a teoria da reflexividade, é possível entender que a relatabilidade é intrínseca a essa condição, pois é por meio da consciência que se torna possível a descrição do mundo. Ao mostrar algo para um observador, é pressuposto que ele compreenda o que está ali a ser demonstrado, e essa linguagem se constitui a partir de um conhecimento prévio, baseado no laço social e nas interações demonstradas. Assim, Coulon afirma que "tornar o mundo visível significa tornar minha ação compreensível, descrevendo-a, pois mostro seu sentido pela revelação a outrem dos processos pelos quais a relato" (COULON, 1995, p. 46).

Nessa linha de raciocínio, é possível entender que Merleau-Ponty reforça a afirmação de Coulon ao afirmar que a linguagem apresenta uma pura significação (MERLEAU-PONTY, 2002, p. 18). Essa significação é codificada pelo pensamento humano por meio de uma convenção que utiliza os mesmos signos e significados, de modo que outro pensamento também seja capaz de entender aquilo que é relatado. Nesse sentido, é possível afirmar que a relatabilidade está intimamente ligada à reflexividade que, por sua vez, permite que as práticas sociais sejam descritas e constituídas.

De acordo com Coulon, "um membro é alguém que, tendo incorporado os etnométodos de um grupo social considerado, exhibe 'naturalmente' a competência social que o agrega a esse grupo e lhe permite fazer-se reconhecer e aceitar" (COULON, 1995, p. 48). Portanto, a noção de membro é relativa à filiação a um grupo social e/ou instituição, que exige uma linguagem comum e o conhecimento das regras de comportamento estabelecidas pelo grupo, reguladas por um contrato social, seja ele formal ou informal.

Nesse sentido, é importante reiterar que a forma como o sujeito interage com a cidade pode ter um impacto significativo em seu comportamento, o que afeta suas percepções, emoções e ações. As particularidades que emergem dessa interação moldam os indivíduos de maneira única, cada um com sua própria linguagem, que orienta suas atividades diárias e organiza suas vidas sociais. Nesse contexto, a etnometodologia se destaca como uma abordagem valiosa que se baseia em quatro conceitos fundamentais: indiciabilidade, reflexividade, relatabilidade e noção de membro.

Esses conceitos são úteis para compreender como as subjetividades são construídas e moldadas pelas experiências urbanas, inclusive a invisibilidade social enfrentada pela população de rua. Portanto, a etnometodologia é uma abordagem importante para entender a complexidade das experiências urbanas. No entanto, para acessar essa abordagem, é necessário praticar a etnografia e se inserir nos grupos investigados. Entre os muitos modelos de etnografia, propõe-se a prática do *Devir Flâneur*, que será apresentada a seguir.

2.1.2 - A Prática de um *Devir Flâneur*: Escuta *Flâneur* e Observação Flutuante: experimentos

Em sua obra, Walter Benjamin (2012) apontou para uma perda significativa na riqueza das experiências humanas na era contemporânea, resultado da fusão entre a natureza e a tecnologia, assim como da ingenuidade e do conforto. O autor argumenta que a complexidade

da vida moderna levou as pessoas a buscarem apenas a satisfação das suas necessidades diárias, sem dedicar-se mais à elaboração e transmissão das experiências absorvidas através da narrativa de histórias. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) é um exemplo de evento que deixou seres humanos mudos e empobrecidos em suas vivências, uma vez que compartilharam um mundo traumático dominado pela tecnologia.

De acordo com Benjamin (2018a), a transmissão oral foi o meio tradicionalmente utilizado pelos contadores de histórias para compartilhar suas experiências, que podiam ser ditados populares, contos de fadas ou simplesmente o conhecimento investido pela autoridade adquirida com a idade. O autor acredita que contar histórias é uma forma artesanal de comunicação que visa não apenas relatar o fato em si, mas também transmitir as experiências vivenciadas pelos próprios contadores de histórias, deixando uma marca na história, "assim como a marca do oleiro no vaso de barro" (BENJAMIN, 2018a, p. 149).

O autor ainda destaca que os contadores de histórias se dividiam em dois grupos: aqueles que viajavam e aqueles que trabalhavam na terra com as mãos, ambos compartilhando suas experiências de vida. As diferenças, no entanto, residiam nos modos de experimentá-las (BENJAMIN, 2018a). Desse modo, é possível compreender que os contadores de histórias que viajavam experimentavam uma ampla variedade de culturas, idiomas e paisagens, o que influenciava as histórias que contavam e os mitos que criavam. Suas viagens permitiam que eles tivessem uma visão macro do mundo, de modo que incorporavam as outras experiências das pessoas com quem se encontravam. Por outro lado, os contadores de histórias que trabalhavam com as mãos na terra tinham uma conexão mais profunda com a natureza e as comunidades locais em que viviam. Assim, as histórias eram transmitidas de geração em geração, como lendas e tradições orais, destacando situações em nível micro ou local (BENJAMIN, 2018a).

Além disso, pode ser acrescentado a esse aspecto da experiência dentro da cidade moderna o surgimento da figura do *flâneur*, um personagem identificado por Charles Baudelaire (2006) em uma Paris que passava por transformações durante o século XIX. O *flâneur* é caracterizado por um modo de observação flutuante, que se dá a contrapelo do ritmo imposto pela sociedade, o que permite pausas e reelaborações do pensamento e possibilita outras formas de experienciar. Logo,

Para o perfeito flâneur, para o observador apaixonado, é um imenso júbilo fixar residência no numeroso, no ondulante, no movimento, no fugidio e no infinito. Estar fora de casa, e, contudo, sentir-se em casa onde quer que se encontre; ver o mundo,

estar no centro do mundo e permanecer oculto ao mundo. (BAUDELAIRE, 1996, p. 19).

Ao explorar esses aspectos contemporâneos, através de revelar falas e desenvolver reelaborações a contrapelo, o jornalista carioca João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto, popularmente conhecido como João do Rio, descreve um processo similar a uma etnografia urbana, em que, para compreender a cidade, a partir da rua, não basta utilizá-la. “É preciso ter espírito vagabundo”, cheio de curiosidade e com um desejo incompreensível de experienciar a cidade (RIO, 2016, p. 12). Para isso, é necessário a *flânerie*. Para João do Rio a *flânerie* consiste em:

[...] ser vagabundo e refletir, é ser basbaque³⁰ e comentar, ter o vírus da observação ligado ao da vadiagem. Flanar é ir por aí, de manhã, de dia, à noite, meter-se nas rodas da população, admirar o menino da gaitinha ali à esquina, seguir com garotos o lutador do Cassino vestido de turco, gozar nas praças os ajuntamentos defronte das lanternas mágicas, conversar com os cantores de modinha das alfurjas da Saúde, depois de ter ouvido *dilettanti* de casaca e aplaudirem o maior tenor do Lírico numa ópera velha e má; é ver os bonecos pintados a giz nos muros das casas, após ter acompanhado um pintor afamado até a sua grande tela paga pelo Estado; é estar sem fazer nada e achar absolutamente necessário ir até um sítio lôbrego³¹, para deixar de lá ir, levado pela primeira impressão, por um dito que faz sorrir, um perfil que interessa, um par jovem cujo riso de amor causa inveja [...](RIO, 2016, p. 13).

Nesse sentido, propõe-se, aqui, o *flâneur*, não apenas como um modo de recolher experiências a partir de um andar descompromissado ao perambular pela cidade. Mas, também de ser aquele que está disponível a outras experiências a partir da escuta de pessoas que queiram contar suas histórias, “agindo como colecionadores de Vivências para dar-lhes contornos de Experiências através de relatos críticos, o objetivo é justamente abrir a produção de sentido, multiplicar as possibilidades de compreensão do mundo e o próprio mundo” (CANUTO, 2010, p. 26).

Esse modelo de *flânerie* serve como uma prática que envolve um prazer estético em vivenciar a sociedade e suas mercadorias, ao mesmo tempo em que promove uma crítica política por meio da sensibilidade do *flâneur* em encontrar beleza naquilo que é considerado decadente ou que está em processo de putrefação (PIRES ; GURSKI, 2020). Dessa forma, entende-se que, ao contar sua história, há uma transmissão elaborada de uma experiência viva. À essa escuta sensível da história dá-se o nome de Escuta *Flâneur*.

Freud ao explicar como deve ser efetuado o processo de escuta, utiliza a metáfora do

³⁰ Segundo o dicionário Michaelis, Basbaque significa: aquele que se espanta com coisa triviais

³¹ Segundo o dicionário Michaelis, Lôbrego significa: 1 - Com pouca ou nenhuma claridade; escuro, sombrio; 2 - Que apresenta aspecto soturno; lúgubre; 3 - Que provoca pavor; assustador (linguagem figurada).

arqueólogo. Para o arqueólogo, o trabalho de construção/ desconstrução de uma edificação soterrada parte do entendimento daquilo que permanece existente, ou seja, de observar as marcas que foram deixadas com o tempo. Nesse sentido, ambos - o ouvinte e o arqueólogo - extraem suas inferências a partir dos fragmentos e da combinação daquilo que ainda reside na superfície (FREUD, 2006, p. 277).

Tânia Ferreira (2018), ao interpretar essa metáfora de Freud, salienta que a escuta parte de um pressuposto que existe um saber daqueles indivíduos que falam. Esse saber está calcado na realidade enunciada pelas experiências desses indivíduos, de maneira que no ato de enunciação, eles se apropriam do que se diz e fazem um movimento de renovação e criação de si. Dessa forma, o personagem *flâneur* se encaixa nessa metáfora do arqueólogo ao estar em um ritmo diferente daquele que é proposto pela modernidade. O praticante da escuta *flâneur* é capaz de compreender, por meio da escuta, as marcas registradas na enunciação dos sujeitos, justamente por ter observado e ouvido como elas foram feitas.

Sob tais premissas, o método para a escolha das pessoas que serão ouvidas é o de observação flutuante descrito por Colette Pétonnet³². Essa metodologia consiste em se deixar disponível enquanto caminha, e deixar que eventos por ordem do acaso proporcionem encontros através de cruzamentos durante o caminhar desencontrado. Nesse cenário, é proposto um encontro com pessoas que estejam totalmente fora de um grau de interação “e que consiste em dirigir a palavra a alguém de quem não sabemos nem de onde vem, nem o que faz, alguém de quem de nada sabemos. Estaria esvaziada ao mesmo tempo a dimensão do anonimato, como se ela fosse negativa ou nociva” (PÉTONNET, 2008, p. 101). Nesse sentido, a mediação é feita pela cidade, ao retirar as instituições e criar um primeiro encontro anônimo. Segundo a autora, em situação de “perfeito anonimato, a fala é livre como o ar, sem vínculos ou guardiões. [...] É por isso que é verdade, seja qual for a parte de si mesmo, real ou fantasiosa, que o indivíduo opte por revelar³³” (PÉTONNET, 2006, p. 257, tradução nossa).

A observação flutuante é realizada simultaneamente à observação participante, pois ambos os métodos requerem a disponibilidade e o comprometimento do observador em embarcar em uma jornada imparcial a partir do encontro. É “Uma viagem muito particular ao

³² Antropóloga, fundadora e membro do LAU (Laboratoire d'Anthropologie Urbaine), CNRS, se aposentou em 1995.

³³ (tradução nossa) No original: *En situation d'anonymat parfait la parole est libre comme l'air, sans attache ni dépositaire. [...] C'est pourquoi elle est vraie, quelle que soit la part de lui-même, réelle ou fantasmatique, que l'individu choisit de livrer.*

sentido que o outro dá àquilo que ali veio fazer” (SIMÕES, 2008). Entretanto, esse passeio desinteressado não é uma ação sem propósito, pois, ao oferecer o passeio, pode-se escorregar histórias de suas relações e seus significantes a partir da própria vida: lutos, traumas, ancestralidade, conflitos, memórias, filosofia de vida entre outras (PÉTONNET, 2006). Por isso, há a intenção de se perder para descobrir modos de vida urbanos e, a partir da perda, desvelar maneiras de se encontrar e se reencontrar.

Assim, nessa dissertação, foi realizado um experimento que combina a técnica da escuta *flâneur* com a observação flutuante. O objetivo é estabelecer um primeiro contato com pessoas que se encontram em situação de rua e que estejam dispostas a compartilhar suas histórias, com o intuito de identificar códigos e verdades - tanto factíveis quanto fantasiosas - que caracterizam esse grupo social e sua forma de perceber e categorizar a cidade.

Essa prática permite alcançar os quatro pilares da etnometodologia: Indicialidade; Reflexividade; Relatibilidade; Noção de Membro. A Indicialidade é alcançada por meio da compreensão das formas gramaticais presentes na cultura dos moradores de rua. A Reflexividade é obtida ao se compreender os relatos e ações diárias desses indivíduos. A Relatibilidade é conseguida por meio de uma compreensão profunda da gramática utilizada pelos moradores de rua e pela capacidade de descrever suas histórias com precisão. Finalmente, a compreensão de noção membro se dá quando o pesquisador consegue transmitir as histórias da população de rua de forma natural. Isso permite um intercâmbio de experiências em que o pesquisador não apenas recebe informações, mas também é capaz de identificar os significados dos símbolos usados pelos membros da cultura da rua, entendendo as dinâmicas do grupo como se fizesse parte dele.

Em resumo, a abordagem da etnometodologia, juntamente com a prática da etnografia, pode ser uma ferramenta valiosa para compreender as culturas de grupos marginalizados, como os moradores de rua. Através da compreensão das formas gramaticais e dos significados simbólicos utilizados por esses indivíduos, os pesquisadores podem obter uma compreensão mais profunda de suas experiências e histórias, o que permite um maior intercâmbio de ideias e conhecimentos entre os membros dessas comunidades e aqueles que estudam sua cultura.

Logo, o resultado final dessa abordagem é a identificação das gramáticas próprias da população de rua. Essas gramáticas serão apresentadas no terceiro capítulo, para permitir que o leitor compreenda melhor a cultura e as experiências vivenciadas por essa população. Compreender essas gramáticas é fundamental para estabelecer um diálogo mais efetivo com a

população de rua e para evitar que as suas experiências sejam diminuídas, marginalizadas ou ignoradas. Por isso, a combinação dessas práticas é de extrema importância para que essa pesquisa etnográfica seja bem-sucedida e para que haja uma compreensão mais profunda das comunidades estudadas.

2.2 – APLICABILIDADE METODOLÓGICA

2.2.1 - Procedimentos éticos

A coleta de dados para essa pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Goiás (CEP/UFG), com o parecer consubstanciado número 5.354.508 (Anexo B). Os participantes foram esclarecidos sobre os objetivos, riscos e garantias que eles poderiam ter ao participar da pesquisa por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (TCLE) (Apêndice A).

Desse modo, para assegurar a privacidade e preservação de dados dos entrevistados, foram adotadas medidas rigorosas de confidencialidade e anonimato, juntamente com o compromisso do pesquisador em garantir a segurança de informações sensíveis. Ademais, foi ressaltado que nenhum participante seria prejudicado caso não quisesse participar da pesquisa, e que os entrevistados teriam a opção de retirar suas histórias a qualquer momento da mesma.

No entanto, é crucial destacar que, dada a vulnerabilidade das pessoas estudadas, a pesquisa levantou questões sensíveis e emocionais relacionadas às suas histórias de vida, o que inclui atos ilegais, violências sofridas e/ou questões de sexualidade. Assim, quando houve desconforto por parte dos entrevistados em participar da pesquisa, o pesquisador ofereceu suporte adequado para aliviar suas preocupações e dúvidas sobre compartilhar suas dificuldades.

Não obstante, a participação na pesquisa pode oferecer aos entrevistados a oportunidade de compartilhar suas histórias de vida e reinterpretar simbolicamente seu sofrimento. Todas as participações foram voluntárias e respeitaram as necessidades dos entrevistados. Para preservar a privacidade dos participantes, o pesquisador optou por não divulgar informações que possam facilitar a identificação dos grupos em situação de rua, uma vez que muitos se utilizam da invisibilidade para se proteger. Além disso, os nomes dos participantes foram omitidos ou alterados para preservar sua privacidade. No texto, as expressões criadas e as falas da população em situação de rua foram destacadas em *itálico*, e as transcrições foram mantidas fiéis à fala dos entrevistados.

2.2.2 – A aproximação com a população de rua

Quais são as dinâmicas sociais estabelecidas pelos invisíveis nas cidades? Essa foi uma das perguntas norteadoras para esse trabalho. Assim, para buscar respostas, adotou-se uma abordagem etnometodológica que se concentrou em observar e vivenciar essas dinâmicas de forma mais imersiva. Para isso, o pesquisador se utilizou da etnografia para inserir-se nas comunidades/ tribos urbanas de pessoas em situação de rua estudadas. O pesquisador se utilizou da caminhada por diversas áreas da cidade de Goiânia e cobriu partes das regiões Leste, Noroeste, Norte, Centro e Oeste. As caminhadas, tiveram como ponto de partida a Praça Botafogo, localizada no setor Leste de Vila Nova.

Os horários das caminhadas foram aleatórios por levar em consideração as diferentes práticas e locais de permanência da população em situação de rua ao longo do dia, de modo que foi seguida a máxima de João do Rio: "Flanar é ir por aí, de manhã, de dia, à noite, meter-se nas rodas da população" (RIO, 2016, p.13). Essa estratégia de pesquisa revelou-se acertada, já que locais com um contingente populacional reduzido desse grupo, durante o dia, apresentavam uma realidade distinta à noite, e vice-versa.

Nesse sentido, a escolha de caminhar se mostrou fundamental para a pesquisa, pois o caminhar não exige velocidade, ele se faz na atenção de desvios e da observação das condicionantes que podem alterar o trajeto. Isso permitiu que o pesquisador identificasse locais onde a população em situação de rua se estabelece e, então, interagisse de maneira mais acolhedora e menos abrupta do que se chegasse de carro. Outra situação que a caminhada oferece, a qual foi definida por Frédéric Gros (2021) como “liberdade suspensiva”, trata de um momento de desconexão temporária da vida cotidiana, onde é possível se livrar das preocupações e obrigações do trabalho. Essa liberdade nos faz perceber que a profusão da oferta e a multiplicação das facilidades do mundo moderno são formas de dependência que aprisionam ainda mais. Outra forma de compreensão da “liberdade suspensiva” pode ser interpretada como uma condição radical, uma ruptura da vida cotidiana, retirar-se do tédio e se estabelecer no mundo ao deixar para trás o sentimento repetitivo de realizar algo em modo automático. “É preciso provocar partidas, transgressões, alimentar, enfim, a loucura e o sonho” (GROS, 2021, p. 15). E continua:

Com isso, quero dizer que, caminhando, não se vai ao encontro de si mesmo, como se se tratasse de se redescobrir, de se libertar das velhas alienações para reconquistar um eu autêntico, uma identidade perdida. Caminhando se escapa à própria ideia de identidade, à tentação de ser alguém, de ter um nome e uma história. (...) Mas ser

alguém não seria também uma obrigação social que acorrenta (...), uma ficção estúpida que pesa sobre nossos ombros? A liberdade ao caminhar é a de ser ninguém, porque o corpo que caminha não tem história, só uma corrida de vida imemorial. (...) caminhar, como expressão da recusa de uma civilização putrefata, contaminada, alienante, miserável (GROS, 2021, p. 16).

Assim, essa prática permitiu ao pesquisador se inserir em grupos como se não possuísse uma história, de modo que fosse mais um anônimo que caminha. Dessa forma, foi possível entrar em grupos da população de rua e participar ativamente das conversas e dos acontecimentos que estavam em jogo, e identificar as dinâmicas sociais estabelecidas em diferentes horários do dia. Nesse sentido, o pesquisador pôde se vincular a alguns desses grupos, tornando-se um participante ativo das dinâmicas sociais estabelecidas entre a população em situação de rua e a cidade. Esta prática está em consonância com a figura do *flâneur*, o que permitiu uma aproximação mais profunda com a cidade, com o povo da rua e com a metodologia adotada.

Após uma estadia prolongada, ao estabelecer diálogos com pessoas de diversos grupos em situação de rua e experienciar situações de violência verbal e física por parte de passantes, além de presenciar tais comportamentos serem direcionados a outros membros do grupo, o pesquisador adquiriu uma compreensão da gramática do local e, assim, tornou-se capaz de abordar indivíduos de outros grupos ou mesmo aqueles com os quais não havia interagido anteriormente, de maneira que assumiu uma posição autônoma e anônima. Isso permitiu que o pesquisador fosse visto como uma fonte confiável para compartilhar experiências que poderiam não fazer sentido ou serem impossíveis de serem comunicadas dentro do mesmo grupo ou para membros externos, como a polícia e/ou outros agentes.

A aproximação com a população de rua aconteceu como uma forma de construir um espaço de escuta e diálogo em que as histórias contadas e experiências pudessem ser compartilhadas. No entanto, em certos casos, a abordagem inicial, mesmo que de forma gradual, não tiveram sucesso e foi preciso recorrer a outras estratégias ou situações geradas pelo acaso que permitiram estabelecer uma relação de confiança com a população em situação de rua. Para ilustrar essas situações, serão apresentados três casos:

Caso 1:

Ao iniciar uma pesquisa, é comum que o pesquisador identifique os campos mais acessíveis para realizar sua investigação. Nesse caso, o pesquisador tinha como alvo a população em situação de rua e, portanto, concentrou sua atenção nas distribuições de marmitas

e cestas que ocorrem na cidade. Em um dia em que observava a distribuição de alimentos para essa população em uma praça próxima a um antigo centro comercial na região oeste de Goiânia (figura 3), realizada por uma ONG, o pesquisador notou que algumas pessoas não demonstravam interesse na comida oferecida. Em vez disso, preferiam participar de outras atividades ou simplesmente observar. Esse comportamento chamou a atenção do pesquisador, que conversou com um dos membros do grupo para entender o motivo.

Figura 3 - Invisíveis em uma praça



Fonte: Acervo pessoal

Após entrevistar um morador de rua, foi relatado que muitos dos indivíduos haviam abusado do consumo de álcool e drogas na noite anterior, o que resultou em desconforto e ressaca. Diante desse cenário, o pesquisador, após esse e outros relatos, começou a identificar que a água, preferencialmente gelada, era requisitada por eles. Posteriormente, teve-se a ideia de que suco de frutas pudesse ser algo desejado e, assim, lhes foi oferecido "geladinha" ou "laranjinha" (suco congelado dentro de um pequeno saco plástico).

Além disso, a "geladinha" foi amplamente valorizada, o que gerou uma grande disputa por ela, tanto que um dos indivíduos afirmou que "*não dá pra quem quer*". Nesse sentido, tanto

a água gelada quanto o suco de frutas foram recursos úteis para dialogar e auxiliar a população de rua. No entanto, um outro recurso se mostrou mais eficaz para estabelecer diálogo com as pessoas em situação de rua, como será demonstrado no caso a seguir.

Caso 2:

Figura 4 - Instalação hidráulica no centro da cidade



Fonte: Arquivo pessoal

Após diversas tentativas frustradas de interagir com um grupo de seis pessoas que viviam embaixo de uma instalação hidráulica, no centro da cidade (figura 4), o pesquisador foi abordado por um dos membros do grupo, que perguntou se ele tinha "*pacaya*". Confuso, o pesquisador respondeu que não sabia do que se tratava. O membro do grupo, então, fez um gesto de levar o dedo indicador e médio entreabertos até a boca e na outra mão um gesto que sugeria acender um isqueiro com o dedão, para ilustrar o que queria dizer. Embora o pesquisador não fumasse, ele disse que havia entendido.

Em seguida, um dos moradores de rua presentes no grupo disse que "*pra rir, é preciso fazer rir*". Nesse sentido, o morador de rua sugeriu que é necessária uma troca, que não se limita apenas a trocas materiais, mas também inclui ações de ajuda mútua para estabelecer relações mais significativas. Nesse caso, ele pediu um cigarro, mas essa troca poderia ter sido qualquer outra forma de assistência, como levar um recado ou oferecer uma carona.

De acordo com Panaino (2012), a população em situação de rua considera o cigarro um objeto de grande prazer, uma vez que é uma das poucas opções disponíveis para proporcionar bem-estar. Contudo, é crucial salientar que o cigarro é uma droga legal e de fácil acesso, o que pode influenciar diretamente na sua utilização, diferentemente de outras drogas ilícitas que apresentam dificuldades para a obtenção.

A partir desse momento, o pesquisador percebeu a importância de ter um dispositivo ou um elemento que pudesse funcionar como um "quebra-gelo" em suas conversas com a população de rua. Ele incluiu, então, um maço de cigarros como parte dos instrumentos de sua pesquisa, o que se mostrou um excelente recurso para iniciar conversas no futuro.

Caso 3:

Quase no final da pesquisa, apesar de, naquele momento, já possuir um conhecimento sólido sobre a gramática moral e a linguagem produzida nas ruas, o pesquisador enfrentou resistência inesperada ao tentar dar continuidade à sua pesquisa com um grupo de moradores de rua. Durante uma conversa com os membros de um grupo, um assóvio repentino interrompeu o diálogo, seguido pelo pedido de um dos membros para que o pesquisador se retirasse do local. Apesar de suas tentativas de explicar a importância da pesquisa, sua presença não foi aceita e foi reiterado o pedido para que ele saísse. Coincidentemente, no local em questão havia uma placa que indicava que a circulação de pedestres não era permitida. O pesquisador interpretou essa placa como se a sua circulação não fosse permitida, como pode ser visto na figura 5.

Figura 5 - Pesquisador não permitido



Fonte: Arquivo pessoal

É compreensível que a população de rua sinta desconfiança em relação a estranhos, já que frequentemente sofrem indiferença e violência por parte de outros grupos sociais. O grupo em questão havia ocupado um antigo edifício em ruínas, que havia perdido completamente suas características originais devido à retirada de itens, como fiação de cobre, portas metálicas e painéis de vidro, que foram destinados às cooperativas de materiais recicláveis.

Diante desse contexto, o pesquisador encontrou dificuldades iniciais em estabelecer uma relação de confiança com os membros do grupo, uma vez que não conseguiu estabelecer vínculo com a liderança. Isso o levou a deixar o local. No entanto, em outra ocasião, enquanto caminhava próximo à edificação, o pesquisador testemunhou uma cena em que as pessoas ocupantes do local foram submetidas a uma revista policial, também conhecida como "baculejo", em que as pessoas são orientadas a colocarem as mãos na cabeça, deixarem as

pernas abertas, enquanto tem um dos lados da cabeça comprimido contra a parede ou chão.

Ao se deparar com essa situação, o pesquisador se aproximou dos policiais, se identificou com o crachá da UFG, questionou a abordagem e indagou se havia algum motivo para que ela fosse realizada daquela forma. Diante da intervenção do pesquisador, os policiais encerraram a revista e solicitaram que os membros do grupo se levantassem, mas aguardassem no local. Nesse momento, os policiais voltaram sua atenção ao pesquisador deixando as outras pessoas em segundo plano. Perguntaram ao pesquisador se ele possuía algum documento que comprovasse o que ele tinha dito ao se identificar. Assim, o pesquisador mostrou que possuía algumas cópias do TCLE consigo. Os policiais pegaram uma das cópias do TCLE e liberaram a todos. Momentos depois o pesquisador foi convidado a entrar na estrutura em que as pessoas estavam, e a conversar com a liderança do local.

Nesse caso, pode-se observar que inicialmente o pesquisador enfrentou dificuldades para acessar o grupo populacional em questão. A liderança do grupo o via com desconfiança, o que dificultou sua aproximação. Inclusive, cabe pontuar que em todas as vezes em que o pesquisador tentou fazer perguntas como se tivesse um questionário pré-estabelecido no lugar de realizar as perguntas de forma fluida, ele recebia respostas como: “*O que você quer realmente aqui?*”, “*você é gambé*”³⁴ ou “*P2*”³⁵. Então, assim como foi relatado posteriormente pela liderança, ela acreditava que o pesquisador fazia parte de um trabalho de inteligência com outros objetivos, e não de uma pesquisa acadêmica. Somente após o pesquisador defender o grupo de uma ação externa é que lhe foi permitido entrar no grupo e, assim, a confiança começou a ser construída.

Em resumo, esses casos representam a abordagem etnometodológica colocada em ação em conjunto com a prática etnográfica da escuta *flâneur* e observação flutuante. Com essa prática foi possível compreender as gramáticas das ruas, assim como os impactos significativos nas interações do pesquisador com a população de rua, o que facilitou a aproximação a diferentes grupos e indivíduos isolados, ou seja, isso possibilitou que o pesquisador fosse reconhecido, entre eles, como um membro confiável.

De todo modo, no próximo tópico, será apresentada a vida nas ruas por meio de um caso ilustrativo. O entrevistado selecionado possui uma história singular e rica em detalhes, algo que

³⁴ O termo “gambé” é comumente utilizado de forma popular para se referir a policiais.

³⁵ “P2” é o termo utilizado para fazer referência aos policiais que trabalham disfarçados/infiltrados em investigações.

permite uma imersão mais completa na realidade de morar nas ruas e compreender suas particularidades. Além disso, sua ampla experiência em todas as fases da vida - infância, adolescência e idade adulta - o torna um dos entrevistados mais versáteis e com diversas perspectivas e histórias para compartilhar.

Assim, o pesquisador se lançou no desafio de transpor para a escrita a entrevista realizada com esse entrevistado, ao utilizar registros do caderno de campo e transcrições das gravações para compor a história contada. Segundo Strathern (2017), a escrita etnográfica é uma atividade complexa e desafiadora, que exige uma recriação imaginativa de alguns dos efeitos da própria pesquisa de campo, e envolve um rearranjo das ideias e narrativas que conferiam sentido à experiência de campo cotidiana para fazer sentido no contexto dos argumentos e das análises dirigidos a outro público.

Por fim, o pesquisador, guiando-se pelo ensaio *Contra a Interpretação*, de Susan Sontag (2020), apresenta a história do entrevistado de forma crua e transparente, sem tentar impor interpretações que possam usurpar a história que pertence ao entrevistado. Para facilitar a compreensão do leitor diante da narrativa não-linear do entrevistado, o pesquisador pede licença e organiza as informações de maneira lógica e coerente. Dessa forma, o leitor é convidado a conhecer o breve histórico do entrevistado, que será apresentado a seguir.

2.3 - VIRGÍLIO³⁶ – UMA VIDA QUE NÃO SE CONTA

2.3.1 - Os encontros com o sujeito invisível

No dia 19 de agosto de 2021, o pesquisador teve seu primeiro encontro com Virgílio no cruzamento da Avenida Goiás com a Avenida Anhanguera. Naquela tarde, o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) realizou uma atividade em comemoração ao Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua. Esta data é marcada pelo Massacre da Sé, um triste evento, no qual pessoas em situação de rua, que dormiam nas escadarias da Catedral da Sé, centro de São Paulo, foram atacadas nos dias 19 e 21 de agosto de 2004. Segundo Pinheiro e Possas (2018), no primeiro ataque, ocorrido na madrugada de quinta-feira, três pessoas foram assassinadas e outras sete ficaram gravemente feridas, uma das quais veio a falecer no dia 20 de agosto. No segundo ataque, ocorrido na madrugada do dia 21 de agosto, mais sete pessoas foram mortas e outras ficaram feridas após serem golpeadas na cabeça com objetos pesados, como bastões e marretas.

Nesse primeiro encontro, o pesquisador encontrou Virgílio protegendo-se do sol debaixo de um pergolado, acompanhado de sua mãe e padrasto. Virgílio é chamado a frente para um discurso, dessa forma, ele se dirige rapidamente ao microfone para falar sobre sua vida nas ruas. Ele explicou que, embora estivesse atualmente morando em uma casa, a incerteza em relação ao pagamento do aluguel ainda o colocava em risco de voltar para a rua. Seu discurso foi dirigido a um grupo de cerca de trinta pessoas, que incluiu participantes do MNPR, outros membros da população de rua, funcionários do Ministério Público, policiais militares, ativistas sociais, dirigentes de ONGs e alguns transeuntes. Virgílio é uma pessoa muito comunicativa, tem uma boa oratória e é muito sorridente. Nesse sentido, o pesquisador decidiu abordá-lo para que participasse da pesquisa. Ele se mostrou disponível e concordou em gravar entrevistas.

Durante o período que se passou entre esse primeiro encontro e a primeira entrevista, o entrevistado, Virgílio, contou que passou por várias experiências traumáticas. Em uma noite, enquanto dormia em sua casa, foi brutalmente acordado por policiais que o agrediram com socos, pontapés e coronhadas. Após esse episódio, com medo de sofrer novas represálias e preocupado com a segurança de sua família, Virgílio decidiu se mudar para uma ocupação em Brasília, onde, no entanto, acabou sendo despejado e teve outro conflito com a polícia, devido

³⁶ Ver nota de rodapé nº 4.

a um incidente ocorrido anos antes. Sem perspectivas, ele se mudou novamente, desta vez, para Curitiba, onde sofreu de estresse recorrente, o que acabou por agravar uma úlcera. Como resultado, Virgílio precisou passar por uma cirurgia de emergência e ficou hospitalizado em estado grave, conforme relatou na entrevista.

No próximo encontro com Virgílio, o encontro aconteceu próximo à Vila Roriz, localizada na região do Vale do Meia Ponte, no Setor Urias Magalhães II. No entanto, para entender melhor o contexto do bairro, é necessário voltar um pouco na história. Em 1987, o interventor Joaquim Roriz desalojou, em um prazo inferior a dois meses, oitenta e seis famílias que residiam na área onde, hoje, passa a Avenida Goiás. Essas famílias foram realocadas em um loteamento recém-aprovado, conhecido como Urias Magalhães II, que, agora, abriga a Vila Roriz. Infelizmente, a área sofre com a insalubridade, já que é periodicamente inundada pelo aumento sazonal do rio Meia Ponte e do Ribeirão Anicuns. Além disso, esses cursos d'água recebem o despejo de esgoto, o que agrava os alagamentos e torna o local propício para a transmissão de doenças parasitárias, como dengue, zika, chikungunya, leishmaniose e verminoses, como relatado em estudos anteriores (CUNHA, 2007; MACEDO, 2008).

Dito isso, enquanto o pesquisador se dirigia ao encontro de Virgílio, percebeu que a Avenida Goiás, que foi responsável pela criação da Vila Roriz, coincidentemente passava por uma adequação para a implantação de um corredor *Bus Rapid Transit* (BRT), algo que exigiria novas infraestruturas urbanas. Segundo Tobias Portis et al. (2022), o projeto de adequação da via foi elaborado em 2012 com a previsão de conclusão em vinte meses. As obras tiveram início em 2015, mas, devido a diversos fatores, a obra ainda se encontra inacabada dez anos após o projeto.

Figura 6 - Ponto de Ônibus Av. Goiás



Fonte: Acervo pessoal

Os futuros pontos de ônibus do corredor BRT, que ficam entre o Araguaia Shopping até em frente a uma unidade da Igreja Presbiteriana do Brasil, estão ocupados por pessoas em situação de rua. Nessa área, ficam, principalmente, imigrantes³⁷ Salvadorenhos e Venezuelanos, como, também, vários brasileiros (figura 6). As praças que fazem parte desse trajeto também estão ocupadas por barracas de *camping* e vários carrinhos para coleta de materiais recicláveis que ocupam o, ainda desativado, BRT, conforme a figura 7.

³⁷ Nessa pesquisa, constata-se que, embora haja um número considerável de imigrantes haitianos em Goiânia, não foi encontrado nenhum caso de um haitiano que vive nas ruas da cidade. Durante as conversas com os imigrantes haitianos e de outros países, foi mencionado que, ao decidirem se mudar para o Brasil, eles já contam com uma rede de apoio estabelecida para recebê-los em diversas cidades brasileiras.

Figura 7 - Carrinho de coleta de recicláveis



Fonte: Acervo pessoal

Desse modo, ao tomar o trajeto em direção à região noroeste de Goiânia, em uma tarde de segunda-feira, no dia 20 de junho de 2022, o pesquisador se encontrou com Virgílio. Durante esse encontro, o pesquisador observou o local e notou que a maior parte do alpendre estava coberto com concreto. Havia um fogareiro improvisado ao lado direito e uma série de ferramentas penduradas no muro. Ao chegar, um cachorro vira-lata recepcionou o pesquisador com latidos. Virgílio gentilmente convidou o pesquisador para entrar na casa, que era acessada por uma escada de três degraus. Na sala, o pesquisador encontrou a mãe de Virgílio sentada em um sofá de três lugares coberto por um lençol branco. A TV de tubo estava ligada na Rede Globo e eles iniciaram a primeira entrevista.

É relevante destacar que Virgílio está sob um programa de proteção e, por essa razão, o pesquisador precisou tomar diversas precauções para encontrá-lo, o que impossibilitou que as

entrevistas ocorressem em locais públicos. Consequentemente, todas as entrevistas subsequentes com Virgílio foram realizadas no mesmo local. Entretanto, houveram várias mudanças notáveis que serão demonstradas a seguir.

A casa de Virgílio foi transformada em um lar aconchegante e personalizado com a adição de novos membros da família, no caso, dois cachorros e um galo, cujos sons podem ser ouvidos ao fundo durante uma das entrevistas. Além disso, dentro de uma economia de subsistência, um galinheiro foi construído para abrigar as galinhas e pombos, além de ter sido criada uma horta, onde são cultivados diversos vegetais, incluindo cebolinha, coentro, agrião e salsa.

Ao entrar na casa, é possível notar que a antiga TV de tubo (analógica) foi substituída por uma moderna Smart Tv (digital). Durante as conversas, a TV está frequentemente ligada e, em alguns momentos, o entrevistado alterna entre responder às perguntas da entrevista e comentar sobre os assuntos que estão sendo transmitidos na televisão. A mãe de Virgílio é uma presença constante na casa e participa ativamente das entrevistas. Nesse contexto, Virgílio compartilha sua história.

2.3.2 - O prenúncio de uma vida nua

Virgílio, o segundo filho de uma família de quatro irmãos, atualmente com trinta e cinco anos, tem em sua memória a sua primeira impressão do mundo exterior: a sua casa em Brasília, ainda quando era uma criança de colo. Esse evento foi marcado por uma discussão intensa entre os pais, que foi desencadeada pelo consumo excessivo de álcool por ambos os progenitores e pelas agressões físicas perpetradas pelo pai contra a mãe. Dessa memória que permanece vívida em sua mente, ele lembra:

Ela resolveu sair dessa vida. Né? De agressão, de violência, que meu pai cometia com ela. Então ela pegou a gente no meio da... daquele tanto de agressão, de violência. Pegou a gente desceu correndo um barranco. Eu nunca esqueço essa cena, nós desceu correndo num barranco lá no pedregal, atravessando... eu lembro que nós atravessou numa ponte, ele estava de um lado com uma faca, né? Bravo! Gritando! Vocês entendem? A gente bem apavorado. Nossa sorte foi um vizinho, né? Do fundo da chácara que socorreu a gente e chamou uma viatura. Na época, eles pegaram a gente, levaram lá para a casa da... da minha avó (VIRGÍLIO, nome fictício).

Foi em busca de uma vida melhor e de tentar se reorganizar, que a mãe de Virgílio decide se mudar para Goiânia em busca de emprego. Infelizmente, as coisas não saíram como

planejado, e a família passou por dificuldades financeiras, tendo problemas para pagar o aluguel. Foi nessa época, quando Virgílio tinha apenas quatro anos de idade, que ele experimentou pela primeira vez a sensação de não ter um lar para morar. Sobre isso, ele diz:

Os trens não estava muito bão, a situação não estava muito boa, a gente perdeu o aluguel da casa. A gente foi morar na rua. E foi morar assim. Não chegamos a ficar muitos dias na rua, fomos... e... tirando os trem da casa. Ficamos um dia na rua, depois pegamos nossas coisas, botamos num caminhão que eu lembro que um, um senhor do supermercado forneceu um caminhão para a gente. Então um senhor lá da Fama botou nossas coisas em cima do caminhão, amarrou. Nesse dia, nós dormiu lá. Tá entendendo? No pé do caminhão e fomos para Niquelândia (VIRGÍLIO, nome fictício).

Depois desse episódio, Virgílio e sua família se mudaram para Niquelândia, onde foram morar com a avó materna. Infelizmente, como Virgílio relata, sua mãe começou a ter problemas com o uso de álcool e drogas, e mal estava presente em casa para cuidar dos filhos. Nesse período, coube à avó a responsabilidade de cuidar de Virgílio e de seus irmãos. Nas palavras do próprio entrevistado: “Uma mãe solteira com quatro, com três filhos, né? Pra criar e tipo assim, começou a beber a viver mais fora de casa. Cê tá me entendendo? E minha avó criava a gente”.

Mais tarde, quando Virgílio tinha dez anos, sua família retornou para Goiânia, mas dessa vez foram morar na casa de uma tia, localizada no Parque Flamboyant, próximo ao Conjunto Fabiana. Naquela época, Virgílio ainda não sabia ler nem escrever, apesar da idade, e começou seus estudos em uma escola filantrópica que existia na região. Nessa nova moradia, infelizmente, as drogas foram, mais uma vez, a causa de uma ruptura na família, resultando em uma briga entre seu padrasto e sua avó, conforme Virgílio relata:

Usava droga e eu via, só que, sempre, sempre vi, sabe? A droga rolando tudo perto, o meu irmão mais velho, ele já começou logo fumar droga, sabe? Eu estudava assim, eu tinha comprometimento, junto com a minha irmã. Então, nós fomos morar no NAC da prefeitura lá no Jardim Bela Vista. Assim, nós não tinha pra onde ir, não tinha como pagar um aluguel (VIRGÍLIO, nome fictício).

Segundo o entrevistado, o NAC é um Centro Comunitário ou Centro de Atendimento à Comunidade. Durante o período em que moraram ali, a família sobreviveu da coleta de materiais recicláveis, realizada por meio de uma carroça puxada por animais. A coleta tornou-se mais difícil após a morte do cavalo, mas como essa atividade era uma fonte importante de subsistência, eles continuaram a fazê-la. Virgílio e a irmã catavam os materiais com as mãos. Isso, foi o “que não deixava faltar o arroz, não deixar faltar o feijão. Cê tá entendendo? Foi o que fortalecia para não faltar o básico dentro de casa”, conta o entrevistado.

2.3.3 - O caixão de papelão velho

A resiliência do jovem Virgílio se fortaleceu diante das adversidades que enfrentou. Junto com sua irmã, ele buscou escapar de um destino marcado pela miséria, e teve a educação como sua principal arma. Eles sonhavam em oferecer uma vida digna para sua mãe por meio da educação formal. Na época, Virgílio tinha apenas 15 anos e fazia parte de um grupo religioso, além de participar de um conjunto de rap na igreja em que frequentava.

Infortunadamente, o sonho de Virgílio foi interrompido abruptamente. Certa vez, ao passar pela casa de um amigo para irem juntos à igreja, Virgílio avistou outro conhecido que pedalava em sua direção, visivelmente perturbado. Sem hesitação, o amigo informou sobre uma tragédia ocorrida na residência de Virgílio.

Ao abrir o portão e entrar em casa, o mundo do garoto desmoronou, mais uma vez. Sua irmã estava caída no chão, baleada, debaixo da gameleira do alpendre. Virgílio lembra-se claramente de cada detalhe do cenário: o sofá, a cobertura do piso, a casa ao fundo, o galinheiro e a árvore com o corpo da irmã. Ele perguntou à mãe o que havia acontecido, mas a resposta se perdeu em meio ao desespero e à falta de compreensão do que estava acontecendo, afinal, tudo parecia estar bem até aquele momento.

Sem saber mais o que fazer, restava a Virgílio apenas se livrar da agonia que o consumia. Olhou pela última vez para a irmã, talvez na tentativa de guardar na memória os detalhes do ocorrido. Bateu à porta e, em um segundo, já estava do lado de fora a procurar um telefone e alguém que pudesse ajudá-lo. Chegou a um posto policial, mas os policiais informaram que as viaturas estavam deslocadas para outras regiões devido a uma onda de violência atípica naquele dia. Desesperado, correu sem rumo até avistar uma viatura da PM que vinha em sua direção. Foi preciso ignorar toda a sua timidez para saltar na frente do carro e, finalmente, conseguir chamar o Corpo de Bombeiros para prestar socorro à irmã. Lamentavelmente, já era tarde demais. Por telefone, foi informado de que sua irmã não resistiu.

Virgílio guarda em sua memória uma outra cena que permanece congelada ali: o sepultamento da irmã. Nas palavras do entrevistado: *“Sem pano, sem nada, só o caixão, com os pé pro lado de fora, sem meia. Eu nunca esqueço, nunca esqueço. Cena doida que eu vi. Tá entendendo? Tipo jogado como se a gente não fosse nada, um caixão de papelão velho”*. Quase

vinte anos se passaram desde aqueles dias infernais, mas Virgílio ainda se recorda vividamente da densa névoa salgada que encobriu seus olhos quando, em desespero, correu sem rumo naquele dia. O mundo ao seu redor se tornou cinza, como se a tristeza tivesse tomado conta de tudo. Mesmo agora, décadas depois, Virgílio ainda sente a extensão da dor que sentiu naquele momento.

Poucos dias depois do trágico incidente, Virgílio descobriu que um policial militar, em um dia de folga, se envolveu em uma briga de bar e efetuou o disparo que atingiu sua irmã. Ao exigir justiça para o crime, a família de Virgílio foi coagida e, com medo, procurou ajuda da Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário (FUMDEC). A FUMDEC direcionou a família para um abrigo, mas eles não se adaptaram e ficaram lá por apenas cerca de quinze dias, antes de se mudarem novamente para Niquelândia.

Na, mais uma vez, nova cidade, Virgílio, sua mãe e seus irmãos tiveram que enfrentar momentos extremamente difíceis sem o apoio de familiares. A escassez de alimentos e a fome foram problemas constantes que a família precisou enfrentar. Tanto que, para garantir a subsistência, eles tiveram que recorrer à terra e retirar mandioca de pequenas plantações locais pertencentes a terceiros. Infelizmente, o cardápio era extremamente limitado, resumindo-se apenas a mandioca, água e açafrão. Em alguns raros momentos de sorte, a família conseguia um pouco de arroz branco para complementar sua dieta.

2.3.4 – A cidade como *Selva Selvaggia*³⁸

Mais uma vez, a família de Virgílio regressou a Goiânia sem ter nenhum lugar para morar. Por fim, acabaram se estabelecendo dentro de uma Área de Preservação Ambiental (APA) próxima à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Parque Flamboyant. Enquanto viviam na mata, a polícia militar e eles eram as únicas pessoas que entravam na área, pois os vizinhos temiam a família e chegaram a apelidá-los de "família lobinho". Ali, eles construíram

³⁸ O nome deste tópico faz referência a uma passagem da Divina Comédia de Dante Alighieri. Nessa passagem, é descrita uma selva que favorece a vida animal em detrimento da vida humana. Abaixo, segue o trecho original do texto, seguido de sua tradução:

Nel mezzo del cammin di nostra vita / mi rivotrai per una selva oscura, / ché la diritta via era smarrita. / Ah! quanto a dir qual era è cosa dura / esta selva selvaggia e aspra e forte / che nel pensier rinova la paura! / Tant'è amara che poco è più morte (ALIGHIERI, 1998, p. 25).

A meio caminhar de nossa vida / fui me encontrar em uma selva escura: / estava reta a minha via perdida. / Ah! que a tarefa de narrar é dura / essa selva selvagem, rude e forte, / que volve o medo à mente que a figura. / De tão amarga, pouco mais lhe é a morte (ALIGHIERI, 1998, p. 25).

um pequeno barraco e um fogão a lenha para cozinhar. Para sobreviver, dependiam do trabalho informal que o padrasto arranjava, bem como dos alimentos e lenha que retiravam da própria mata. Virgílio desabafa:

Só que o engraçado, né, cara? É o próprio estado a gente via que... que era cego para isso, porque se eu sou um policial militar, eu tô num patrulhamento. Eu entro dentro de uma área preservada, encontra uma famílias com crianças morando dentro, crianças, adolescentes, morando dentro de uma mata. Eu acho que o meu papel, como... não só como um policial, mas como cidadão, era transparecer isso para um órgão competente, para que vinha que viesse e tomasse suas providências. Não deixar essas pessoas livre pra outra vez eu voltar lá e fazer a mesma coisa e fazer a mesma coisa. Cê tá entendendo? A gente morava sozinho mesmo lá na mata. É graças a Deus nós vivíamos. Meu padrasto sempre fez os bicos deles. Cê tá entendendo? Nós sobrevivia disso. Nós tinha lá nosso barraquinho, nosso fogãozinho a lenha dentro da mata. [...] Assim, nós morava lá dentro, vivia... nós só vivia mais lá dentro. Saia mais pra caçar alguma coisa para comer. Esses trem. Nós cozinhas lá dentro. Então, algumas pessoas já sabiam que nós vivia lá dentro, sabe? E assim, ali por ter um bairro muito perigoso. Cê tá entendendo? Assim lá as pessoas tinham medo de entrar, entrar dentro da mata, então a gente, a gente se sentia mais seguro ali. Nós mudamos nosso barraco diversas vezes do lugar, sabe? Quando a polícia encontrava o nosso barraco ali, nós tinha que mudar pra outro lugar porque eles voltavam e vinha, pra massacrar, né? Aí nós mudava pra outros lugares e ia vivendo a vida, empurrando devagarzinho com a barriga. Cada dia nós tinha um pedacinho de terra ali dentro (VIRGÍLIO, nome fictício).

Durante esse período, Virgílio se envolveu com drogas, de modo que começou com maconha e avançou para álcool, thinner e cola. Além disso, nessa época, o entrevistado começou a praticar "surfe em ônibus", o que relata com certo entusiasmo, referindo-se à cidade como "um parque de diversões improvisado ao ar livre". E segue:

[...] subir em cima, sentir o vento na cara. Eu achava muito bacana, muito irado, sabe? [...] eu pegava a alimentadora, que na época era aquelas vans alimentadora. Eu pegava ela até lá no parque das Laranjeiras. Pegava no Parque Flamboyant, ele já começava, ali já começava já andar, já com a cabeça pro lado de fora com a porta aberta, tentando dar uma esquivada por fora, porque não existe só o surfe por cima, existe o esquite que ela é por fora também é colado entre a porta e a janela do carro, né? Ali você pega um jump legal também. [...] Ia com a porta aberta, então ficava pro lado de fora. Cê tá entendendo? Pra fazer o rolê legal mesmo. Mas o bacana mesmo é quando nós chegava ali na parada de ônibus ali do Parque das Laranjeiras. Chegava ali na parada de ônibus. Nós já ia pra parada lá do... porque nós descia na parada do alimentador, e já tinha que andar para de frente do abrigo de idosos, ali perto do HDT [Hospital de Doenças Tropicais] pra pegar o ônibus. Aí ele já começa a tudo e quando o ônibus parava eu já ia por trás do ônibus ali. Pulava, batia o pé assim, bem, bem no canto do... Como é que fala? do para-lama da, do ônibus? Subia, pegar na borracha, na borracha de cima do... do... da janela e da janela eu fazia o transplante. Eu bati a mão por trás, pisava bem no cantinho da janela, por fora e me jogava de corpo inteiro para cima do ônibus. Era muito top, véi. Tipo assim, subir nesse mesmo momento que eu subia também, né? Aí eu já escutava o barulho dos caras estourando a porta porque tinha as portas dos lados dentro, né? Que é o teto. Aquelas portinhas do teto, só escutava elas estourando. Puff. Estourava eu já via, os moleques tudo subindo para cima, um sentava lá perto do motorista, né? Ixi, altas vez eu já sentei ali, assim no rumo do motorista, ele dirigindo e sentado ali, só segurando nas borrachas (VIRGÍLIO, nome fictício).

As figuras 8 e 9 mostram as linhas de ônibus que Virgílio usava para praticar o "Surfe Metropolitano", uma forma de se deslocar pela cidade em cima dos ônibus ao utilizar o transporte público como prancha.

Figura 8 - linha 002 | linha 014



Fonte: Elaboração do autor

Figura 9 - Linha 117 - Eixo Anhanguera | T. Pe. Pelágio / T. Novo Mundo



fonte: Elaboração do autor

Ao falar dos episódios referentes ao surfe metropolitano, o entrevistado recorda de sua preferência pela linha do Eixo Anhanguera, que corta a cidade no sentido leste/oeste, devido às plataformas e aos acessos que elas geravam nos ônibus, e também porque no centro da cidade era mais fácil conseguir comida e dinheiro. Outra percepção relatada é que o surfe servia como um mecanismo de reconhecimento/visibilidade.

Assim, enquanto os surfistas experienciavam e criavam imaginários da cidade como um grande parque de diversões, acreditavam que ao fazer suas manobras, a população os aplaudia. Entretanto, Virgílio também fala com certo ressentimento e culpa sobre o acidente no qual fraturou o ombro, sobre a queda de muitos outros companheiros e sobre o fatídico dia em que

um de seus amigos, outro “surfista”, perdeu a vida devido a um movimento errado que o fez se chocar de frente com a plataforma do terminal rodoviário. A perda do amigo foi o fator determinante para Virgílio parar de surfar nas linhas do transporte coletivo.

Enquanto ainda estava envolvido nessa prática perigosa, Virgílio também começou a cometer pequenos furtos para sustentar seu vício em drogas e para poder dizer que nunca havia “andado de cara” (que não estava sóbrio) em cima de um ônibus. Durante a entrevista, ele expressou arrependimento por suas ações e reconheceu que, na época, não conseguia compreender totalmente as consequências de seus atos, como o impacto sobre as pessoas que foram roubadas. Ele percebeu que, talvez, essas pessoas estivessem pagando pelos pertences que lhes foram roubados, ou, ainda, economizando dinheiro para comprar algum produto.

Segundo Virgílio, ele não gostava de passar muito tempo dentro da mata e preferia ficar nas ruas. Segundo ele, sentia-se “urbanizado” e gostava de se misturar com a multidão. O último dia em que passou na mata foi motivado por uma das suas perambulações pela cidade. Ele estava com um amigo, próximo ao Terminal Isidória, quando uma viatura da polícia os abordou. Por serem menores de idade, foram encaminhados ao Conselho Tutelar. Durante a conversa com a assistente social, ela perguntou onde Virgílio morava. Ele respondeu que morava na mata, mas a assistente social não acreditou no que ele dizia. Segundo o entrevistado a cena se desenrolou da seguinte maneira:

- Cê mora aonde? - Eu moro com minha mãe, meu padrasto e meu irmão. Minha irmã já faleceu e o meu irmão mais velho... [...] Lá dentro da mata, lá no Parque Flamboyant, na reserva. Ai, a assistente, o conselheiro tutelar olhou para o policial e o policial começou a rir. Aí, ele: - Para de brincadeira rapaz, para de zoeira, cê mora aonde? - É, eu moro lá dentro. Por isso que eu estou aqui, vivendo situação de rua, porque lá dentro da mata lá eu me sinto mais, não me sinto protegido, aqui na rua tô vendo tudo. Aí, ela falou: - Cê tá de brincadeira! - Não tô não! - Então vou fazer o seguinte, eu vou pegar você aqui agora, vou botar cê dentro do carro, eu vou levar o cê lá e nós vai com a viatura. Se cê estiver mentindo. Falei: - Bora! Ai, quando chegou lá, quando chegou lá, ela nem acreditou. Eu desci do carro. Falei: O mãe [Gritei!] Ela veio de lá pra cá, a muié nem acreditou, ela ficou pasma. - Cê mora aonde? - Eu moro aqui. Ela entrou lá e viu. Quando ela olhou, falou. - Não mas, cês moram aqui? - Nós mora aqui, nós não tem pra onde ir. Pegaram nós, levaram nós lá pro... Uma casa de passagem, né? De acolhimento. Lá na... como é o nome de lá mãe? Lá no Jardim Helvécia. Uma casa de acolhimento, lá é só pra família. Só o que tinha lá na época. E aí, tipo assim, minha mãe já tinha conhecido meu, esse outro padrasto, que é o meu padrasto hoje. Cê tá entendendo? O [nome suprimido], ela já conhecia ele já. Já estava sofrendo junto com nós também. Aí de lá. Ele, assim, um dia pegou arrumar um emprego lá, arrumô um serviço, sabe? E do serviço ele foi morar lá dentro da fábrica, foi morar, só que eu já vivia urbanizado na rua. Não parava de jeito nenhum (VIRGÍLIO, nome fictício).

É importante destacar a surpresa e descrença da assistente social e do policial ao se depararem com a situação de Virgílio. Num primeiro momento, eles não acreditaram que

alguém pudesse viver em uma reserva ambiental na cidade e chegaram a pensar que se tratava de uma brincadeira. Quando levaram Virgílio até o local que ele indicou como sua moradia e viram que toda a sua família vivia ali em condições precárias, ainda assim, ficaram alarmados com aquela realidade. Por esse motivo, a família foi encaminhada para um abrigo, mais uma vez.

Novamente, Virgílio enfrentou dificuldades para se adaptar, o que resultou em sua fuga. Ele retornou às ruas e foi detido pela polícia, sendo encaminhado à Delegacia de Polícia de Apuração de Atos Infracionais de Goiânia (DEPAI) e, posteriormente, transferido para o Centro de Internação Provisória (CIP). Depois de ser liberado do CIP, Virgílio descobriu que muitas pessoas estavam se dirigindo ao Setor Parque Oeste Industrial em busca de terrenos para construir suas próprias casas. Decidiu, então, se mudar para lá nos primeiros dias de maio de 2004 e, em seguida, levou sua família para o novo local.

2.3.5 - Parque Oeste Industrial num sobrevoo

Para entender a sequência dos eventos, é crucial contextualizar a história do Bairro Parque Oeste Industrial, desde sua ocupação até sua desocupação. De acordo com Silva (2007), o loteamento foi criado em 1957 e está localizado na região Sudoeste de Goiânia, espaço que abrange uma área de 1,3 milhões de metros quadrados. O bairro faz divisa com a BR-060, que é uma via expressa que conecta a capital goianiense com outras cidades como Guapó, Rio Verde e Jataí. O Parque Oeste Industrial se destacava por sua infraestrutura urbana consolidada e por estar cercado por bairros, loteamentos, serviços e indústrias.

De acordo com Mendonça (2015), apesar de ser uma gleba de grande extensão e ter sido criado na década de 1950, o Parque Oeste Industrial não estava cumprindo sua função social, como estabelecido pela Constituição Federal (artigos 182 e 183) e explicitado no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001). Além disso, seus proprietários acumularam uma dívida de quase R\$ 2 milhões com a Prefeitura de Goiânia em relação ao Imposto Territorial Urbano (ITU), até a época da ocupação em 2004. Em maio daquele ano, a população sem-teto iniciou a maior ocupação já realizada em Goiânia, como uma alternativa informal para a realização do sonho da casa própria, algo que ainda é inacessível para muitas camadas sociais. Segundo Virgílio, o processo de ocupação ocorreu da seguinte forma:

Eu cheguei lá, da noite pro dia, eu vi quinze mil família se acumular no lote. Eu vi. Assisti de camarote da noite pro dia. Eu deitei assim e dormi uma hora. E... encheu de barraco, então, assim dali eu pensava que tava tranquilo. Que eu não precisava mais voltar pra rua. Que tava bem, tava sossegado. Os dias foi se passando, então mês, entrou ano (VIRGÍLIO, nome fictício).

O entrevistado relata que se sentiu acolhido dentro da ocupação, pois se identificava com as pessoas que estavam ali, na luta por moradia e a reivindicar seus direitos. Na ocupação, chamada de "Sonho Real", ele aprendeu a trabalhar como servente e, ao se relacionar com os moradores, começou a entender e a gostar deles. Então passou a acreditar que não iria mais voltar para as ruas, e conseguiu até diminuir o consumo de álcool e outras drogas. Apesar de ter apenas quinze anos na época, ele queria permanecer na ocupação e, mesmo sem entender completamente o que acontecia ali, ele gostava de estar lá. O pesquisador notou que, ao falar desse período, Virgílio expressa um carinho especial e uma forte conexão com a comunidade que foi construída naquele território conquistado.

É importante citar que, durante o período em que Virgílio encontrou essa nova perspectiva de vida, de acordo com as informações de Silva (2007) e Mendonça (2015), os proprietários da gleba, juntamente com atores do mercado imobiliário, moveram uma ação judicial para a reintegração de posse da área ocupada. Além disso, houve uma tentativa de criminalizar o movimento social, que visou influenciar a opinião pública a ter uma percepção contrária à ocupação. Em decorrência disso, em fevereiro de 2005, foi iniciado o processo de desocupação, a começar com a chamada "Operação Inquietação", que visava provocar inquietações psicológicas nos ocupantes, desestabilizando-os física e mentalmente por meio de violações criadas principalmente durante a madrugada. Virgílio relata que os dias que antecederam a desocupação foram dias de muita inquietação.

Assim, o episódio da desocupação do Bairro Parque Oeste Industrial é marcado por uma trágica história, que ainda ecoa na memória coletiva da cidade de Goiânia. Em 16 de fevereiro de 2005, teve início a maior operação policial já realizada no Estado de Goiás, deixando cerca de 4.000 famílias desabrigadas e causando uma série de violações de direitos humanos. Segundo relatos de Silva (2005), a ação resultou na prisão de 800 pessoas, além de deixar, aproximadamente, 40 feridos por armas de fogo, sendo que três delas necessitaram de procedimento cirúrgico, uma pessoa ficou paraplégica, além de dois mortos e vários desaparecidos. A história da operação de desocupação, ainda hoje, é lembrada como uma das maiores tragédias sociais de Goiânia, e foi brilhantemente narrada pelo rapper GOG:

Governador, justiça, prefeito e polícia
 Quadrado mágico da malícia
 Um governador que prometeu e não cumpriu
 A justiça que decretou despejo hostil
 Um prefeito que poderia e não fez
 A polícia que efetivou a ação com insensatez
 Empresários inadimplentes, mas muito ricos
 Proletários mortos, desabrigados e feridos
 Empregadas, catadores de papel, garis
 Operários, lavadeiras viviam ali
 Um local inabitável transformado em moradia
 Agora um bairro, agora cheio de vida
 Alegria, cedo ou tarde pagariam por essa ousadia
 A juíza a desocupação exigia
 Barricadas montadas pelos moradores
 Pra chamar a atenção, mas dos bastidores
 Preparada a operação batizada “inquietação”
 Tensão... Ninguém vai dormir não!
 E os guerreiros das ruas de barro vermelho
 Faziam dos quilombolas seu espelho
 15 longos dias, o povo heroicamente resistia
 Até que o acesso foi fechado por todas as vias
 Os jagunços preparados pra exibir seus trunfos
 Iniciou-se a operação triunfo
 (GOG, trecho da música “Sonho Real”)

Os rappers Athayde e M.V Bill, juntamente com o antropólogo Luiz Eduardo Soares, destacam em suas obras o interesse do Estado em empregar a força de trabalho de determinados grupos populacionais, sem garantir a sua permanência nos espaços que ajudaram a construir e, posteriormente, expulsando-os, numa tentativa de evitar futuras revoltas pela posse de terra. Essa ação é levada a efeito como uma forma de esterilização do problema, evitando revoltas futuras por posse de terra e, mesmo que pareça contraditório, o Estado continua a se utilizar da força desses trabalhadores vulneráveis, invisíveis e úteis. Segundo os autores:

Há circunstâncias em que o Estado constrói um cinturão sanitário em torno de grupos sociais temidos como fontes de perigo pelas camadas superiores das cidades. O propósito é esterilizar a fonte e apagar do mapa essas comunidades: explorar sua força de trabalho e, ao mesmo tempo, condená-las à invisibilidade. Nesses casos, a polícia costuma ser usada para fazer o trabalho sujo. (ATHAYDE; BILL; SOARES, 2005, p. 92)

O entrevistado, Virgílio, concorda com a descrições de violência feita pelos rappers e pelo antropólogo, e enfatiza que a operação policial foi vista com perplexidade pelos ocupantes devido ao uso desproporcional da força. Segundo o entrevistado:

A polícia invade para dentro. Eu tava lá na avenida Magnólia, na barricada. Eu nunca esqueço desse dia também. Foi um dia. Sim..., triste para nós que nós perdemos alguns companheiros de luta também, né? [...] Quando a polícia entrou, eu tava na barricada. Eu me lembro muito bem até hoje, quando. O menino falava. É...

mulheres e crianças na frente, mulheres e crianças, idosos na frente. E o resto atrás! Quando eu olhei assim pro lado que eu vi a polícia entrando, eu pensei que, eu pensei que ele não ia fazer aquilo, sabe? Para mim não, não tinha, não tinha lógica! Entra atirando no meio do povo. Mas eles entraram atirando. Sabe? Covardemente. Cara, eu corri até perto da igreja quando foi atingido. Um tiro de borracha. Eu caí no chão, eu caí, eles vieram pisar em cima de mim assim. Pisaram no machucado. Botaram o pé no meu pescoço (VIRGÍLIO, nome fictício).

Segundo Mendonça (2015), a desocupação da ocupação Sonho Real violou diversos direitos fundamentais, e essas violações persistiram mesmo após a retirada dos ocupantes. Após a desocupação, cerca de 4 mil pessoas foram alojadas precariamente por três meses em dois ginásios em Goiânia, para depois serem transferidas para uma área provisória no Setor Grajaú. Somente após um longo período de tempo, foi criado o assentamento definitivo do Bairro Real Conquista, mas ele não foi capaz de atender à demanda de moradias necessária para os antigos ocupantes da Sonho Real. Virgílio, por sua vez, afirma que o processo de evacuação e desocupação não afetou apenas sua vida material, mas também teve um impacto direto em sua subjetividade. O entrevistado desabafa:

Aquela luta doida para superar, porque não é fácil. A gente lutando, lutando, lutando pra superar. E a vida, ela assim, ela mostra para a gente que... A gente tem graduar muito das vezes para sobreviver, né? No mundo. A gente, assim, a vida ensina isso pra gente, né? Tipo assim. Criou mais revolta na minha vida, daquilo ali. Eu comecei a usar o craque, o craque estava chegando aqui. Isso dois mil e... dois mil e oito pra dois mil e nove. O craque chegou e eu comecei a usar o crack. Devasta a mente (VIRGÍLIO, nome fictício).

2.3.6 – Torpor

Após os acontecimentos no Parque Oeste Industrial, Virgílio e sua família se mudam para o Bairro Grajaú com a expectativa de receber uma moradia no loteamento Real Conquista. No entanto, a desesperança em relação à vida era tão grande que ele acabou por se entregar ao vício do crack e, em suas próprias palavras, "*já vivia uma vida devassa, dominado pelas drogas*". Mesmo após vivenciar tantos acontecimentos adversos, foi nessa fase que o entrevistado enfrentou mais uma adversidade.

Ele conta que, uma semana depois de ter completado 18 anos e sentir-se aliviado por não ter mais registro de atos infracionais, afinal "*tinha ficado de maior*", foi surpreendido pela violência policial. Ele estava em casa quando a porta foi arrombada pela polícia, que o jogou ao chão e chutou seu ouvido, deixando-o, permanentemente, com dificuldade de audição no lado esquerdo. Depois disso, foi preso e levado para a Casa de Prisão Provisória (CPP), onde descobriu, posteriormente, que seu irmão mais novo havia sido acusado de furtar uma bicicleta

e, por ser menor de idade e não ter confessado, Virgílio, então, é que foi detido em seu lugar, e acusado de roubo. Esse episódio foi mais um duro golpe em sua vida.

Durante o tempo em que esteve na prisão, a família de Virgílio conseguiu a escritura de uma casa no Bairro Real Conquista. No entanto, ao retornar, ele percebeu que tudo havia se tornado um tormento. Infelizmente, toda a família estava envolvida com drogas, o que desencadeou novamente a ida para as ruas, pois eram assediados constantemente por traficantes e policiais e não viram alternativas, a não ser deixar a casa. Segundo o entrevistado:

A gente foi, a gente morava numa casa onde, tipo assim, praticamente os traficantes, tomou a nossa casa, sabe? [...] Os cara tomou a nossa casa. Os cara entrou para dentro da nossa casa, né? Usou que a gente usava droga, aproveitou, sabe? Ele botava a droga para a gente fumar e conseguiram adentrar para a nossa casa e quando a gente viu já não tinha mais nem como a gente sair, da nossa própria casa. Ou a gente convivia lá dentro ou a gente saía abandonava a casa, deixava pra eles. Foi quando a polícia entrou lá. É assim. Meu padrasto está ponteadado ainda. Polícia entrou lá e ele resolveu. A gente resolveu sair fora e abandonou a casa, deixou pra trás. Abandonou e fomo morar na rua [...] Fui morar na rua, cara, fui morar na rua. Na rua de novo. [...] Não, eu prefiro ficar na drogadição lá mesmo na rua, mas tá livre do que cê tá... com várias coisas ao seu disposição. Está preso uma coisa. Preferi tá livre. Aí foi morar (VIRGÍLIO, nome fictício).

Após o ocorrido, Virgílio volta para as ruas e, a partir desse momento, sua vida passa a aparecer em flashes de memória. Inebriado pelo constante uso de drogas, passam-se dias, meses e anos, de maneira que ele acorda sempre em lugares diferentes, algumas vezes na porta de um bar, em uma calçada qualquer ou em albergues, mas sem nenhuma perspectiva de melhora. Contudo, quando sua vida parecia seguir esse fluxo, um convite o traz de volta à luta.

2.3.7 – Reconhecimento

Certa vez, assim que Virgílio acordou em uma casa de passagem, apareceu uma pessoa convidando todos que estavam ali para uma reunião com o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). Segundo o entrevistado, o convite era para que a população de rua conhecesse seus direitos e contribuíssem para a elaboração de políticas públicas. Ainda assim, não eram argumentos que interessavam a Virgílio, o que chamava sua atenção naquele momento era a fome que passava. Sem pestanejar perguntou: “*Rapaz, que saber? Eu vou lá só para comer nesse movimento, vai rolar comida?*”. A resposta foi positiva e, para amenizar as dores do estomago, decidiu ir as reuniões.

Em um primeiro momento, por estar calejado pela vida e pelas propostas que recebia de

ONGs e, até mesmo, do crime organizado, acreditava que o movimento não passava de pessoas que queriam usá-lo para atingir seus objetivos e, em seguida, descartá-lo. Mas, ao participar da reunião, Virgílio sentiu-se representado e viu ali, um lugar para reaproximação de um convívio que transcenderia a rua e criaria laços com outros atores. Sendo assim, pediu para ser convidado para encontros futuros.

As expectativas para os próximos encontros, por um grande acaso, foram superadas. Virgílio compartilhava um quarto em um albergue com um dos integrantes do movimento que tinha uma viagem marcada para um encontro nacional que ocorreria em São Paulo. No entanto, esse colega de quarto, por motivos diversos, decide não ir e indica Virgílio para o seu lugar. Virgílio aceitou o convite e viu duas oportunidades: a de conhecer o mar e, mais uma vez, a de comer bem. Já em São Paulo, impressionado pelo conteúdo da conferência, encontrou um propósito para retomar sua vida e criar novas possibilidades de participar da vida social. Sobre isso, o entrevistado diz:

Eu comecei a ver aqueles cara falar, mano. Os caras falando com propriedade de uma coisa que ele viveu e que eles. Queria passar para nós ali de certa forma, o que que a gente tem que fazer, sabe? Pra progredir. E aquilo ali foi entrando em mim, foi me consumindo de conhecimento. Cê tá ligado? Foi buscando entender, entender daquele. Só desse momento de 4 dias eu tentei entender tudo o que os cara estava falando. Eu peguei, parei comigo de frente pro mar. Parei, a partir de hoje eu vou, eu vou estar junto com esse movimento. Vou tar junto com esse movimento, porque eu sei que isso é o melhor para mim e pros outros que estão em volta (VIRGÍLIO, nome fictício).

Após relatar em detalhes a sua experiência como participante ativo do movimento da população de rua, Virgílio decidiu concluir a entrevista com um sincero e emocional desabafo. Com um tom grave e carregado de emoção, ele expressou seus sentimentos mais profundos e sinceros sobre as suas dificuldades enfrentadas e por aqueles que são marginalizados pela sociedade. De acordo com o entrevistado:

Eu não quero o mal para ninguém. Eu não desejo mal para ninguém, única coisa que eu quero, é só viver, viver e assistir de frente as pessoas que moram em situação de rua, ser contemplada, com dias melhores. Cê tá entendendo? Contemplada com moradia, com trabalho digno. Cê tá entendendo? Cê contemplada nesses benefícios do governo. Cê tá entendendo? Que ajuda as pessoas carentes, muitas das vezes é a população de rua que é a classe mais... mais pobre que tem, porque abaixo dos mac... dos catadores de materiais recicláveis, tem a população de rua. Que não tem nenhum serviço remunerável, eles vive de pedir, de pedir, de manguear, de vender uma água de pá pá e pá pá pá. Cê tá entendendo? Então é isso, cara, é tipo assim, a minha vida é isso. É um livro aberto, sabe? Hoje eu, hoje já me entendo já, diferenciado. Hoje eu já luto já em prol das coisas, de melhoria. Cê tá entendendo? Hoje eu já vejo meu irmão. Igual antigamente eu era um cara que não conseguia nem conversar. Hoje eu já converso, já sei falar, eu perdi o meu medo, sabe? Tinha medo, pavor de polícia, hoje eu não tenho medo de polícia, eu falo de igual para igual de frente, de frente, tipo assim, se não me engolir ali, tem que me engolir porque eu sou um cidadão e eu também exijo respeito. Bato a tecla todo dia indiferente que more na rua, que sejam,

que sejam homossexual, que seja um travesti, que seja um negro, que seja um índio, que seja um branco indiferente, tá? Somos todos iguais. Não tem diferença de ninguém, nós somos imagem e semelhança de Jesus, tá na Bíblia. Então a gente tem que respeitar isso também. Cê tá entendendo, mano? Então é isso (VIRGÍLIO, nome fictício).

Finalmente, conforme mencionado anteriormente, a história relatada acima foi coletada em fragmentos que não respeitavam uma cronologia linear. Virgílio contou o que lembrava, alguns eventos com mais ênfase, repetindo-os diversas vezes e, em ocasiões diferentes, retomando o assunto. Por outro lado, certas informações pareciam escapar-lhe, talvez devido à insegurança, vergonha ou medo, fazendo-o desviar o olhar, sussurrar ou abaixar a cabeça. Nesse contexto, o pesquisador sentiu-se responsável por transcrever e organizar cronologicamente os relatos do entrevistado, a fim de construir uma narrativa coesa. Assim, com a aprovação de Virgílio, a história que você acabou de ler foi produzida. Ele ficou entusiasmado com o resultado e confessou seu desejo de ter um livro escrito sobre sua vida.

CAPÍTULO 3 – OUTRAS ESCRITAS URBANAS: CONTRA-TAXONOMIAS SOBRE A CIDADE NA PERSPECTIVA DOS (IN)VISÍVEIS

*Pros moleque da quebrada
Um futuro mais ameno, essa é a meta
Pela fundão, sem palavras, muito amor.*

(RACIONAIS MC'S, 2002.)

“todo mundo que mora em rua tem uma história a contar, ninguém mora em rua por morar, quando você vê um morador de rua morando no lugar, que ele tá sofrendo alguma coisa [“ininteligível”]. Resumindo, alguma coisa tá acontecendo com ele. Ninguém chega numa situação dessa, que nem eu cheguei.” (Entrevistado 1)

Esse relato foi coletado por meio de observação participante com a população em situação de rua e aborda a principal problemática deste trabalho: a invisibilidade das histórias dessas pessoas. Embora cada indivíduo que vive nas ruas tenha uma trajetória única, suas histórias são frequentemente silenciadas ou omitidas. Isso perpetua uma forma de violência que os coloca como cidadãos de segunda classe, privados de vontade ou desejos, e incapazes de afetar ou serem afetados, além de não terem voz para nomear o mundo ao seu redor.

Nessa pesquisa, buscou-se investigar as perspectivas sobre a cidade a partir das experiências das pessoas em situação de rua, cujas histórias são frequentemente invisibilizadas e negligenciadas. A partir dos dados coletados, por meio de escutas dessas pessoas, foi possível produzir novas formas de classificar o mundo que as circunda, criando contra-taxonomias de suas territorialidades. Essas contra-taxonomias se apresentam como formas de resistência que se relacionam com espacialidades fora das lógicas hegemônicas, formando verdadeiras barricadas contra a violência da invisibilidade.

Embora as pessoas em situação de rua não tenham sido questionadas especificamente sobre territórios, muitas delas compartilharam suas perspectivas sobre esse tema remetendo a lugar, pertencimento e espaço, destacando especialmente a importância da “quebrada” como um espaço de proteção e resistência. Para essa população, a “quebrada” se torna um local onde podem se sentir parte de um grupo, mesmo que esse grupo seja marginalizado pela sociedade

em geral. Este estudo evidencia que as pessoas em situação de rua possuem histórias únicas e valiosas, que merecem ser ouvidas e compreendidas.

Neste capítulo, abordaremos a contra-taxonomia, apresentando seu conceito e os resultados das entrevistas realizadas com a população em situação de rua. Discutiremos suas relações com a comunidade local, tanto coletivamente quanto individualmente, explorando as várias perspectivas presentes nesse contexto. Além disso, discutiremos como a habitação nas ruas da cidade pode ser entendida como uma forma de resistência. Ao criar espaços vazios, desafia a cartografia colonialista que busca controlar e mapear todos os aspectos da vida urbana. Por fim, apresentaremos as contra-taxonomias, que categorizam outras territorialidades opostas ao poder soberano.

3.1 – CONTRA-TAXONOMIA

No atual contexto urbano, os meios de nomeação e categorização de diferentes modos de vida e existência parecem estar se esgotando, o que pode ser resultado da saturação das formas de compreensão das cidades e suas relações. É essencial, portanto, abordar as formas de classificação dentro de uma lógica crítica que permita o uso de outras operações de categorização, que escapem da forma dominante ou que a utilizem em outros contextos para criar novos significados.

Para produzir uma nova gramática, é necessário envolver outros atores em uma operação incompleta, imperfeita e aberta, o que pode levar à criação de uma contra-taxonomia. No entanto, antes de entender como isso pode ser alcançado, é importante ter uma compreensão clara do que se entende por taxonomia.

Assim, considerando o cenário de esclarecimento e desencantamento do mundo, é crucial explorar novas formas de nomeação e categorização que possam proporcionar uma compreensão mais aprofundada e complexa do contexto urbano em que vivemos. Isso implica uma reflexão crítica sobre as categorias e conceitos que utilizamos atualmente, bem como a busca por novas formas de classificação que possam criar novos significados e expandir nossos horizontes de compreensão.

Diante disso, de acordo com Walter Benjamin (2018a), todas as formas de expressão humana, como música, escultura, justiça, técnica e religião, podem ser consideradas como linguagem. Essa linguagem é uma ferramenta para comunicar conteúdos espirituais em diferentes áreas da vida, e a comunicação por meio de palavras não é a única forma de linguagem. Benjamin acredita que, ao nomear as coisas ao seu redor, o ser humano comunica sua própria essência espiritual. "Mas a língua dos humanos fala por palavras. O ser humano comunica, portanto, a sua própria essência espiritual [...] nomeando todas as outras coisas" (BENJAMIN, 2018a, p. 12). Para Benjamin, a linguagem humana em sua essência está no fato de nomear as coisas.

Após essa reflexão, Benjamin apresenta uma série de questionamentos retóricos, acompanhados de suas respostas. "É nomear para quê? A quem se comunica o ser humano? Mas será esta questão, no caso do ser humano, diferente da de outras formas de comunicação (linguagens)? A quem se comunica o candeeiro? E a montanha? E a raposa? A resposta, nesse

caso, é: ao ser humano” (BENJAMIN, 2018a, p. 12). Assim, o ser humano comunica-se com outros objetos e seres a partir de sua nomeação. Dessa forma, Benjamin apresenta sua visão de que a nomeação é uma ferramenta fundamental para a comunicação e interação do ser humano ao seu mundo circundante o que o torna o senhor da natureza. Para o autor:

O ser humano é aquele que nomeia, e por aí reconhecemos que pela sua boca fala a língua pura. Toda a natureza, na medida em que se comunica, comunica-se na linguagem, e assim, em última análise, no ser humano. Por isso ele é o senhor da natureza e pode dar nome às coisas. Só através da essência-de-linguagem das coisas ele sai de si mesmo e chega ao conhecimento delas – no nome (BENJAMIN, 2018a, p. 13).

Nesse sentido, para exemplificar esse ato de se comunicar a partir da nomeação e o homem como senhor da natureza, trago a passagem no livro “Cem Anos de Solidão” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2003), em que os personagens, devido a uma epidemia de insônia, desenvolvem a doença do esquecimento, todos os habitantes de Macondo - cidade fictícia onde se passa a história - começam a esquecer dos nomes dos objetos e de suas funções. A solução para que não perdessem o conhecimento sobre os mais variados assuntos, foi etiquetar fisicamente o mundo.

Um dia, estava procurando a pequena bigorna que utilizava para laminar os metais, e não se lembrou do seu nome. Seu pai lhe disse: “tás”. Aureliano escreveu o nome num papel que pregou com cola na base da bigorninha: tá. Assim, ficou certo de não esquecê-lo no futuro. [...] Então, marcou-as com o nome respectivo, de modo que bastava ler a inscrição para identificá-las. Quando seu pai lhe comunicou o seu pavor por ter-se esquecido até dos fatos mais impressionantes da sua infância, Aureliano lhe explicou o seu método, e José Arcadio Buendía o pôs em prática para toda a casa e mais tarde o impôs a todo o povoado. Com um pincel cheio de tinta, marcou cada coisa com o seu nome: mesa, cadeira, relógio, porta, parede, cama, panela. [...] Pouco a pouco, estudando as infinitas possibilidades do esquecimento, percebeu que podia chegar um dia em que se reconhecessem as coisas pelas suas inscrições, mas não se recordasse a sua utilidade. Então foi mais explícito. O letreiro que pendurou no cachaço da vaca era uma amostra exemplar da forma pela qual os habitantes de Macondo estavam dispostos a lutar contra o esquecimento: Esta é a vaca, tem se ordenhá-la todas as manhãs para que produza o leite é preciso ferver para misturá-lo com o café e fazer café com leite. Assim, continuaram vivendo numa realidade escorregadia momentaneamente capturada pelas palavras, mas que de fugir sem remédio quando esquecessem os valores da letra escrita. (GARCÍA MÁRQUEZ, 2003, p. 47-48).

A prática de nomear objetos, elementos da natureza e coisas é conhecida como taxonomia. Essa prática envolve a classificação e padronização desses elementos em sistemas de nomenclaturas. Considerando que a taxonomia é uma prática de classificação e padronização de elementos da natureza e cultura, é possível associá-la a outras formas de organização do conhecimento humano. Segundo Rapini (2004), essa prática é inerente ao ser humano, mas foi a partir do sistema “hierárquico-binomial” implantado por Lineu em 1753 que a taxonomia se

tornou uma disciplina padronizada, permitindo que informações obtidas de diferentes lugares e épocas fossem associadas e armazenadas de forma consistente. Atualmente, a taxonomia de Lineu tem sido utilizada em diversas áreas científicas para categorizar e nomear elementos biológicos e não biológicos, permitindo que informações precisas sejam compartilhadas e acessadas por especialistas em todo o mundo.

Nesse sentido, Foucault (2019) em sua obra "As palavras e as coisas", apresenta a taxonomia como uma das principais formas de representação utilizadas na episteme clássica, que se desenvolveu nos séculos XVII e XVIII. Ela está relacionada à *máthêsis*, que é um método universal utilizado para ordenar as naturezas simples, como é o caso da álgebra. A taxonomia é, portanto, um sistema de signos que se reporta à *máthêsis*, e que permite a organização das representações empíricas de modo a analisá-las como naturezas simples. Para Foucault ([1966]2019), a taxonomia implica um continuum das coisas, uma não-descontinuidade e uma plenitude do ser, que é possibilitada pela potência da imaginação.

Além disso, Foucault (2019) destaca que a taxonomia é uma forma de representação que está sempre associada a uma análise do conhecimento, que permite mostrar como a continuidade escondida do ser pode reconstituir-se através do liame temporal de representações descontínuas. Assim, a taxonomia está sempre relacionada à *gênese*, que é a análise da constituição das ordens a partir de sequências empíricas. Essa abordagem da taxonomia feita por Foucault, colabora com o pensamento benjaminiano de desencantamento do mundo a partir do conhecimento e da nomeação das coisas mesmas.

Benjamin (2018a), sem a intenção de tomar a Bíblia como verdade relevada e tampouco fazer sua exegese, destaca a ação de nomear a partir da *gênese* do homem dentro da teologia abraâmica, que o homem, diferentemente de todas as outras criações divinas concebidas a partir da nomeação delas, foi criado a partir do esculpo de um material físico - o barro. Nesse sentido, Deus, não submete o homem a sua linguagem, mas deposita no homem a capacidade de nomear para conhecer sendo que "o ser humano é o único que nomeia os semelhantes e é o único a quem Deus não deu um nome" (BENJAMIN, 2018a, p. 18). Tal escolha não foi aleatória e revela a intenção divina de dotar o homem com o poder da criação por meio da palavra.

Sendo assim, Deus, por sua vez, ao não conceber o homem a partir da palavra, deixando-o livre para nomear o mundo à sua volta e, assim, exercer seu papel de intérprete da natureza,

que por si não consegue se auto nomear³⁹ e carente de sentido. Sendo assim, “Deus atribui expressamente ao próprio ser humano, e que é a de nomear as coisas. Ao receber a linguagem muda e sem nome das coisas, para traduzi-la em nomes com sons, o ser humano soluciona essa tarefa” (BENJAMIN, 2018a, p. 20).

Assim, ao nomear, os seres humanos não estão apenas se comunicando, mas também, a partir de um ato criativo de tradução do incompreensível em palavras, conferindo-lhe significado e, conseqüentemente, conhecimento. Como observa Benjamin (2018a), a nomeação não é uma mera transposição de uma língua imperfeita para outra mais perfeita, mas uma forma de enriquecer a realidade, trazendo à luz suas múltiplas facetas.

Por isso, de acordo com o pensamento benjaminiano, o homem é o tradutor por excelência da natureza, pois é ele quem desvenda seus segredos e lhe dá um sentido, tornando-a acessível ao conhecimento humano. Dessa forma, invoca a natureza desconhecida “para a esfera dos sons, ela é também a tradução do sem-nome em nome. Ou seja, a tradução de uma língua imperfeita para uma mais perfeita; e com isso ela trará algo de novo, a saber, o conhecimento” (BENJAMIN, 2018a, p. 20). Em suma, para Benjamin a capacidade de nomear é vista como uma dádiva divina concedida ao homem para que este possa exercer sua criatividade e interpretar o mundo à sua volta.

Merleau-Ponty (2012) concorda com Benjamin acerca da importância da nomeação na comunicação com o outro, argumentando que é por meio dela que expressamos nosso conhecimento do mundo visível. Para o filósofo, o significado das coisas precede sua significação, ou seja, só podemos atribuir sentido às coisas porque elas mesmas já possuem um sentido em si, independentemente de nossa percepção.

Assim, a nomeação é um ato que nos conduz às coisas mesmas, revelando sua essência e sua relação com outras coisas. Segundo Merleau-Ponty (2012), não existe uma linguagem pura, mas sim algo que já está presente no mundo, em grande medida já decodificado e que nos é revelado gradualmente. Desse modo, a linguagem não é apenas uma ferramenta para a comunicação entre os seres humanos, mas uma expressão da própria realidade, que nos permite

³⁹ Atualmente, tanto nas ciências biológicas quanto na antropologia, há um crescente consenso de que os animais, que antes eram categorizados como irracionais, possuem consciência, linguagem própria e sistemas cosmológicos únicos. Essa visão tem sido cada vez mais defendida por pesquisadores de renome, como Vinciane Despret, Barbara J. King, Jaak Panksepp e Eduardo Kohn, entre outros.

acessar seus múltiplos sentidos e significados.

Dessa forma, Filipe Campello (2022) propõe que as histórias contadas são moldadas pelo horizonte semântico de quem as conta, e que isso se deve a uma gramática compartilhada. No entanto, ele lembra que, como Carl Schmitt afirmou, "César é senhor da Gramática" (CAMPELLO, 2022, p.180, apud SCHMITT, 1940, p. 179). Em outras palavras, a criação e normatização de linguagem passa por um poder consolidado, as taxonomias apresentadas no mundo são criadas a partir de um instância superior, que por sua vez não tem relação com as camadas populares.

Entretanto, Spivak⁴⁰ (2010), embora reconheça a relevância de figuras intelectuais como Foucault, ressalta que o intelectual pode cair na armadilha de acreditar que possui o poder de falar em nome dos *subalternos*⁴¹, que reforça a máxima de Schmitt. Assim, “ao representá-los os intelectuais representam a si mesmos como transparentes” (SPIVAK, 2010, p. 41), assumindo o papel de senhores das histórias de outrem.

Assim, uma taxonomia convencional, feita de forma unilateral, pode, muitas vezes, ignorar os grupos subalternos e não lhes proporcionar espaço para serem ouvidos e dialogarem. Por isso, é importante buscar uma forma de nomeação que vá além da gramática soberana e permita que esses sujeitos se sintam confortáveis para falar e serem ouvidos. Dessa forma, é possível criar agenciamentos e contra-taxonomias próprias, que reflitam suas vivências e realidades.

Com base no exposto, esta dissertação propõe como resultado das conversas com a população de rua uma nova forma de classificar o mundo, denominada de contra-taxonomia. Essa abordagem difere da ideia de Schmitt, que defende o domínio da gramática nas mãos de um soberano. Em vez disso, argumenta-se que os próprios grupos que compartilham uma mesma gramática devem subverter a gramática oficial e se colocar como sujeitos da própria classificação.

⁴⁰ Gayatri Chakravorty Spivak (1942 -) é uma influente crítica e teórica literária indiana, atualmente professora de Literatura e Sociedade Comparada na Universidade de Columbia, em Nova Iorque. Ela se tornou conhecida por seu trabalho como tradutora para o inglês do filósofo desconstrutivista francês Jacques Derrida. Além disso, Spivak participou do grupo de estudo pós-colonial conhecido como Estudos Subalternos. (ALMEIDA, 2010).

⁴¹ Spivak propõe o resgate do conceito de subalterno proposto por Gramsci, definindo como aqueles “cujo a voz não pode ser ouvida” e descrito descreveu como “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (ALMEIDA, 2010, p. 12 apud SPIVAK, p. xx).

Entretanto, de acordo com Taleb (2015), as categorizações são importantes para os seres humanos, mas podem se tornar patológicas quando as categorias são consideradas definitivas, o que impede que as pessoas considerem a imprecisão das fronteiras e revisem as categorias. Ao agrupar as categorias, que neste caso são entendidas como taxonomias, ocorre uma redução na complexidade real.

Por isso a contra-taxonomia opera de forma aberta, diferentemente da taxonomia tradicional, e retira o poder do soberano de nomear, permitindo a exploração da invisibilidade em processos subjetivos que se entrelaçam com a realidade da cidade, por parte daqueles que muitas vezes passam despercebidos. É importante lembrar que o que nos circunda já pode estar categorizado, portanto, cabe à contra-taxonomia identificar e categorizar outros sentidos. Essa abordagem é semelhante a uma engenharia reversa, na qual o objeto acabado é desconstruído para se chegar à sua forma de construção.

Dessa forma, propõe-se, portanto, que sejam os próprios atores sociais responsáveis pela categorização e sistematização de personagens urbanos, equipamentos e lugares específicos, a fim de compreender e identificar diferentes tipos de experiências urbanas. Tais denominações nos permitem reconhecer, tanto para nós mesmos quanto para os outros, os desafios de resistência que são enfrentados pela presença física desses grupos nas cidades, muitas vezes ignorados.

3.2 – DEVIR “QUEBRADA”

Segundo Fábio Zuker (2020), horror ao vazio, do latim *Horror Vacui*, é uma característica intrínseca do barroco e do rococó. Nenhum espaço permanece vazio, sempre deverá ser preenchido por algum elemento. Os espaços devem ser ocupados de forma maciça, apinhada e, de certo modo, até opressiva. Por este motivo, durante a expansão europeia através das navegações portuguesas e espanholas, esse medo do vazio foi ainda mais incisivo. Os mapas de lugares desconhecidos eram preenchidos com seres monstruosos e lugares imaginários, tais como sereias, monstros marinhos, animais exóticos e civilizações lendárias. Em essência, o horror ao vazio era um princípio estético de recusa a um mundo novo que se avizinhava. Assim, o novo mundo já ia nascendo conquistado e dominado, antes mesmo de ser conhecido. O vazio, portanto, poderia ser preenchido com imagens de si, uma forma de poder que se baseia na assimilação totalizante (ZUKER, 2020).

Por outro lado, o barroco e seu medo do vazio surgiram como um instrumento de contrarreforma. O barroco reconstruiu um discurso sistêmico e totalitário, eliminando as dúvidas e tormentos do maneirismo, e reconstruindo a visão do centro de poder da igreja católica, eliminando tudo o que não era de dentro. A proposta aqui é simples: inverter o horror ao vácuo para investigar o vácuo do horror, inverter o medo do vazio para investigar o vazio do medo. Dessa forma, busca-se reposicionar as espacialidades excluídas e silenciadas, para revelar tanto o seu discurso (contra-hegemônico) quanto os discursos (hegemônicos) que as silenciam.

Nesse sentido, para se abordar essas espacialidades que estão obscurecidas e silenciadas, é preciso buscar escavar pistas e guias de suas estruturas. É preciso reconstruir estas espacialidades por meio das relações interpessoais, dos silêncios, e das temporalidades adormecidas que formam na cidade contemporânea um espaço negativo. Esses espaços, que são nomeados popularmente como “quebrada”, são muito mais do que simples esconderijos de ações delinquentes. Normalmente instalados em ruínas da civilização modernas, subvertem suas fundações — contrapondo dor e gozo, desejo e insubordinação, assimilação e insurgência — numa lógica muito mais de revolta, intensificação e anulação do que de alternativa, inversão ou diferença. Para investigar estes aspectos, procuraremos destrinchar um pouco mais sobre as características desses espaços — onde nada pode ser mais intensamente nada e onde ninguém pode ser mais plenamente ninguém — para em seguida investigar as semelhanças e diferenças

entre os aspectos contra-hegemônicos das “quebradas” contemporâneas e das barricadas da época de Haussmann.

No filme *Stalker* (1979), o cineasta soviético Andrei Tarkovsky narra a história de uma realidade paralela do nosso planeta, em uma linha do tempo não definida, que por algum motivo desconhecido foi utilizada como campo de pouso de naves extraterrestres. As áreas de pouso produziram um lugar no qual acontecem eventos estranhos que não obedecem às leis da física e da lógica. Esses lugares são chamados de “Zonas”. O stalker — Alexander Kaidanovsky — é uma espécie de coletor de objetos que foram abandonados pelos visitantes. Ele conduz pessoas pela ‘Zona’. Acompanhados pelo stalker, o escritor — Anatoly Solonitsyn — e o professor — Nikolai Grinko — seguem viagem rumo ao “Quarto” que realizaria qualquer desejo de quem entrasse nele. Mas, em uma das principais cenas, após um incidente incompreensível, o stalker explica aos acompanhantes que a Zona tem um funcionamento complexo cheio de armadilhas que está sempre em mutação. Às vezes a ida ao ‘Quarto’ pode ser fácil, e em outros momentos pode ser tortuosa. Ele acredita que a Zona deixe entrar apenas os que perderam a esperança, os desventurados. Assim, o quarto realiza todos os desejos apenas de quem não tem mais desejos, numa condição muito similar às das “quebradas” contemporâneas.

O que é único na ficção científica de *Stalker* não é a invasão do território terrestre por alienígenas, como em tantas outras obras de ficção científica, mas o fato de que essa visita não tenha tido sequer um contato direto. Enquanto ponto de parada para um outro destino, o nosso planeta sem importância se transforma em vazio, uma área já cartografada e dominada, um vazio onde tudo se realiza a quem nada deseja. Mas, o grande conflito dos personagens de *Stalker* é menos a busca por realizar seus desejos do que o tormento de perceber o limite existencial do que podem desejar.

Ao ler *Piquenique na Estrada* (STRUGÁTSKI & STRUGÁTSKI, 2017) ou assistir *Stalker*, é inevitável comparar as “Zonas” com o conceito de Zona de Autonomia Temporária (TAZ⁴²), criado por Peter Lamborn Wilson, conhecido pelo pseudônimo de Hakim Bey (2018). Esse conceito foi concebido após o autor analisar e identificar – nas histórias das ‘utopias piratas’, liga de assassinos medievais e na literatura – espaços ou lugares temporários estratégicos que serviriam para organizar os saques ou as redes de informações. Estas constituem “comunidades intencionais e minissociedades inteiras vivendo conscientemente

⁴² Do termo em inglês: *Temporary Autonomous Zone*.

fora da lei e determinadas a continuar assim, mesmo que durante uma vida curta, mas alegre” (BEY, 2018, p. 11). Por um lado, enquanto a Zona revela a insignificância dos desejos hegemônicos irrompendo-se no vazio, este vazio é ao mesmo tempo pura potência. Por outro lado, a TAZ é puro desejo hegemônico subvertido (invertido), vivendo conscientemente “fora”, num mundo “paralelo”. A especificidade da “quebrada” é explorar a pura potência da subversão, vivendo conscientemente dentro de um vazio insignificante. Nem Zona, nem TAZ, a “quebrada” precisa ainda de uma formulação teórica para explorar sua potência.

3.3 – QUANDO AS RUAS REINVENTAM O CAMINHO, OU DE BARRICAS CONTRA MÁQUINAS COLONIAIS

As insurgências, insurreições, revoltas e sublevações, são termos utilizados comumente por historiadores e cientistas sociais para rotular revoluções que não foram adiante, levantes fracassados, que não constituíram o ciclo completo de tomada de poder. Esse ciclo seria constituído das seguintes etapas: traição, reação, revolução e criação de um novo Estado com novas leis que operaram novos tipos de opressão, uma espécie de roda da fortuna, em que a superação do antigo pode gerar um novo igual ou até mesmo pior que o anterior (BEY, 2018, p. 15).

Porém, para Rita Velloso (2017), a insurgência tem um papel especial na transformação do poder instalado no espaço: “[...] cada insurgência é experiência de ruptura transitória com o lugar; cada insurgência instabiliza os hieróglifos espaciais, monumentos, ruas, edifícios ao redor dos quais acontece. Toda e cada insurgência explode a lógica subjacente ao urbano desenhado e planejado” (p. 45). Assim, as insurgências são uma transformação prática do caminho que as ruas traçam.

Além de pragmáticas, as barricadas têm um caráter *ready-made*, são constituídas da utilização de tudo que está disponível nas proximidades, fatores como tamanho da caixa da rua, a relação com as edificações e suas alturas, todo e qualquer material disponível no entorno que possam ser rapidamente empilhados, a depender de fatores como tamanho da caixa da rua, a relação com as edificações e suas alturas (LÖWY, 2019, p. 90). Assim, elas são a transformação do espaço dominante por aqueles que não possuem nada, utilizando os restos do que por um instante não é mais de ninguém.

Nesse sentido, as barricadas são a ilustração de como as revoltas dos oprimidos subvertem a geografia urbana em toda a sua complexidade. Estas revoltas se inscrevem nas subjetividades populares, pois, apesar de serem frequentemente derrotadas, elas alteram o fluxo histórico a partir de um breve domínio das ruas, avenidas e praças. É assim que Walter Benjamin imagina as barricadas como um lugar de utopia, ao citar que Fourier coloca a sua construção como “um trabalho não assalariado, mas apaixonado” (BENJAMIN, 2018b, p. 256).

Essa ruptura na estrutura do trabalho assalariado para o trabalho apaixonado cria um modelo de relações por afinidades, o qual Hakim Bey (2019) nomeou como “bando”. Os afiliados ao “bando” têm um contrato social com o vínculo efetuado pela generosidade, não

obedecem a hierarquias maiores, mas parte de uma relação horizontal nos costumes, ligadas à expansão de alianças espirituais, parentesco, interesses específicos mútuos e outras redes de correspondência. Nesse sentido, em *Passagens*, Walter Benjamin nota que nas barricadas de Paris o espaço urbano se torna o campo estratégico para o agenciamento dos desejos, das iras e do comum entre as classes. Assim, o manejo dos sentimentos se dá pelo bloqueio das ruas e da geografia urbana.

Velloso (2017) observa que as barricadas em Paris envolveram este processo de delimitação de desejos e bloqueio geográfico. Ali as barricadas foram levantadas pela primeira vez em 1827. No ano de 1830 para bloquear o caminho do Hotel de Ville à Praça da Bastilha as barricadas foram erguidas novamente. Em 1832 uma zona que compreendia quase um terço de toda a Paris estava delimitada por barricadas. Essas barricadas foram quase que exclusivamente levantadas por trabalhadores, bloqueando um exterior e defendendo uma zona interior.

A revolução de fevereiro de 1848 insere uma complexidade maior neste jogo, pois tem como exigência um governo mais democrático ao mesmo tempo que os manifestantes estão revoltosos com a corrupção de Luís Felipe e de seus assessores. Foi uma barricada que pretendia transformar o interior e o exterior. O Primeiro-Ministro Guizot, protestante, gerava um grande descontentamento entre a população católica. Ao mesmo tempo em que o ideário socialista é difundido entre os proletários industriais. Juntamente com um recrudescimento de sentimentos nacionalistas, uma série de manifestações foram iniciadas para reivindicar as pautas acima. Após mais uma vez ocorrer um levante de barricadas, foi formado um governo provisório, mas este não consegue atender as demandas da população. Isto cria uma insurgência em junho do mesmo ano, com a construção de cerca de 400 barricadas (BENJAMIN, 2018b; PINHEIRO, 2011), que instalam movimentos paradigmáticos em toda a Europa, e influenciaram tanto a teoria quanto a prática das lutas posteriores da classe operária no mundo todo.

Porém, após a revolução de 1848, em Paris chefiadas por Georges-Eugène Haussmann entre 1853 e 1870, são efetuadas grandes “contra-reformas”, que utilizaram de discursos de embelezamento e traçaram uma estratégia de resistência às barricadas. Assim, é promovido uma destruição criativa do espaço da cidade parisiense que não era uma simples renovação do espaço urbano. Ela incluía a transformação dos hábitos e costumes de seus moradores, ampliava a circulação de tropas e mercadorias, além de ampliar a reprodução do capital por meio de investimentos em infraestrutura. Assim, a destruição urbana foi utilizada para a manutenção da

ordem e a neutralização das classes populares (PINHEIRO, 2011; VELLOSO, 2017). As reformas em Paris foram agenciadas por um horror ao vazio muito específico, uma vez que apesar de se tratar da criação grandes aberturas para alamedas e praças através de demolições, e apesar de eliminar uma malha urbana já densamente constituída (cheia e plena em si mesma), ela visava acabar com os campos cegos impregnados nesta malha. Ou seja, uma disputa de classe, eliminando a possibilidade de conspirações que se davam onde a vista do poder não alcançava, criando grandes vazios dominados pelo poder hegemônico, o que impedia a população de ocupar estes vazios com novas barricadas. Está contra-reforma era uma luta entre diferentes vazios e barreiras.

Os edifícios de Haussmann são a representação perfeitamente adequada dos princípios do regime imperial absoluto, emparedados numa eternidade maciça: repressão de qualquer organização individual, de qualquer autodesenvolvimento orgânico, o ódio fundamental de toda individualidade. (BENJAMIN, 2018b, p. 227-228).

Podemos dizer que Haussmann seja um dos precursores de uma forma maquínica de colonização metropolitana, o que, segundo HABITANTES DA ZAD (2021), é um fenômeno contemporâneo mundial de exploração e agenciamento de territórios e corpos. Essa colonização é uma tentativa de apagar as heterotopias (territórios outros) a fim de transformar o espaço metropolitano em uma homotopia (territórios iguais). Assim, ela integra à força todas as dinâmicas sociais ao mercado, depreciando outras formas de vida em prol da mercadoria.

[...] admitir de uma vez por todas, sem titubear pelas consequências, que na colonização o gesto decisivo é o do aventureiro e o do pirata, o do mercador e do armador, do Caçador de ouro e do comerciante, o do apetite e da força, com a maléfica sombra projetada por trás por uma forma de civilização que em um momento de sua história se sente obrigada, endogenamente, a estender a concorrência de suas economias antagônicas à escala mundial (CÉSAIRE, 2020, p.13)

Nesse sentido, mesmo que ilumine zonas obscuras ou preencha o vazio com novos símbolos, o horror ao vácuo acaba sempre criando “Zonas” ficcionais onde outras heterotopias podem emergir. Para Foucault (2013), em uma palestra realizada no ano de 1967 ao Círculo de Estudos Arquiteturais de Paris, as luzes das novas utopias sempre criam as sombras que são as sementes de outras “heterotopias”, fundadas na vida prática e cotidiana:

Há países sem lugar e histórias sem cronologias. [...]. Sem dúvida, essas cidades, esses continentes, esses planetas nasceram, como se costuma dizer, na cabeça dos homens, ou, na verdade, no interstício de suas palavras, nas espessuras de suas narrativas, ou ainda, no lugar sem lugar de seus sonhos no vazio de seus corações; numa palavra, é o doce gosto das utopias. No entanto, acredito que há – e em toda a sociedade – utopias que têm um lugar preciso e real, um lugar que podemos situar no mapa; utopias que têm um tempo determinado, um tempo que podemos fixar e medir conforme o calendário de todos os dias (FOUCAULT, 2013, p. 19).

Assim, as heterotopias são “utopias localizadas”, contra espaços: “lugares que se opõem a todos os outros, destinados de certo modo, a apagá-los, neutralizá-los ou purificá-los” (FOUCAULT, 2013, p. 21). “Em geral, a heterotopia tem como regra justapor em um lugar real vários espaços que, normalmente, seriam ou deveriam ser incompatíveis” (FOUCAULT, 2013, p. 24).

Nesse sentido, o projeto urbanístico haussmaniano foi incapaz de evitar os campos cegos e as zonas obscuras novamente apropriados pelas classes precarizadas. Apesar de toda luz e esplendor, foi preciso só de algumas brechas para se instalarem novas táticas e práticas que subverteram o alcance da visão do poder estatal. Em 1871, mais uma vez, as multidões se organizaram e tomaram não só ruelas, mas também construíram barricadas com os paralelepípedos do pavimento dos novos boulevards, fazendo ressurgir antigas “zonas de autonomia”. Essas novas ruas se transformavam novamente em canteiros de construção.

Novamente, essas barricadas foram erguidas pelo trabalho livre, tornando-se um território comum, uma zona de defesa dos miseráveis que também se tornava uma habitação a céu aberto (VELLOSO, 2017). Em essência, o rito da construção das barricadas, nesse sentido, assemelha-se a uma festa. Para Hakim Bey (2018), a festa pode ser definida como um grupo de pessoas em esforços combinados para realizar e manejar desejos mútuos (seja pela animação, pela conversa, pela endorfina ou pela comida) para criar uma obra de arte comunitária ou, talvez, até pelo prazer erótico da organização social, pela pulsão de vida que emana do êxtase de se estar junto.

O vazio espacial que as barricadas criam é uma potência que emerge do elemento da espontaneidade e provisoriedade que tanto caracterizou aquela comunhão de forças. A Comuna, nesse sentido, terá esboçado uma teoria do acontecimento em cujo fundamento estaria uma dimensão perturbadora, um rompimento instaurador no qual, mediado por uma linguagem comum dos sujeitos que o experimentam, se passa a construção da memória coletiva. A apropriação das ruas dá-se como criação de um espaço que materializa mais no desejo político do que na necessidade política (VELLOSO, 2017, p.55).

No século XXI, as barricadas são expressas não só na sua condição material de levante popular, com a apropriação e reivindicação do tecido urbano, mas também na sua característica imaterial da reivindicação daquilo que foge ao planejamento. Elas são um desejo recalcado de reconhecimento e sinônimo de uma disputa pelo cotidiano.

3.4 – “QUEBRADAS”: AS NOVAS BARRICADAS

Por um lado, como seria possível lidar com as máquinas de colonização metropolitana e suas estruturas de controle? Tarefa impossível! Uma vez que seu alcance é inimaginável devido ao avanço da tecnologia, suas estruturas são tanto corporativas quanto militares, seus projetos de vigilância, rastreamento e controle são cada vez mais eficientes e ocultos por trás da vida cotidiana nas cidades. Para Stephen Graham (2016), é importante ressaltar que, essa colonização da metrópole tem como função dominar problemas sociais complexos, concentrando a violência política nos espaços públicos e na vida social, utilizando o medo como motor propulsor para sitiar cidades a partir da tecnologia e da beligerância estatal.

Por outro lado, como é possível que populações absolutamente excluídas fujam dessas estruturas de controle? No intrépido mundo das ruas sobrevivem aqueles que não mais receiam o perigo, sobrevivem mais do arrojo do que da coragem, habitando nos seus próprios medos. Nesse sentido, a proposta para abordar esse dilema é investigar a invisibilidade como tática, e como ela ocupa áreas clandestinamente de forma a suspender um regime de visibilidade, mesmo que seja por um tempo relativamente curto, e dentro desse tempo criando maneiras de organização, mesmo que apenas o suficiente para sobreviver.

Assim a “quebrada” se apresenta popularmente no Brasil, como o conceito que sintetiza uma dimensão territorial as vezes paradoxal de fuga e esquiva, habitação e nomadismo, adversidade e segurança, subsistência e pertencimento, horizonte e retorno, comunidade e ameaça (BARBOSA, 2020, p. 116). Essa forma existência em interstícios carrega precariedade e pertencimento, possibilita o pensar fora da centralidade, pois a “quebrada” é toda periferia, “uma pobreza que faz uso do mundo que o habita visceralmente” (BARBOSA, 2020, p. 122).

A taxonomia tem um valor relevante por contribuir com uma marcação histórico-sociológica importante, ela delimita no tempo um pensamento sobre determinado ator social, mas ao mesmo tempo simplifica categorias que podem ser extremamente sofisticadas e complexas. Todavia, a contra-taxonomia não é uma recusa a categorização, pelo entendimento de que essa recusa retira a problemática da situação, por isso a contra-taxonomia propõe uma ampliação da categorização não fechada, para uma identificação simbólica dos lugares e sujeitos.

A seguir, apresentaremos o que foi possível identificar, dentre inúmeras outras formas, junto com a população de rua, esboçando tipologias de “quebradas”, (isto é, de modos de

habitação direta da cidade): o mocó (biqueira ou quimbira), o espaço favela e o corpo barricada. Mais do que o quadro parcial que estas imagens tipológicas permitem representar, pretendemos aqui estabelecer o campo de uma nova forma de entender estas gramáticas obscuras e vazias da cidade.

3.4.1 - Mocó — biqueira / quimbira

Figura 10 - Residência em Goiânia ocupada como mocó.



Fonte: Acervo Pessoal

Conforme o exemplo da figura 10, o mocó, também conhecido como quimbira e/ou biqueira, é a “quebrada” distópica. Heterotopia pejorativa, desumanizante e perigosa, é o espaço dos momentos de desespero, da fuga sem fim, é uma zona para o distanciamento completo, para o desapego e a (auto)desconstrução.

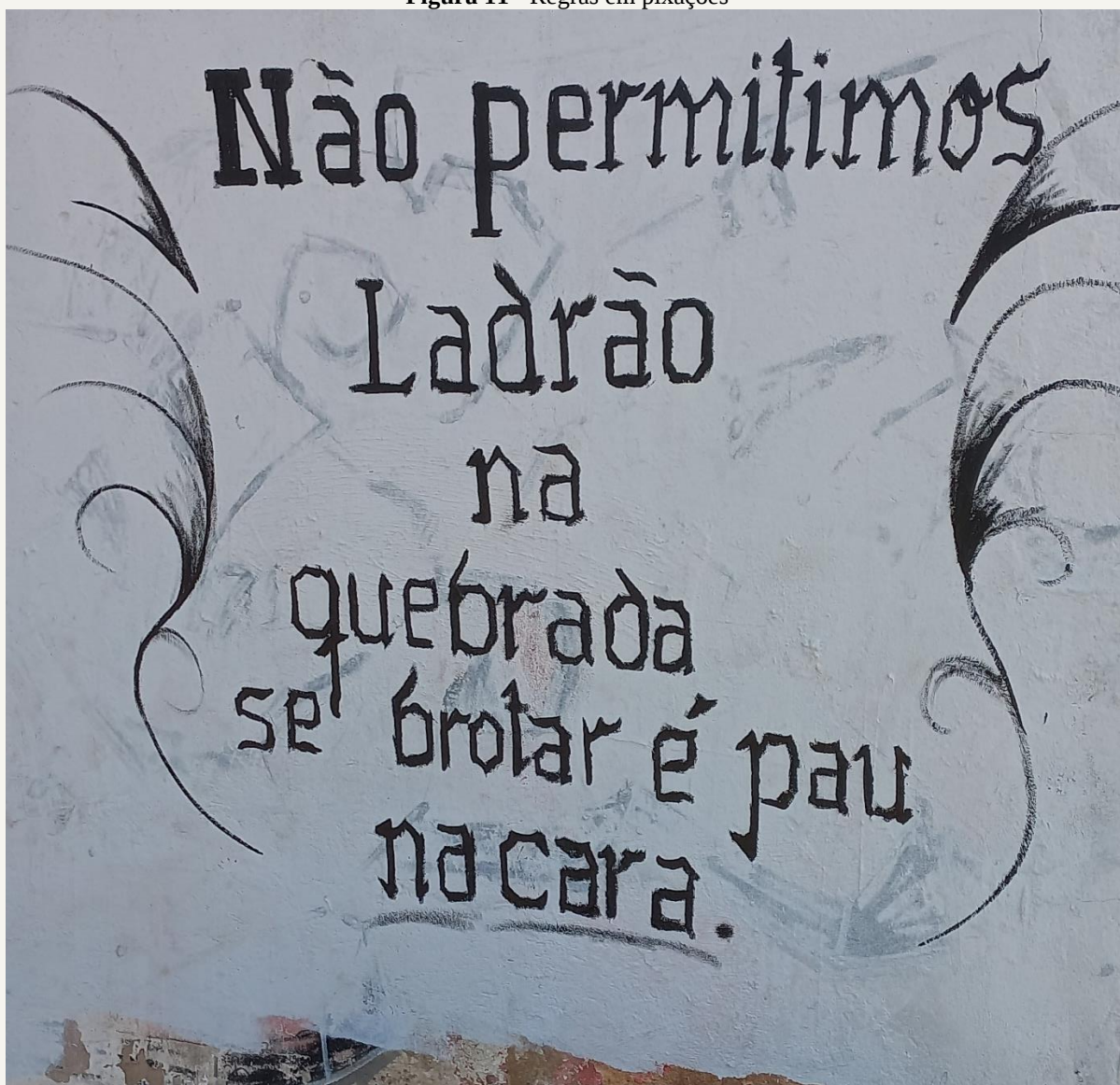
“*Buraco de rato, é um buraco de rato!*”. Essa foi a resposta obtida ao perguntar sobre o que seria um mocó. Esse questionamento partiu de um imaginário construído de que os mocós, dentro de uma linguagem informal, seriam locais que servem para esconder algo, desde bolsas e objetos até espaços em desuso que são utilizados de abrigo e/ou esconderijo para a população de rua.

Ao procurar a origem do termo mocó, relacionada a esconderijo, não foi encontrada uma origem, mas a afirmação feita pela população de rua parece ser a mais acertada, pois o mocó — *Kerodon rupestris* — é um mamífero roedor da família dos cavídeos que vive exclusivamente no Brasil, nas regiões do semiárido e da caatinga, o que faz com que seja um animal altamente adaptado às condições de escassez. O mocó vive em fissuras de rochedos e lajes de pedra, onde há sombra e maior umidade, protegendo-se do clima e de predadores. Diante dessas condições, esse roedor desenvolveu características adaptativas determinantes para a sua sobrevivência (SOUSA, 2006).

Entretanto, há outro contexto em que o termo Mocó é utilizado. Lugar que se dá para o comercio existente nas fissuras do mercado legal e ilegal, formal e informal, nas frestas dos muros, em lotes baldios, dentro de estruturas urbanas, podendo ocorrer virtualmente atrás de barracas de camelos pelas calçadas, na organização do trabalho precário, embaralhando pela moral o sentido de legal e ilegal, o lícito e o ilícito. Para exemplificar essa situação, comumente é observável nesses lugares, a existência de cartazes, pixações e/ou placas com normas claras de comportamento como demonstrado na figura 11.

São nesses espaços que é comercializado o sexo, onde os pequenos vendedores de drogas circulam como ponto de encontro para venda, utilização e até mesmo para abastecer o consumo na cidade. Funcionam “como uma espécie de caixa de ressonância de tudo o que acontece no bairro: as informações ou rumores circulam por ali, e o patrão e seus “gerentes” conversam, discutem, ponderam e decidem como intervir e arbitrar conflitos corriqueiros e situações difíceis” (TELLES, HIRATA, 2007, p. 183).

Figura 11 - Regras em pixações



Fonte: Acervo Pessoal

O mocó se projeta em outras dinâmicas no bairro, podendo ser palco de assédios, cobranças, conflitos, desafetos, disputas de territórios, tensões que podem ser extremamente violentas, chegando em fatalidade. Lugares de estabelecimento de limites geográficos que agenciam toda uma estrutura de hierarquia e poder.

Em determinado momento de sua pesquisa, o pesquisador ainda não havia compreendido as dinâmicas sociais que permeavam os mocós. Sem ter previamente identificado o local ao qual estava adentrando, ele foi alertado, após uma conversa, de que aquele edifício não era um lugar apropriado para sua presença. O entrevistado disse: *“Te achei gente boa, mas você sabe realmente onde está? Nós podemos continuar a nossa conversa, mas acredito que aqui não seja um bom lugar, podemos ir para um bar ou outro lugar. Aqui você pode ver ou*

ser arrastado para coisas que não devia”.

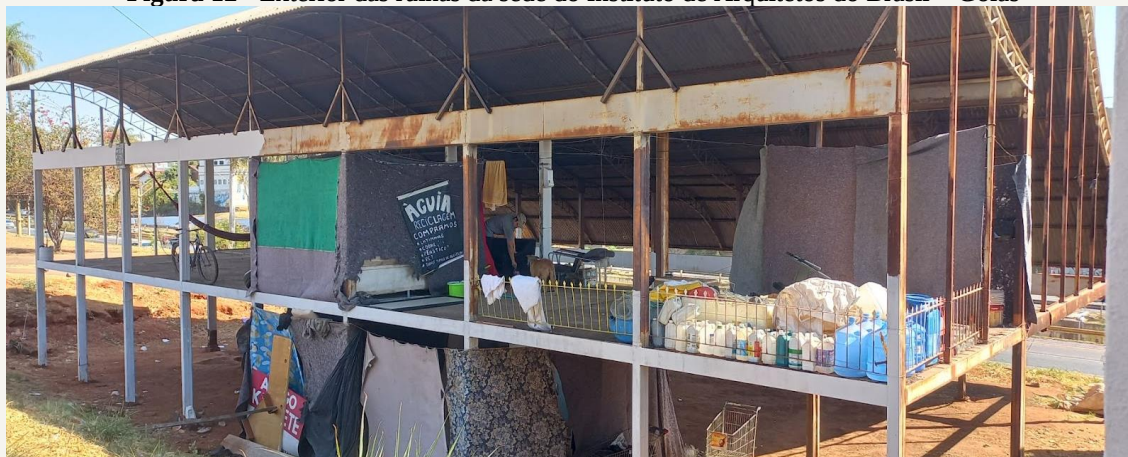
Existe um apontamento pela população de rua em que a nomeação desses lugares dessa forma libera o Estado para a utilização de uma força excessiva, uma vez que o nome ganha um contexto pejorativo ao relacionar a pontos para utilização de drogas, esconderijo de armas e objetos obtidos a partir de furtos. Para Dias (2007), essa dupla associação cria um descrédito na vida humana, animalizando as pessoas que se abrigam nesses espaços, colocando-os em condição de praga. Esse ideário de que existe uma vida que realmente importa incita um discurso contra a vida dessas pessoas.

3.4.2 - Espaço favela

[...] ali é um espaço favela. Ali eu dou o nome como espaço favela, não é um mocó ali, é um espaço, uma ocupação, onde as pessoas ocuparam. Cê tá entendendo? As pessoas não têm para onde ir, morador de rua, ocuparam aquele espaço. Então ele é um espaço favela, um espaço que, mesmo que não tenha... é... um saneamento básico, não tem uma energia. Cê tá entendendo? Não tem um banheiro, mas tá sendo um espaço onde estão, num tão no sereno, estão é protegido por paredes e tal. Então é um espaço favela, eu entendo ali como um espaço favela mesmo (Entrevistado 2).

São ocupações realizadas pela população de rua em prédios em desuso, normalmente não vinculadas a movimentos de ocupação. Entretanto, mesmo não pertencendo a movimentos de moradia, Urpi (2019, p. 391), afirma que as ocupações compartilham de um “paradoxo do provisório-permanente”, pois, por não existir uma segurança jurídica, seus moradores podem ser retirados a qualquer momento. Dessa forma, os ocupantes sofrem com uma insegurança constante, que impele melhorias contingenciais, apropriações parciais, enraizamentos passageiros, soluções caracterizadas pelo efêmero, temporário, improvisado, como ocorre no exemplo da figura 12 e 13, na apropriação das ruínas da sede do Instituto de Arquitetos do Brasil - Goiás e também na figura 14, na ocupação invisível de um antigo hospital totalmente desfigurado.

Figura 12 - Exterior das ruínas da sede do Instituto de Arquitetos do Brasil – Goiás



Fonte: Arquivo pessoal

A população de rua, assim como as camadas populares, deseja que seus lugares de habitação tenham uma boa localização devido às inúmeras características com as quais o lugar se relaciona. Isso pode incluir a proximidade com o trabalho, muitas vezes atrelada à coleta de materiais recicláveis e manguear⁴³, ou a construção de uma rede de proteção que inclui vínculos familiares, de amizade e de vizinhança. Assim, normalmente os espaços favela são, preferencialmente, constituídos dentro de centralidades.

⁴³ Manguear é a ação de pedir dinheiro.

Figura 13 - Apropriação do interior das ruínas da sede do Instituto de Arquitetos do Brasil – Goiás



Fonte: Arquivo pessoal

[...] Pros caras trabalhar no sinaleiro também. Então... é assim. A maioria dos caras que moram ali naquela área, eles trabalham ali lavando um carro. [...] Exerce alguma coisa, vende uma balinha, vende uma água, então até pede também, né? Para se manter em si. Então, para mim, cara, ele é um espaço muito estratégico [...] (Entrevistado 2).

Figura 14 - Ocupação invisível de um antigo hospital



Fonte: Arquivo pessoal

Uma característica observada nos espaços de favela é a sua organização comunal. Ao se tratar de uma área coletiva de libertação, surgem leis de cooperação e relações de pertencimento entre seus habitantes. Desse modo, o espaço favela ocorre como uma prática interativa que poderia ser considerada um "Comum", conforme definido por Dardot e Laval (2017). O Comum não é estabelecido por um sistema de propriedade e hierarquia, nem por contratos e coerção, mas por regras definidas entre as partes, de forma não oficial, para que os indivíduos possam compartilhar os recursos. "Em resumo, os comuns são instituições que possibilitam a gestão comum, de acordo com regras de vários níveis estabelecidas pelos próprios 'apropriadores'" (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 159).

Os relatos de solidariedade e organização comunal nos espaços favela são numerosos, e dois deles sintetizam essa questão: "Eu divido o pão que eu tenho, dou um agasalho, uma roupa, arrumo dinheiro, compro um cigarro. Eu não tenho miséria, eu me dou muito bem com a galera da rua. Eu sou muito querido da galera" (entrevistado).

Eu sempre fui favela, eu sempre fui favela, tenho meus familiares que é favela também. O que é o seguinte, a favela. Ocorre num... quando a pessoa, a gente daquele jeito mesmo. É assim: humildade. Chegar de ver um camarada necessitando, de... Eu mesmo ["ininteligível"] tiro a minha blusa ["ininteligível"] para tia precisando. Eu tiro minha blusa. Falo: tia fica aí, vai pro lado de lá que é melhor pra senhora. Quando a pessoa é favela, têm uma família bem assim, que sabe ensinar ["ininteligível"]. De favela é bem diferente, porque assim humildade sempre prevalece (Entrevistado 3).

As ocupações em edifícios abandonados, em condições precárias ou sem uso, são comuns e se caracterizam pela insegurança constante decorrente da falta de segurança jurídica, o que as torna improvisadas e efêmeras. Geralmente, essas ocupações ocorrem em centralidades urbanas, próximas ao trabalho e outros recursos. A organização comunitária é uma característica marcante desses espaços, que são governados por regras definidas entre seus habitantes. Valores como solidariedade e altruísmo são fundamentais para a convivência nesses locais, onde a partilha é uma prática comum.

3.4.3 – O corpo barricada

Certa vez, ao interrogar uma pessoa em situação de rua se ele poderia me ceder uma entrevista, ele me respondeu: “*eu vivo ali naquele colchão, a casa está de portas abertas*” e sinalizou em direção a uma cama box sombreada por uma árvore, como pode ser observado na figura 15. Essa fala demonstra a relação que a população de rua tem com o território: um espaço onde a intimidade e a espacialidade são mediadas pela temporalidade, uma vez que ao não possuir, necessariamente, um fechamento físico a apropriação do território é dada por presenças.

Figura 15 - Apropriação de rua como morada em Goiânia — Colchão.



Fonte: Arquivo pessoal

O território é constituído pelo ocupar de um determinado espaço e as relações construídas a partir destas temporalidades e de seus elementos, sejam eles, uma calçada, um corpo no chão, uma forragem de papelão e um cobertor, uma barraca de *camping*, um sofá, uma cadeira. Todos eles são a constituição de territórios de luta e de vida direta na cidade

Figura 16 - Apropriação de rua como morada em Goiânia [Casa da árvore].



Fonte: Arquivo pessoal

A figura 16 demonstra uma dessas formas de ocupar o território, como podemos ver, sobre uma calçada, uma fina membrana, feita por placas com compensado de madeira e/ou papelão, cerca uma árvore delimitando o lugar da morada. Para além desse limite, as placas servem também para pedidos de auxílios diversos *“Ajude-nos com alimentos e ração. obrigado!”* e, regras morais *“Crack, tô fora”* e *“Amar a Deus sobre todas as coisas é fácil. Difícil é amar ao próximo como a ti mesmo, né?”*. Ao redor é possível observar alguns carrinhos de supermercado e um carrinho utilizado para coleta de reciclagem, temos também diversos objetos recolhidos. A cobertura também é feita por compensados e por uma lona preta presa por uma barra metálica.

O que não vemos nessa figura, mas que é transmitido por ela, é a inexistência de um acesso. Isso porque no local, o acesso não existe, ele é feito através da remoção de uma das placas ou de um colchão que se encontra a direita dessa construção, o que podemos constatar que até mesmo os acessos são efêmeros. Outro elemento só notado ao se aproximar é a existência de fotografias diversas da família do ocupante. Isso tudo há menos de vinte passos de uma avenida de grande movimento no centro da cidade de Goiânia.

Essas imagens perturbam o espetáculo ao trazer à tona uma realidade muitas vezes dormente. Escatológicas, essas pequenas concessões territoriais podem muitas vezes ter a medida de um corpo — distante, contrastante, repugnante —. Esse corpo pode estar em movimento ou repouso, e o seu território sem sentido ou estabilidade se move à medida que estabelece novas relações de deslocamento e permanência. E esse corpo só se apresenta na sua capacidade de afetar e ser afetado por outros corpos (figura 17).

Aqui a barricada se apresenta no seu elemento mínimo, uma barricada de corpos. Enquanto a territorialidade formada por esses corpos, os elementos determinantes são a forma com que são manejados os elementos de cada território, as distâncias entre um corpo e outro, as formas de apoderamento e composição corporal que se dão através de distâncias estabelecidas, sejam elas frente a frente ou lateralmente. Esses corpos são sempre constituídos pelas relações com os materiais próximos, sendo assim, são sempre e ao mesmo tempo múltiplos. Aqui as barricadas não são uma arquitetura defensiva, mas são sobrepostas para criar mais modos de habitar (CERVANTES, 2021).

Figura 17 - Corpo barricada



Fonte: Arquivo pessoal

Esse corpo que se apresenta como barricada, vulnerável e marginalizado, muitas vezes privado de seus direitos, é frequentemente alvo de representações sociais pejorativas, que podem se manifestar em violência física ou verbal. Termos como arruaceiro, bandido, bêbado,

coitado, drogado, mendigo, nóia, perigoso, sujo ou vagabundo são apenas alguns exemplos de linguagem discriminatória usada para se referir a essas pessoas.

Durante a pesquisa junto à população de rua, o pesquisador ouviu frases como: "Se eu recebesse comida e roupas, eu também viveria na rua!", "Alguém precisa conseguir empregos para esses desocupados" e "Se fossem cidadãos de bem a família não rejeitaria". Os estereótipos negativos em relação a pessoas em situação de rua reforçam uma visão limitada e preconceituosa. Para promover uma representação mais justa, é importante considerar como essas pessoas se nomeiam e como se sentem. Com base nisso, trago os exemplos a seguir.

3.4.3.1 Trecheiros

Figura 18 - Catadora de materiais recicláveis



Fonte: Arquivo pessoal

A autodenominação "trecheiro" é comum entre as pessoas que vivem em situação de rua. Durante nossa pesquisa, ouvimos diversas histórias de trecheiros que compartilhavam a busca por melhores condições de vida e por um caminho que lhes permitisse seguir em frente. Durante as entrevistas identificamos diversos motivos pelos quais as pessoas se encontravam na condição de trecheiros. Por exemplo, uma pessoa relatou que veio a pé de Manaus para Goiânia por causa do surto de Covid-19 e que estava indo em direção a Brasília. Outro trecheiro que conhecemos era de Brasília e sobrevivia como biscateiro. Na época, devido ao frio, ele dormia em uma casa funerária, entre os caixões.

Também conhecemos uma família que vivia no trecho e buscava constantemente maneiras de melhorar suas condições e seguir em frente. Ao longo de nossa pesquisa, descobrimos histórias como essas que evidenciam a resiliência e a busca por sobrevivência de muitas pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade. De toda forma, a definição para trecheiro é:

Indivíduos que perambulam pelas rodovias a pé, de cidade em cidade, sobrevivendo de trabalhos temporários e de eventuais ajudas filantrópicas. Diferenciam-se dos andarilhos de estrada que, embora perambulem também a pé pelas rodovias, não adentram as cidades e nem recorrem a ajudas filantrópicas, pois romperam definitivamente com os modos de vida sociais. Desse modo, os trecheiros são indivíduos que se encontram num limiar de transição, pois, à medida que passam os anos, a falta de perspectivas futuras em relação a trabalho e empregos fixos se acentua e a tendência é se tornarem andarilhos de estrada devido às condições miseráveis em que vivem (NASCIMENTO, 2008, p. 23).

O trecheiro é um tipo de nômade moderno que se desloca a pé, por carona ou de ônibus. Eles são muitas vezes segregados por escolha própria ou por circunstâncias da vida. Alguns recorrem a essa condição porque perderam o emprego ou não têm acesso a oportunidades de trabalho em sua região. Outros fogem de problemas pessoais, como questões legais ou relacionamentos difíceis. Alguns são atraídos para a vida de trecheiro por anúncios em veículos de imprensa ou recomendações de amigos. De acordo com Alexandre Espósito e José Sterza Justo (2019), o aspecto filosófico e emocional da vida de trecheiro pode ser um fator importante para a decisão de seguir esse estilo de vida. Na palavra dos autores:

Ao romper e desertar da vida sedentarizada por assentamentos estáveis em uma residência, família, emprego e vinculações sócio-afetivas, o sujeito se desterritorializa de um espaço físico-geográfico, social e psicológico e se territorializa na vivência do trecho. Estar no trecho significa sair do estado sedentarizado e movimentar-se de cidade em cidade em busca, muitas vezes, da próxima cidade. Os trecheiros assim fazem movimentos errantes, caminham sem rumo, sem perseguir o objetivo de uma nova sedentarização ou reterritorialização em antigos territórios já habitados de maneira estável (ESPÓSITO; JUSTO, 2019, p. 124).

Assim, o estilo de vida do trecheiro — aquele que vive em movimento, viajando de cidade em cidade e não se estabelecendo em um lugar fixo — é uma forma de desterritorialização permanente, em que o indivíduo deixa para trás a vida sedentária, com suas amarras e vínculos sociais, e se torna territorializado na experiência do trecho em si. Ou seja, a vida do trecheiro é caracterizada pela mobilidade constante e pela falta de um destino fixo, não perseguindo uma nova sedentarização, mas sim vivendo o momento presente e aproveitando a liberdade de se mover de um lugar para outro. Essa filosofia de vida pode ser vista como uma forma de resistência à lógica do capitalismo, que valoriza a estabilidade e o acúmulo de bens materiais em detrimento da liberdade e da experiência.

Os trecheiros, em sua maioria, não possuem residência fixa, mas há aqueles que possuem, porém, buscam estabelecer-se em outros lugares por diversos motivos, como melhores condições de vida ou oportunidades de trabalho. Nas cidades, utilizam-se de diversas atividades para ganhar o sustento, tais como artesanato, serviços temporários, como limpeza de terrenos, jardinagem, flanelagem (vigia de carros), bem como transporte e armazenamento de mercadorias e coleta de materiais recicláveis (figura 18).

Eu tô ajudando os povo descer lá no Tatíco. Levar os carrinhos. Pra lá e pra cá. As pessoas que têm necessidade [“ininteligível”]. Deficiente físico [“ininteligível”], pra botar as coisas, as compras dentro do... assim... Ajuda. Graças a Deus, só que graças a Deus tá me ajudando (Entrevistado 4).

Os trecheiros frequentemente enfrentam dificuldades para obter emprego e, nessas situações, acabam recorrendo ao "*manguear*" para sobreviver. Esse termo se refere a pedir esmolas ou ajuda, seja por comida, itens como cigarros ou produtos de higiene pessoal, ou dinheiro, que pode ser usado para custear a viagem, voltar para a cidade de origem ou enviar para a família que está em outra localidade.

De acordo com Nascimento et al. (2009), o trecho pode ser visto como uma morada móvel e uma fonte de subsistência para muitos trecheiros. Essa condição requer que o indivíduo esteja preparado para imprevisibilidades, tornando a capacidade de adaptação uma habilidade fundamental para manter um certo nível de bem-estar enquanto se vive em trânsito (ESPÓSITO; JUSTO, 2019).

3.4.3.2 Petrificantes

Assistente social veio conversar comigo, conselheiro e tal. Fala para mim, cê mora aonde? A... eu moro com minha mãe, meu padrasto, o meu irmão, minha irmã já faleceu e o meu irmão mais velho. Cê está entendendo? Lá dentro da mata, lá no Parque Flamboyant, na reserva. Ai, a assistente, o conselheiro tutelar olhou para o policial e o policial começou a rir. Ai, ele: Para de brincadeira rapaz, para de zoação, cê mora aonde? É, eu moro lá dentro. Por isso que eu estou aqui, vivendo situação de rua, porque lá dentro da mata lá eu me sinto mais, não me sinto protegido, aqui na rua tô vendo tudo. Ai, ela falou: Cê está de brincadeira! Não tô não! Então vou fazer o seguinte, eu vou pegar você aqui agora, vou botar cê dentro do carro, eu vou levar o cê lá e nós vai com a viatura. Se cê estiver mentindo, falei, Bora! Ai, quando chegou lá, quando chegou lá, ela nem acreditou. Eu desci do carro. Falei, o mãe, Gritei! [...] Gritei, o mãe! Ela veio de lá pra cá, a muié nem acreditou, ela ficou pasma. - Cê mora aonde? - Eu moro aqui. Ela entrou lá e viu. Quando ela olhou, falou. - Não, mas cês moram aqui? - Nós mora aqui, nós não tem pra onde ir (Virgílio, nome fictício).

Na mitologia grega-romana, a história do herói Perseu enfrentando o desafio imposto pelo rei de Serifo, Polidecto, é uma das mais conhecidas. O rei exigiu que Perseu trouxesse a cabeça da temível Medusa, a górgona com o poder de transformar qualquer ser vivo em pedra com apenas um olhar.

Para vencer essa tarefa aparentemente impossível, Perseu recebeu a ajuda da deusa Atena, que lhe presenteou com um escudo, e do deus Hermes, que lhe concedeu uma espada mágica. Com esses presentes divinos, Perseu foi capaz de enfrentar Medusa e, por fim, cumprir a tarefa imposta pelo rei. O poeta Ovídio narra da seguinte forma a história:

(Ovídio, Metamorfoses, IV, 7776 a 804)

Solerte, e a furto, enquanto era passado o colhe, com a mão estendida; após, por trilha oculta e ignota e horrendas rochas em selvas fragosas, chega à casa gorgônea; em toda parte, em campos e estradas, viu estátuas de homens e de feras	780
em pedra convertidos ao verem Medusa; refletida no escudo brônzeo à mão esquerda, vira, então, a cabeça da horrenda Medusa; enquanto em grave sono estão a dita e as cobras, corta ao colo a cabeça; e com asas fugaz	785
Pégaso e o irmão nascem do sangue da mãe. Conta os reais perigos da longa viagem; mares e terras vistas sob si lá de cima; e os astros que tocou ao bater suas asas. “Mas antes do esperado, calou-se. Um dos próceres	790
perguntou por que só uma destas irmãs tinha serpentes aos cabelos entrançadas. O hóspede diz: “Já que perguntas algo digno de relato, direi o motivo. Belíssima, ela foi a esperança e a causa de ciúmes	795
de muitos; e mais belo que os cabelos nada tinha. Conheci um que disse tê-la visto. No templo de Minerva, o deus do mar violou-a, dizem. Volveu, cobrindo o rosto casto, a filha	

de Jove com o escudo. E como punição,
gorgôneas tranças converteu em torpes hidras.
E ainda agora, para infundir o terror
nos rivais, leva ao peito as cobras que criou”.
(CARVALHO, 2010, p.136/137)

800

Aqui, após Perseu passar por vários seres petrificados, vemos que a estratégia utilizada por ele é não olhar diretamente para o alvo e sim utilizar do reflexo do escudo, não precisando enfrentar o temível olhar petrificante e desferir o golpe perfeito, deste modo consegue acabar com a vida da górgona e cumprir a missão. Entretanto, numa leitura mais atenta, evidencia-se que o olhar petrificante é o reflexo de culpa, causada pelas violências infligidas à belíssima mulher.

A primeira violência é a violação pelo deus do mar e a segunda é sua transformação em um monstro por ser responsabilizada pelo ato brutal, evidenciada pelas cobras em sua cabeça. Assim como Perseu, utilizou o escudo para não olhar diretamente para Medusa, cotidianamente muitas vezes nós desviamos o olhar daqueles que nos fazem sentir desconfortáveis ou ameaçados. Fazemos isso para que eles sejam apenas um relance e, o mais importante, para que não sejamos culpabilizados pela situação em que essas pessoas se encontram.

Para Danelon e Silva (2020), o mito da Medusa se relaciona com o princípio delfico do — conhece-te a ti mesmo — [...]. Pois ao voltar-se para si, cria-se uma barreira de proteção contra a existência de algo que nos atormente em momentos de reflexão “voltar-se para si e pensar seu próprio ser” (p. 238). Assim, ao voltarmos a nós mesmo criamos uma verdade sobre o que nos cerca. Entretanto, para os autores, ao olhar uma realidade tão crua, que sobressai aquela que nós criamos ao nos conhecer — assim o mito da Medusa nos serve de metáfora para refletirmos sobre essa situação — nós nos sentimos paralisados, imóveis ao desvelar a nossa verdade, demonstra que a condição humana traz aspectos grotescos, trágicos que nos colocam impotentes diante da condição humana.

“Em última instância, olhar para si transpassado pelo olhar do outro objetiva a alma humana porque revela uma existência cuja tragicidade está no olhar do outro: é o olhar da Medusa sobre o homem que o paralisa e não o olhar de si para si mesmo. Assim, o mito da Górgona se mostra um contraponto ao exercício filosófico de olhar a si mesmo como condição necessária para conhecer a si mesmo, revelando a esterilidade desse processo. Em outras palavras, não há um ser ou uma essência a ser descoberta no ato de olhar a si mesmo, pois esse olhar é rasgado e atravessado pelo olhar do outro – da Medusa – que captura, que paralisa e que petrifica a alma humana” (DANELON & SILVA, 2020, p. 238).

A descrição do sentimento de petrificação foi magistralmente narrada por Primo Levi

em seu livro “A Trégua”, quando soldados soviéticos chegam a Auschwitz, campo de concentração nazista na segunda grande guerra, segundo Levi (2010), os soldados lançavam olhares trespassados que emitiam a sensação de um estranho embaraço, observando os cadáveres decompostos e os vivos que ali estavam.

Não acenavam, não sorriam; pareciam sufocados, não somente por piedade, mas por uma confusa reserva, que selava as suas bocas e subjugava os seus olhos ante o cenário funesto. Era a mesma vergonha conhecida por nós, a que nos esmagava após as seleções, e todas as vezes que devíamos assistir a um ultraje ou suportá-la: a vergonha que os alemães não conheceram, aquela que o justo experimenta ante a culpa cometida por outrem, e se aflige que persista, que tenha sido introduzida irrevogavelmente no mundo das coisas que existem, e que a sua boa vontade tenha sido nula ou escassa, e não lhe tenha servido de defesa (LEVI, 2010, p. 10).

Didi-Huberman (2020) aborda a função dos campos de concentração, não se limitam apenas a matar seres humanos, mas também a destruir a condição humana dos sobreviventes. O autor aponta que os campos criam uma relação entre carrascos e vítimas, que os torna semelhantes e justifica as ações dos torturadores, considerando as vítimas como "sub-humanas". Além disso, o campo de concentração busca destruir a capacidade dos prisioneiros de reconhecer a humanidade em seus companheiros, os reificando no sentido negativo, desmoronando assim a "condição de possibilidade do humano". Assim, Didi-Huberman destaca que, quando os prisioneiros não conseguem mais reconhecer a humanidade em outros, perdem a própria humanidade e se tornam vulneráveis à brutalidade dos torturadores.

Podemos entender que esse tipo de sensação quebra o corpo e alma, pois o sentimento de culpa, vergonha e de falha é admitido por todos os envolvidos, como se a realidade submergisse e chegasse à tona como uma não permissão de apagamento desse sentimento. Essa tomada de realidade traria uma perda da inocência. “O outro paralisa, objetiva, petrifica, causa vertigem. Assim, o mito da Medusa revela a tragédia da existência humana em ter seu ser no olhar do outro” (DANELON; SILVA, 2020, p. 238).

Desse modo, compreendemos que o que acontece aqui é um processo inverso à reificação. O sentimento de paralisia ocorre quando um aspecto humano é reintroduzido, ainda que por um curto período de tempo, em alguém que havia sido reificado anteriormente. Esse processo de suspensão da reificação pode trazer à tona uma realidade conhecida, mas muitas vezes indesejada, pois pode nos obrigar a confrontar aquilo que nos causa horror ou culpa. O indivíduo responsável por essa dinâmica é chamado de petrificante, já que nos deixa paralisados e sem ação.

Assim, a experiência vivida pela assistente social, na situação relatada por Virgílio, é um exemplo de como, em algumas situações, é difícil enfrentar uma realidade desagradável. Ao presenciar as condições difíceis de uma família, a assistente social se sente incapaz de lidar com a realidade dura diante de seus olhos e a rejeita, mesmo diante de um cenário tão austero. Essa cena demonstra que a assistente social foi limitada pela realidade tão crua e, conseqüentemente, sua compreensão da triste realidade apresentada a ela também foi limitada.

Outro exemplo que ilustra essa situação de paralisia ocorreu durante essa pesquisa, quando o pesquisador se deparou com uma família composta por uma mãe de cerca de 50 anos, um filho de 20 anos, uma filha de 22 anos, a esposa do filho de 18 anos e seus netos, todos com idade inferior a 6 anos. Todos estavam descalços e visivelmente subnutridos. A família relatou ao pesquisador que havia saído do norte do país em busca de melhores condições de vida e que havia ficado algumas semanas em uma casa de acolhida antes de se ver obrigada a viver nas ruas por condições não reveladas naquele momento.

O pesquisador foi confrontado com uma situação extremamente difícil quando se deparou com a situação precária em que se encontravam as crianças. Apesar de estar acostumado a coletar histórias de pessoas em situação de rua, a gravidade do cenário o levou a interromper a pesquisa, mesmo com o consentimento da família em participar. Essa situação evidencia a paralisia que muitas vezes é causada diante da pobreza extrema. Mesmo aqueles que estão acostumados a lidar com essas questões podem se sentir impotentes diante da falta de recursos e das condições de vida precárias em que vivem muitas famílias brasileiras.

Não obstante, durante outras entrevistas com membros da população de rua, foi relatado que ao pedirem algo ou oferecerem produtos e serviços, muitos frequentemente observam pessoas procurando algo em seus veículos, batendo nas laterais ou olhando para a marcha, talvez para evitar contato visual direto. Alguns desses relatos indicam que essas pessoas se sentem vistas como algo não humano, gerando uma sensação de repulsa. Como resultado, é comum que integrantes da população de rua usem de artifícios como placas para evitar contato visual, proporcionando mais conforto para aqueles que desejam doar.

A população em situação de rua, ao ser alvo de um olhar petrificado por parte de muitas pessoas, acaba entendendo e sentindo culpa e repulsa, como se fossem os únicos responsáveis pela sua situação. Infelizmente, a relação entre essa população e outros indivíduos é muitas vezes marcada pela necessidade, condescendência, medo ou culpa, o que justificaria, para a

população de rua, as atitudes negativas de alguns em relação a eles. Essa dinâmica faz com que os membros da população em situação de rua se sintam desvalorizados, incapazes de protestar contra a sua condição, e se tornem apenas testemunhas dos olhares horrorizados e dos desvios lançados em sua direção.

(IN)CONCLUSÕES FINAIS – OUTRAS ESCRITAS URBANAS

Ele realmente deu aquele último passo, transpôs a borda do abismo, enquanto a mim foi permitido recuar o pé hesitante. E talvez aí esteja toda diferença, talvez toda sabedoria, toda verdade e toda sinceridade estejam apenas contidas naquele inapreciável momento em que ultrapassamos o limiar do invisível.

(CONRAD, 2019, p. 170)

Esse trecho do livro "O Coração das Trevas" (CONRAD, 2019) que é apresentado como epílogo desse capítulo, aborda um posicionamento importante para aqueles que convivem com vítimas de violência. Isso, porque embora possam enxergar o abismo, nem sempre são tragados por ele. Em vez disso, conseguem “recuar o pé” e ressignificar as experiências vivenciadas junto a eles, tornando-se transmissores de histórias, mesmo sem terem vivenciado o horror da situação em primeira mão. Com essa reflexão em mente, será compartilhada uma última história.

O cronograma de entrevistas do pesquisador já havia sido encerrado, quando, no dia 19 de janeiro de 2023, por volta das 7h da manhã, ele recebeu uma ligação inesperada de um dos entrevistados. A princípio, ele ficou surpreso em receber a ligação, e questionou como a pessoa conseguiu seu número. Porém, logo se lembrou de que seu número constava no documento de TCLE. O entrevistado informou que eles estavam sendo despejados da estrutura que antes servia como sede do IAB-GO, e que naquele momento funcionava como uma cooperativa autônoma de catadores de recicláveis. Pouco depois, o pesquisador recebeu uma mensagem de uma amiga, pelo aplicativo Whatsapp, que dizia: "Acabei de passar pelo prédio do IAB e estava desocupado". Depois de receber essas informações, o pesquisador se dirigiu à edificação.

Ao chegar ao local, o pesquisador se deparou com máquinas pesadas trabalhando e a escada de acesso ao segundo pavimento demolida. No segundo pavimento estavam organizados os módulos de moradias separados por compensados e cobertores, onde também funcionava um chuveiro improvisado para banho. A parte traseira da cobertura encontrava-se no chão, formando um grande amontoado de metal retorcido, cimento e lama (figura 19). Algumas

peessoas insistiam, em meio aos escombros, em encontrar e recolher objetos e pertences que haviam deixado para trás (figura 20). Outras pessoas, já desoladas, caminhavam em direção a um ponto próximo, onde os antigos ocupantes estavam amontoados.

Figura 19 - Um grande amontoado de metal retorcido, cimento e lama.



Fonte: Arquivo pessoal

Em matéria publicada no jornal eletrônico Diário de Goiás⁴⁴, um arquiteto questionou as ações da prefeitura: "Uma coisa é retirar as pessoas que estavam ocupando o local, outra coisa é destruir o prédio que é privado". Na mesma reportagem, a prefeitura de Goiânia, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (SEPLAM), informou, em nota à imprensa, que a demolição da edificação foi realizada devido ao estado de abandono e à situação irregular em que o edifício se encontrava. Além disso, a SEPLAM encaminhou técnicos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social (SEDHS) para oferecer abrigos às pessoas que se encontravam no local e utilizavam a estrutura como ocupação.

Figura 20 - Estrutura parcialmente destruída



Fonte: Arquivo pessoal

Em outro local, distante dali, o entrevistado que efetuou a ligação e que, nas entrevistas, sempre perguntava se havia a possibilidade de serem removidos dali por algum motivo, relatou que não lhe foi apresentado nenhum documento no ato da desocupação, e que os policiais questionaram por que ele se misturava com aquele "lixo". Embaraçado, ele explicou que, para ele, os policiais não se referiam ao material reciclável coletado, mas às pessoas que ocupavam a edificação com ele.

Após essa breve história, propõe-se o retorno ao ponto de partida dessa pesquisa, ao acontecimento que levou ao questionamento a respeito de como um grupo de arquitetos e urbanistas, em sua exploração pela cidade de Salvador, pode deixar de notar a presença de pessoas em situação de rua. Infelizmente, a resposta encontrada durante a convivência com essa população é desoladora. Embora o pesquisador tenha encontrado geógrafos, historiadores,

⁴⁴ Na matéria *Arquitetos reclamam de ação da Prefeitura de Goiânia em prédio do IAB*, do jornal *Diário de Goiás*, são ouvidos os argumentos do antigo presidente do IAB-GO e a resposta da prefeitura.

antropólogos, cientistas sociais, enfermeiros e psicólogos, nenhum arquiteto ou urbanista foi notado. É perturbador constatar que profissionais cujo objetivo é o de determinar as configurações do espaço urbano e da habitação estão ausentes. Com isso, surge um questionamento: onde estão os arquitetos e urbanistas em relação aos sem-lar? Infelizmente, eles parecem estar em falta nessa equação crítica.

Ao trabalhar e conviver com pessoas em situação de rua, contata-se que essa é uma realidade complexa e multifacetada que exige uma abordagem cuidadosa e abrangente. Assim, ao analisar o fenômeno do desabrigo urbano, nota-se uma diversidade de causas e formas de manifestação, tais como pobreza, perda de emprego, violência doméstica, problemas de saúde mental ou física, abuso de substâncias lícitas e ilícitas e problemas familiares. Esses são apenas alguns dos fatores de vulnerabilidade que essas pessoas enfrentam, levando-as à condição de população de rua.

É imprescindível frisar que os dados sobre o aumento da população em situação de rua no Brasil e em Goiás são alarmantes e merecem atenção. De acordo com as estatísticas apresentadas, o número de pessoas em situação de rua no país cresceu 6,84% em um curto período, de setembro de 2019 a março de 2020, o que representa mais de 0,1% da população brasileira. No estado de Goiás, o aumento foi ainda mais expressivo, com um salto de 17% no número de registros no Cadastro Único para Programas Sociais entre janeiro e julho de 2022. Ao observar o recorte de gênero, raça e classe, percebe-se que a maioria das pessoas em situação de rua em Goiânia é composta por homens, negros, com baixa escolaridade e com a idade entre 25 e 55 anos. Essa realidade evidencia as precariedades da vida e as desigualdades estruturais presentes na sociedade, e que afetam de forma mais intensa as camadas mais vulneráveis da população.

É importante ressaltar que, apesar do crescimento da população em situação de rua, ainda há dificuldades em quantificar e compreender a real dimensão desse fenômeno. A complexidade do desabrigo exige uma análise ampla e cuidadosa, que leve em conta não apenas as causas imediatas, mas também as estruturais que contribuem para a vulnerabilidade e invisibilidade dessas pessoas.

No entanto, embora o CADÚNICO seja o maior e mais preciso sistema de cadastramento de pessoas em situação de rua, ele apresenta algumas limitações em relação aos dados disponíveis. Por exemplo, não há informações sobre identificação com outros gêneros, tempo de permanência nas ruas, presença de familiares na cidade, animais de estimação, entre

outras questões que são de grande importância para essa população. Durante a interação com pessoas em situação de rua, foi possível confirmar que esses assuntos são recorrentes e têm grande relevância para elas.

Nesse âmbito, a falta de informações precisas sobre a população em situação de rua é uma das formas pelas quais essa técnica governamental de desaparecimento se manifesta. A ausência de dados sobre questões importantes para essa população torna suas necessidades e demandas ainda mais invisíveis para as políticas públicas e para a sociedade em geral. Logo, a falta de informações precisas sobre a população em situação de rua é um reflexo da técnica governamental de desaparecimento, que busca tornar invisíveis as vidas e as necessidades dessa população.

Portanto, para compreender essas vidas invisíveis, foi necessário escavar o estado da arte e discutir o conceito de invisibilidade social, para destrinchar como algumas pessoas e suas concepções são invisibilizadas. Então, foi a partir de uma análise psicológica, ao demonstrar que dentro da psicanálise é possível compreender a invisibilidade como uma forma de repressão, na qual certos estímulos que conduzem a sentimentos de dor, satisfação e/ou prazer são afastados da consciência. E que, no entanto, tal repressão pode gerar, ainda, um ato falho, e produzir um cegamento seletivo para certos objetos e situações do cotidiano.

Por uma outra perspectiva, a partir da análise do reconhecimento de Axel Honneth (2001; 2003; 2018), pode-se entender a importância de compreender a visão como uma operação subjetiva, que envolve tanto o sujeito que observa quanto o objeto observado. Com base nessa premissa, questionou-se quais são os dispositivos e concepções de invisibilidade possíveis de identificar, bem como quais são os tipos de mecanismos sociais que promovem esse modo de ver que torna alguns visíveis e outros invisíveis. Consequentemente, quando alguém experimenta a invisibilidade, o grupo afetado sente como se fosse atravessado visualmente por um "olhar através", enquanto a visibilidade implica em ser notado e reconhecido como pessoa. Isso significa que a invisibilidade pode funcionar como se as pessoas simplesmente não existissem, o que dá a impressão de que não são percebidas ou vistas.

A partir disso, pode-se compreender que essa dupla operação visual, visibilidade/invisibilidade, é condicionada pela sociedade capitalista, na qual os efeitos da mercadoria regem a subjetividade das pessoas. O sistema capitalista se manifesta de forma violenta e se reproduz em formas sofisticadas de destruição e abandono do espaço público e do

bem-estar social ao moldar a subjetividade das pessoas para extrair recursos e tempo de vida. Dentro desse contexto, é comum surgirem alternativas que, apesar de infernais, são aceitas como a única opção diante de realidades cruéis. É como se houvesse uma resignação de que, se não fosse dessa forma, a situação seria ainda pior. Por exemplo, muitas pessoas em suas atividades cotidianas passam por populações de rua sem percebê-las ou as enxergam como parte fixa da paisagem urbana. Essas pessoas que passam, podem pensar que as pessoas em situação de rua já estão nessa condição há muito tempo e que tal condição é irreversível. Algumas pessoas até podem chegar a acreditar que é melhor que essas pessoas permaneçam assim, em certa medida, sendo gratas por não estarem na mesma situação.

Nesse viés, Alain Badiou (2001) destaca que o estágio atual do capitalismo coloca a humanidade em uma situação paradoxal, em que as vidas são valorizadas com base no acúmulo de dinheiro. Nesse contexto, é comum que se aceite o mínimo de bem-estar, mesmo que esse não seja realmente satisfatório. Essa relação ambígua é um sintoma da realidade capitalista, na qual o sentimento generalizado é de que o capitalismo é o único sistema político e econômico viável, e que é impossível imaginar uma alternativa a ele (MARK FISHER, 2020, p. 10).

À vista disso, o capitalismo é intimamente ligado à invisibilidade social, agindo como uma espécie de feitiçaria que obscurece a realidade através de ilusões e espetáculos. Isso leva à perda de identidade e alienação das experiências cotidianas das pessoas. Para entender como isso acontece, foi crucial compreender o fetiche da mercadoria, que eleva a mercadoria a um patamar teológico, e torna os sujeitos opacos e sem acesso às relações envolvidas em sua produção. Isso ocorre, de modo que as relações subjetivas dentro do sistema capitalista reificam os indivíduos, e o faz ao transformá-los em coisas e/ou números e criar uma dinâmica fantasmagórica fundamental para o tema da invisibilidade social.

Assim, é viável afirmar que a invisibilidade social é um fenômeno que vai além das distinções de classe, cor e etnia, afetando principalmente os grupos mais vulneráveis e marginalizados. Isso, porque, como já foi exposto anteriormente, as pessoas em situação de rua são uma das parcelas mais invisibilizadas da sociedade, já que não têm acesso aos produtos de consumo, mercadorias, além de serem excluídas do mercado de trabalho ou não trabalharem formalmente no mercado. Além disso, a vida nas cidades, a velocidade dos fluxos de transporte e a dificuldade de identificar os semelhantes também contribuem para esse fenômeno ao gerar um sentimento *blasé* que agrava a invisibilidade social.

Também foi demonstrado que a forma como os espaços urbanos são construídos, organizados e habitados influencia diretamente as percepções, emoções e comportamentos das pessoas. Dessa forma, a abordagem etnometodológica se apresentou como uma via estruturante da metodologia de pesquisa, permitindo a compreensão das experiências cotidianas e suas gramáticas por meio de uma vivência conjunta com a população em situação de rua. Desse modo, nessa dissertação, explorou-se as espacialidades não hegemônicas presentes nas bordas do capitalismo por meio da escuta *flâneur* juntamente com a observação flutuante.

Através de escutas singulares, foi possível encontrar rastros recorrentes na vida da população de rua, que, até certa medida, estavam invisíveis. Para tal, utilizou-se a escrita como um meio simbólico de demonstrar sua luta e sua resistência, e ainda como uma forma de denunciar as vulnerabilidades enfrentadas e para encontrar novos ângulos analíticos que abram espaços de reflexão. Sendo assim, o objetivo foi pensar em algumas relações entre processos políticos, sociais e subjetivos que permeiam a vida cotidiana da população de rua e, assim, produzir outras escritas urbanas que vão além das formulações contra-hegemônicas.

Ao examinar as histórias compartilhadas pela população em situação de rua, especialmente a história de Virgílio, ilustrou-se como as condições precárias da vida nas ruas podem levar a violações constantes de direitos humanos, incluindo fome, falta de moradia e violência estatal. Dessa maneira, a pesquisa revelou que a população de rua é frequentemente invisibilizada e marginalizada, e que suas histórias são frequentemente apagadas ou ignoradas. Logo, é fundamental que suas vozes sejam ouvidas e que sejam criados espaços para que elas possam ser expressas.

Não obstante, as conversas com a população de rua nos fizeram compreender que o habitar nas ruas das grandes cidades são exercícios de abrir espaços não cartografados. Se trata de espaços vazios, onde o poder não consegue ver além, assim como as barricadas da Paris do século XIX, denominados pela população de rua como “quebradas”. Consequentemente a questão que surge é como as “quebradas” podem inspirar a imaginação e promover uma desterritorialização e reterritorialização de outras temporalidades, ao ocupar e discursar clandestinamente sobre esses lugares. Por isso, o desafio futuro é de natureza criativa: como esses vazios podem ser intencionalmente direcionados para produzir outras formas de territorialidade?

Entretanto, o objetivo dessa jornada não é encontrar respostas sobre as “quebradas”,

mas sim permitir que se observe os limites da própria cidade hegemônica. Para alcançar tal objetivo, é preciso adotar uma abordagem que permita perambular pelas “quebradas”, ao construir um passeio flutuante através das territorialidades que emergem da escuta sensível. Essa abordagem permitiu aproximar brechas do mundo hegemônico e observar o vazio obscuro presente até mesmo nos territórios mais iluminados e controlados das cidades contemporâneas. Ao superar a síndrome do *horror vacui* e olhar por meio do próprio terror ao vazio, observa-se os limites da própria cidade hegemônica.

Dessa forma, durante a pesquisa, ao escutar as histórias da população de rua e explorar a cidade, foi possível identificar campos cegos, tanto em suas outras tramas sobre a cidade, quanto no que tange as suas espacialidades e territorialidades, criando, assim, contra-taxonomias. Essas análises revelaram representações, aberturas, limites e potencialidades das “quebradas”, o que permite avaliar até que ponto elas são capazes de agenciar espacialidades contra-hegemônicas.

A partir dessa perspectiva, também torna-se compreensível que, em muitos casos, a invisibilidade social pode ser uma forma de resistência e sobreposição a um padrão estabelecido nas grandes cidades. Os indivíduos em condição marginal podem se apropriar da cidade e do mundo de outras formas, utilizando a invisibilidade como uma arma de resistência. Isso sugere que a invisibilidade social pode ser tanto um sintoma da exclusão social quanto uma forma de resistência a essa exclusão.

Todavia, pode-se afirmar que as comunidades marginalizadas pesquisadas não podem ser rigidamente classificadas e delimitadas, já que, muitas vezes, apresentam relações híbridas entre si. Um exemplo, é o de que um espaço favela pode funcionar simultaneamente como um mocó e uma reunião de corpos barricadas pode constituir um espaço favela. Assim, é importante compreender que as territorialidades das pessoas em situação de rua são dinâmicas e multifacetadas, e que é preciso considerar as relações entre diferentes espaços e formas de resistência presentes nessas comunidades para uma análise mais precisa.

É essencial ressaltar que o pesquisador não tinha como objetivo abordar questões de territorialidade durante as entrevistas realizadas com a população de rua. O objetivo era o de investigar percepções sobre a cidade que poderiam ser relacionadas às situações materiais ou não. Isso foi feito, de modo que as entrevistas foram conduzidas de maneira livre, permitindo que os entrevistados falassem livremente sobre qualquer assunto que desejassem. Mesmo

assim, a ideia de lugar e pertencimento emergia frequentemente nas conversas e relatos da população de rua, o que levanta a questão: o pesquisador teria identificado outras formas de contra-taxonomia se sua formação acadêmica não fosse em arquitetura?

Essa pergunta revela que as discussões e análises sobre o tema estão longe de se esgotar, uma vez que a complexidade do contexto apresenta inúmeros desafios e questões que ainda podem e precisam ser explorados em pesquisas futuras. Isso pode incluir novas abordagens de espacialidades, personagens e relações com a cidade. Portanto, é crucial desenvolver dispositivos que permitam a criação de um espaço habitado que transcenda a cidade e possa ser aplicado em diferentes cenários sociais e políticos.

Por fim, durante essa dissertação, houve um esforço consciente para evitar tratar a população em situação de rua como um grupo exótico, ou mesmo diferente. Isso ficou mais nítido ainda, ao discutir conceitos como precariedade, vulnerabilidade e violência, pois reconheceu-se que se estava lidando com as vidas autônomas dessas pessoas. É importante, ainda, ressaltar que essas palavras não são apenas conceitos abstratos, mas representam uma realidade concreta que continua a afetar esses indivíduos mesmo após o término da pesquisa.

Portanto, para evitar o reforço de estereótipos e preconceitos que essas pessoas já enfrentam em seu dia a dia, optou-se por não utilizar categorizações que possam ser discriminatórias. Por isso, algumas contra-taxonomias foram descartadas, de modo que o objetivo foi garantir o respeito, algo que o pesquisador espera ter alcançado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- _____. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ALIGHIERI, Dante. **A divina comédia: inferno**. São Paulo: Editora 34, 1998.
- ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. **Prefácio – Apresentando Spivak**. In. SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010
- ATHAYDE, C; BILL, MV; SOARES, L. E. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005
- BADIOU, Alain. On evil: an interview with Alain Badiou. Entrevista concedida a Cox, Christoph; Whalen, Molly . **Cabinet Magazine**, n 5, Winter 2021-2022. Disponível em: <https://www.cabinetmagazine.org/issues/5/cox_whelen_badiou.php>. Acesso em: 05 dez. 2022.
- BAUDRILLARD, J. **A Sociedade de Consumo**. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BAUDELAIRE, Charles. **As flores do mal**. Edição bilíngue. Charles Baudelaire; tradução, introdução e notas de Ivan Junqueira. 1. ed. Especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- _____. **Imagens de pensamento: Sobre o haxixe e outras drogas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013a.
- _____. **Rua de Mão única: Infância berlinesa: 1900**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013b.
- _____. **Baudelaire e a modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- _____. **Linguagem, tradução, literatura**. [Filosofia, teoria e crítica]. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018a.
- _____. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018b.
- BEY, Hakim. **TAZ - Zona Autônoma Temporária**. São Paulo: Veneta, 2018.
- BORGES, Jorge Luis. Sobre o rigor na ciência. In: **História universal da infâmia**. Lisboa: Assírio e Alvim, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BRECHT, Bertolt. **Do guia para os habitantes das cidades**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2017.
- CANUTO, Frederico. Urbanismo e guerra: silêncios e ruídos das imagens. **Cadernos Benjaminianos**, Belo Horizonte, v. 10, p. 21-40, 2015 Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9969> . Acesso em: 02 out. 2022

CARVALHO, Raimundo Nonato Barbosa de. **Metamorfoses** em Tradução. São Paulo: USP/FFLCH/DLCV/PGLC, 2010.

CAVALCANTI, Tiago Muniz. **Sub-humanos: o capitalismo e a metamorfose da escravidão**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CERVANTES, Tadeo Toward a Politics of Body-Barricades. Ill Will, 2021. Disponível em: <<https://illwill.com/toward-a-politics-of-body-barricades>>. Acesso em: 10 de agosto de 2022.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

CONRAD, Joseph. **Coração das trevas**. São Paulo: Ubu, 2019.

CORTINA, Adela. **Aporofobia, a Aversão ao Pobre: um Desafio Para a Democracia**. São Paulo: Contracorrente, 2020.

COULON, Alain. **Etnometodologia**. Petrópolis: Vozes. 1995.

CUNHA, Bernardo Cristóvão Colombo da (2007): **A vila roriz da Goiânia: um maldito exemplo de desterritorialização e reterritorialização excludentes** in X Eregeio Simpósio Regional de Geografia; Universidade Federal de Goiás; Goiás, Brasil.

DANELON, Márcio; SILVA, Sérgio Santos da. O olhar da medusa: a objetivação do trabalho docente no movimento escola sem partido. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 29, n. 58, p. 233-249, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/faeaba/article/view/8135>. Acesso em: 20 nov. 2022.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. São Paulo: Editora 34, 2010.
_____. **Imagens apesar de tudo**. São Paulo: Editora 34, 2020

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIAS, Adriana Abreu Magalhães. **Anacronautas do teutonismo virtual: uma etnografia do neonazismo na Internet** / Adriana Abreu Magalhães Dias. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2007.

ELLISON, Ralph. **Homem Invisível (1952)**. Rio de Janeiro: José Olympio.2020.

EMCKE, Carolin. **Contra o ódio**. Editora Âyiné, 2020.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ESPÓSITO, Alexandre; JUSTO, José Sterza. A mobilidade dos trecheiros e a importância de seus objetos materiais. **Revista Percurso**. Departamento de Geografia - Universidade Estadual de Maringá (UEM), v. 11, n. 1, p. 121-138, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/view/49766>>.

FARIAS, A. C. C. **Taxonomia do urbanismo tático: uma proposta para leitura, compreensão e articulação das táticas urbanas emergentes**. 2018. 274 f. Dissertação (Mestrado em Projeto e Cidade) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

FERREIRA, Tânia. **Pesquisa em psicanálise: a conversação e a entrevista clínica como oferta da palavra - a aposta na invenção subjetiva.** In: FERREIRA, Tânia; VORCARO, Angela. (Org.). Pesquisa e psicanálise: do campo à escrita. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018

FOUCAULT, Michel **O corpo utópico, As heterotopias.** São Paulo: n-1 Edições, 2013.
 _____ **As Palavras e as Coisas: uma Arqueologia das Ciências Humanas.** Lisboa: Edições 70, 2019.

FREUD, Sigmund. ([1901]2006). **Sobre a psicopatologia da vida cotidiana.** In: Freud, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. VI. Rio de Janeiro: Imago (1913]2006). **Totem e tabu.** In: _____, v. XIII. Rio de Janeiro: Imago. (1914/2006). **A história do movimento psicanalítico.** In: _____, v. XIV. Rio de Janeiro: Imago. (1937/2006) **Construções em análise.** In: _____, v. XXIII. Rio de Janeiro: Imago.

GALEANO, Eduardo. **O Livro dos Abraços.** Porto Alegre – L & PM POCKET, 2015.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1988.

GRAHAM, Stephen. **Cidades sitiadas: O novo urbanismo militar.** São Paulo: Boitempo, 2016.

GRESPLAN, Jorge. **Marx: uma introdução.** São Paulo: Boitempo, 2021. Edição do Kindle.

GROS, Frédéric. **Caminhar, uma filosofia.** São Paulo: Ubu Editora, 2021

HONNETH, Axel. **Luta pelo reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais.** São Paulo: Ed. 34, 2003.

_____. **Invisibility: on the epistemology of “recognition”.** Proceedings of the Aristotelian Society, n. 75, p. 111-126, 2001.

_____. **Reificação: Um estudo de teoria do reconhecimento.** São Paulo: Editora Unesp, 2018.

JAPPE, Ancelm. **A sociedade autofágica: capitalismo, desmesura e autodestruição.** São Paulo: Editora Elefante, 2021.

KOPENAWA, Davi.; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil.** São Paulo: Editora 34, 2009

LEFEBVRE, Henri. **O direito à Cidade.** São Paulo: Centauro, 2001

LEITE, Bruno Rodrigues. **A condição da população em situação de rua.** Curitiba: Editora CRV, 2020.

FOUCAULT, Michel. **O corpo próprio, as heterotopias.** São Paulo: N-1 edições, 2013.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: Estudos sobre a dialética marxista.** São Paulo: Martins Fontes, 2018.

MACEDO, Helen. **Saneamento e saúde: um estudo de caso da Vila Roriz, em Goiânia/Goiás.** 2008. 116 f. : il. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

MÁRQUEZ, Gabriel Garcia. **Cem Anos de Solidão.** Rio de Janeiro: O Globo: São Paulo: Folha de São Paulo, 2003.

MARX, Karl. **O Capital [Livro I]: crítica da economia política. O processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo, 2011.
_____. **Debates sobre a lei referente ao furo de madeira.** In: MARX, Karl. Os despossuídos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MENDONÇA, Diego Bernardo de. **Caso sonho real: mídia e direitos humanos na desocupação do Parque Oeste Industrial em Goiânia.** 2015. 250 f., il. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) —Universidade de Brasília, Brasília, 2015

MERLEAU-PONTY, Maurice. **A prosa do mundo.** São Paulo: Cosac & Naify. 2002

_____. **Fenomenologia da percepção.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.

NANCY, Jean-Luc. **Imagem, mimesis e méthexis.** In. ALLOA, Emmanuel. (Org.). Pensar a imagem. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015

NASCIMENTO, Eurípedes Costa do; JUSTO, José Sterza; FRANÇA, Sonia Aparecida Moreira. Errância e normalização social: um estudo sobre andarilhos de estrada. **Psicologia em Estudo.** Departamento de Psicologia - Universidade Estadual de Maringá (UEM), v. 14, n. 4, p. 641-648, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/30219>>.

NASCIMENTO, Eurípedes Costa do. **Nomadismos contemporâneos: Um estudo sobre errantes trecheiros.** São Paulo: Editora UNESP, 2008.

OLIVEIRA, Fátima. Ser negro no Brasil: alcances e limites. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 18, n. 50, p. 57-60, 2004. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9969>>. Acesso em: 18 out. 2022.

OLIVEIRA, Natália Mariana Tavares de. **O comportamento discricionário dos burocratas de nível de rua do Cadastro Único para Programas Sociais no estado do Amazonas.** 2022. 118 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2022

PANAINO, Edina Ferreira. **Representações cotidianas sobre o início do uso do cigarro em diferentes sociais.** São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7141/tde-11072012-231753/pt-br.php> Acesso em: 24 fev. 2014

PIRES, Luísa Puricelli.; GURSKI, Rose. A construção da escuta-flânerie: uma pesquisa psicanalítica com socioeducadores. **Psicologia USP**, [S. l.], v. 31, p. e180128, 2020. DOI: 10.1590/0103-6564e180128. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/168592>. Acesso em: 08 fevereiro 2023.

PÉTONNET, Colette. **Observação flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense.** *Antropológicas*, Niterói, n. 25, p. 99 – 111, 2008. Disponível em: <<http://www.marcoareliosc.com.br/08petonnet.pdf>>. Acesso em: 05 fevereiro. 2022.
_____. **L'anonymat ou la pellicule protectrice.** *Le temps de la réflexion*,

1987, VIII (La ville inquiète), pp.247-261, 2006. Disponível em: <<http://www.marcoareliosc.com.br/08petonnet.pdf>>. Acesso em: 14 fevereiro. 2022.

PIGNARRE, Philippe; STENGERS, Isabelle. **La sorcellerie capitaliste**. Pratiques de désenvoutement. Paris: La Découverte, 2005.

PINHEIRO, Eloisa Petti. Haussmannização ou haussmannizações?. In: **Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos** (Paris, Rio e Salvador) [online]. 2nd ed. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 67-87.

PINHEIRO, Z. de A. C.; POSSAS, L. M. V. **Centro pop**: quando uma política pública incomoda. Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 35–54, 2018. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RIPPMAR/article/view/8128>. Acesso em: 29 ago. 2022.

POE, Edgar Allan. **Histórias extraordinárias**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

RAPINI, Alessandro. Modernizando a Taxonomia. **Biota Neotrópica**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 1-4, janeiro. 2004.

RIO, João do. **A Rua**. São Paulo: Edições Barbatana, 2016

RODRIGUES, Igor de Souza; FERNANDES, Dmitri Cerboncini; DELGADO, Letícia Paiva; VALLE, Bruno Stigert. **A gênese social da situação de rua no**. In. RODRIGUES, Igor de Souza; FERNANDES, Dmitri Cerboncini. (Org.). Cidadão em situação de rua: dossiê Brasil – grandes cidades. Curitiba: Editora CRV, 2020

ROLNIK, Suely. **Pensamento, corpo e devir** – uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. Cadernos de Subjetividade, PUC- SP, v.1, n.2, p. 241-251, 1993.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **A origem da desigualdade** (1754). Trad. Maria Lacerda de Moura. Edição Ridendo Castigat Mores, 2001. E-book (não paginado). Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/desigualdade.pdf>>. Acessado em 14 de fev. de 2021.

SENNET, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Record; 2001.

SILVA, Márcio Luís da. **Segregação, repressão e resistência**: A ocupação do Parque Oeste Industrial em Goiânia/GO. Uma nova história de luta pelo direito à cidade. Dissertação de mestrado. Brasília, UNB, 2007.

SIMMEL, Georg. **A metrópole e a vida mental**. In. VELHO, Otávio Guilherme (Org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

SNOW, David; ANDERSON, Leon. **Desafortunados**: um estudo sobre o povo da rua. Petrópolis: Vozes, 1998.

SONTAG, Susan. **Contra a interpretação**: e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SOUSA, Rute Alves de. **Caracterização do ritmo de atividade/repouso do Mocó** (Kerodon Rupestris) em fotoperíodo artificial. 2006. 80 f. Tese (Doutorado em Estudos de Comportamento; Psicologia Fisiológica) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010

STRUGÁTSKI, Arkady.; STRUGÁTSKI, Boris. **Piquenique na Estrada**. São Paulo: Editora Aleph, 2017.

TALEB, Nassim Nicholas. **A lógica do Cisne Negro: O impacto do altamente improvável**. Editora Best Seller. Rio de Janeiro. 2015. Edição do Kindle.

TELLES, Vera e HIRATA, Daniel (2007). Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. Revista Estudos Avançados da USP, vol. 21, nº 61.

TOBIAS PORTIS , G.; MOTA DOS SANTOS, A.; GIOPO NUNES, F. . Influência da Infraestrutura de Transportes sobre a Temperatura de Superfície em um corredor BRT, na cidade de Goiânia/GO. Ateliê Geográfico, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 143–164, 2022. DOI: 10.5216/ag.v16i1.71849. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/71849>. Acesso em: 5 set. 2022.

VELLOSO, Rita. O tempo do agora da insurgência: memória de gestos e política do espaço, segundo Walter Benjamin. In: BRITTO, Fabiana Dutra; JACQUES, Paola Berenstein. **Corporidade: gestos urbanos**. Salvador: Edufba, 2017. p. 42-69.

ŽIŽEK, Slavoj. **Acontecimento: Uma viagem filosófica através de um conceito**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017 Edição do Kindle.

ZUKER, Fabio. **Em rota de fuga**. São Paulo: QuadradoCirculo; Editora Hedra, 2020.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.

BRASIL. **Decreto presidencial nº7.053 de 23 de dezembro de 2009**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm. Acesso em: 05 fevereiro. 2022

_____. **Decreto presidencial nº9.824 de 27 de junho de 2019**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9894.htm. Acesso em: 05 fevereiro. 2022

MATÉRIAS JORNALÍSTICAS

JORNAL NACIONAL. **Metade dos brasileiros em situação de rua não tem registro no CADÚNICO e não consegue acessar benefícios**, Rio de Janeiro, 04 de agosto de 2022. p. 2, 12 ago. 2010. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/08/04/metade-das-pessoas-em-situacao-de-rua-nao-tem-registro-no-cadastro-unico-mostra-pesquisa.ghtml> Acesso em: 04 de agosto. 2022.

PAULO, Ton. **Arquitetos reclamam de ação da Prefeitura de Goiânia em prédio do IAB.** Mais Goiás, Goiânia, 03 de fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://www.maisgoias.com.br/prefeitura-remove-moradores-que-viviam-debaixo-de-ponte-no-setor-sul-em-goiania/>> Acesso em: 02 março. 2022.

KETELBEY, Domingos. **Prefeitura remove moradores que viviam debaixo de ponte no setor Sul, em Goiânia.** Diário de Goiás, Goiânia, 20 de janeiro de 2023. Disponível em: <<https://diariodegoias.com.br/arquitetos-reclamam-de-acao-da-prefeitura-de-goiania-em-predio-do-iab/272786/>> Acesso em: 22 janeiro. 2023.

MERLINO, Tatiana. **Moradores de rua são alvo de repressão e limpeza social, denuncia Júlio Lancellotti.** Ponte Jornalismo, São Paulo, 11 de maio de 2015. Disponível em: <<https://ponte.org/moradores-de-rua-sao-alvo-de-repressao-e-limpeza-social-denuncia-julio-lancellotti/>> Acesso em: 02 março. 2022.

FILMOGRAFIA

STALKER. Direção de Andrei Tarkovski. Moscou: Mosfilm, 1979. 1 Blu-ray (161 min.)

OUTRAS FONTES

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeção da População Brasileira.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 05 fevereiro. 2022
_____. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. p. 74-84

FEANTSA- FÉDÉRATION EUROPÉENNE DES ASSOCIATIONS NATIONALES TRAVAILLANT AVEC LES SANS-ABRI. **ETHOS - European Typology on Homelessness and Housing Exclusion.** 2005. Disponível em: <<https://www.feantsa.org/en/toolkit/2005/04/01/ethos-typology-on-homelessness-and-housing-exclusion?bcParent=27>>. Acesso em: 22 março. 2022.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Estimativa Da População Em Situação De Rua No Brasil** (setembro de 2012 a março de 2020). Nota Técnica, nº 73. Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200612_nt_disoc_n_73.pdf. Acesso em: 05 fevereiro. 2022

_____. **Policy Brief - Em Questão - Desmonte de políticas federais no Brasil.** nº 21. Brasília: IPEA, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11636>>. Acesso em: 10 janeiro. 2022.

LANCELLOTTI, Julio. A população e a rua. **O Arcanjo**, 2020 Disponível em: <<https://www.oarcanjo.net/site/a-populacao-e-a-rua/>>. Acesso em: 05 de fevereiro. 2022.

ANEXOS

Anexo A

DECRETO Nº 7.053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua, a ser implementada de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos previstos neste Decreto.

Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Art. 2º A Política Nacional para a População em Situação de Rua será implementada de forma descentralizada e articulada entre a União e os demais entes federativos que a ela aderirem por meio de instrumento próprio.

Parágrafo único. O instrumento de adesão definirá as atribuições e as responsabilidades a serem compartilhadas.

Art. 3º Os entes da Federação que aderirem à Política Nacional para a População em Situação de Rua deverão instituir comitês gestores intersetoriais, integrados por representantes das áreas relacionadas ao atendimento da população em situação de rua, com a participação de fóruns, movimentos e entidades representativas desse segmento da população.

Art. 4º O Poder Executivo Federal poderá firmar convênios com entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos, para o desenvolvimento e a execução de projetos que beneficiem a população em situação de rua e estejam de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos que orientam a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Art. 5º São princípios da Política Nacional para a População em Situação de Rua, além da igualdade e equidade:

I - respeito à dignidade da pessoa humana;

II - direito à convivência familiar e comunitária;

III - valorização e respeito à vida e à cidadania;

IV - atendimento humanizado e universalizado; e

V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

Art. 6º São diretrizes da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

I - promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais;

II - responsabilidade do poder público pela sua elaboração e financiamento;

III - articulação das políticas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal;

IV - integração das políticas públicas em cada nível de governo;

V - integração dos esforços do poder público e da sociedade civil para sua execução;

VI - participação da sociedade civil, por meio de entidades, fóruns e organizações da população em situação de rua, na elaboração, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;

VII - incentivo e apoio à organização da população em situação de rua e à sua participação nas diversas instâncias de formulação, controle social, monitoramento e avaliação das políticas públicas;

VIII - respeito às singularidades de cada território e ao aproveitamento das potencialidades e recursos locais e regionais na elaboração, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;

IX - implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito, e de capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional; e

X - democratização do acesso e fruição dos espaços e serviços públicos.

Art. 7º São objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

I - assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda;

II - garantir a formação e capacitação permanente de profissionais e gestores para atuação no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, transversais e intergovernamentais direcionadas às pessoas em situação de rua;

III - instituir a contagem oficial da população em situação de rua;

IV - produzir, sistematizar e disseminar dados e indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a rede existente de cobertura de serviços públicos à população em situação de rua;

V - desenvolver ações educativas permanentes que contribuam para a formação de cultura de respeito, ética e

solidariedade entre a população em situação de rua e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos;

VI - incentivar a pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional, nas diversas áreas do conhecimento;

VII - implantar centros de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua;

VIII - incentivar a criação, divulgação e disponibilização de canais de comunicação para o recebimento de denúncias de violência contra a população em situação de rua, bem como de sugestões para o aperfeiçoamento e melhoria das políticas públicas voltadas para este segmento;

IX - proporcionar o acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, na forma da legislação específica;

X - criar meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde para qualificar a oferta de serviços;

XI - adotar padrão básico de qualidade, segurança e conforto na estruturação e reestruturação dos serviços de acolhimento temporários, de acordo com o disposto no art. 8º;

XII - implementar centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social;

XIII - implementar ações de segurança alimentar e nutricional suficientes para proporcionar acesso permanente à alimentação pela população em situação de rua à alimentação, com qualidade; e

XIV - disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho.

Art. 8º O padrão básico de qualidade, segurança e conforto da rede de acolhimento temporário deverá observar limite de capacidade, regras de funcionamento e convivência, acessibilidade, salubridade e distribuição geográfica das unidades de acolhimento nas áreas urbanas, respeitado o direito de permanência da população em situação de rua, preferencialmente nas cidades ou nos centros urbanos.

§ 1º Os serviços de acolhimento temporário serão regulamentados nacionalmente pelas instâncias de pactuação e deliberação do Sistema Único de Assistência Social.

§ 2º A estruturação e reestruturação de serviços de acolhimento devem ter como referência a necessidade de cada Município, considerando-se os dados das pesquisas de contagem da população em situação de rua.

§ 3º Cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social, fomentar e promover a reestruturação e a ampliação da rede de acolhimento a partir da transferência de recursos aos Municípios, Estados e Distrito Federal.

§ 4º A rede de acolhimento temporário existente deve ser reestruturada e ampliada para incentivar sua utilização pelas pessoas em situação de rua, inclusive pela sua articulação com programas de moradia popular promovidos pelos Governos Federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

~~Art. 9º Fica instituído o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, integrado por representantes da sociedade civil e por um representante e respectivo suplente de cada órgão a seguir descrito:~~ (Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)

~~I – Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, que o coordenará;~~ (Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)

~~II – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;~~ (Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)

~~III – Ministério da Justiça;~~ (Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)

~~IV – Ministério da Saúde;~~ (Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)

~~V – Ministério da Educação;~~ (Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)

~~VI – Ministério das Cidades;~~ (Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)

~~VII – Ministério do Trabalho e Emprego;~~ (Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)

~~VIII – Ministério dos Esportes; e~~ (Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)

~~IX – Ministério da Cultura.~~ (Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)

~~§ 1º A sociedade civil terá nove representantes, titulares e suplentes, sendo cinco de organizações de âmbito nacional da população em situação de rua e quatro de entidades que tenham como finalidade o trabalho com a população em situação de rua.~~ (Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)

~~§ 2º Os membros do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua serão indicados pelos titulares dos órgãos e entidades as quais representam e designados pelo Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.~~ (Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)

~~Art. 10. O Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua terá as seguintes atribuições:~~ (Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)

~~I – elaborar planos de ação periódicos com o detalhamento das estratégias de implementação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, especialmente quanto às metas, objetivos e responsabilidades, considerando~~

~~as propostas elaboradas pelo Grupo de Trabalho Interministerial instituído pelo Decreto de 25 de outubro de 2006;~~
(Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)

~~II — acompanhar e monitorar o desenvolvimento da Política Nacional para a População em Situação de Rua;~~
(Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)

~~III — desenvolver, em conjunto com os órgãos federais competentes, indicadores para o monitoramento e avaliação das ações da Política Nacional para a População em Situação de Rua;~~
(Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)

~~IV — propor medidas que assegurem a articulação intersetorial das políticas públicas federais para o atendimento da população em situação de rua;~~
(Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)

~~V — propor formas e mecanismos para a divulgação da Política Nacional para a População em Situação de Rua;~~
(Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)

~~VI — instituir grupos de trabalho temáticos, em especial para discutir as desvantagens sociais a que a população em situação de rua foi submetida historicamente no Brasil e analisar formas para sua inclusão e compensação social;~~
(Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)

~~VII — acompanhar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na implementação da Política Nacional da População em Situação de Rua, em âmbito local;~~
(Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)

~~VIII — organizar, periodicamente, encontros nacionais para avaliar e formular ações para a consolidação da Política Nacional para a População em Situação de Rua; e~~
(Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)

~~IX — deliberar sobre a forma de condução dos seus trabalhos.~~
(Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)

~~Art. 11. O Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua poderá convidar gestores, especialistas e representantes da população em situação de rua para participar de suas atividades.~~
(Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)

~~Art. 12. A participação no Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.~~
(Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)

~~Art. 13. A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE e a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA prestarão o apoio necessário ao Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, no âmbito de suas respectivas competências.~~
(Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)

~~Art. 14. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República dará apoio técnico-administrativo e fornecerá os meios necessários à execução dos trabalhos do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua.~~
(Revogado pelo Decreto nº 9.894, de 2019)

Art. 15. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República instituirá o Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua, destinado a promover e defender seus direitos, com as seguintes atribuições:

I - divulgar e incentivar a criação de serviços, programas e canais de comunicação para denúncias de maus tratos e para o recebimento de sugestões para políticas voltadas à população em situação de rua, garantido o anonimato dos denunciante;

II - apoiar a criação de centros de defesa dos direitos humanos para população em situação de rua, em âmbito local;

III - produzir e divulgar conhecimentos sobre o tema da população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional nas diversas áreas;

IV - divulgar indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a população em situação de rua para subsidiar as políticas públicas; e

V - pesquisar e acompanhar os processos instaurados, as decisões e as punições aplicadas aos acusados de crimes contra a população em situação de rua.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de dezembro de 2009; 188º da Independência e 121º da República

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Tarso Genro

Fernando Haddad

André Peixoto Figueiredo Lima

José Gomes Temporão

Patrus Ananias

João Luiz Silva Ferreira

Orlando Silva de Jesus Júnior

Márcio Fortes de Almeida

Dilma Rousseff

Este texto não substitui o publicado no DOU de 24.12.2009

Anexo B



UFG - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Outras Escritas Urbanas: O (In)visível Como Observador.

Pesquisador: RAFAEL TAVARES DOS SANTOS ALMEIDA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 54807621.9.0000.5083

Instituição Proponente: Universidade Federal de Goiás - UFG

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.354.508

Apresentação do Projeto:

Título da pesquisa: Outras Escritas Urbanas: O (In)visível Como Observador. Pesquisador Responsável: RAFAEL TAVARES DOS SANTOS ALMEIDA. Encontra-se instruída com termo de compromisso, modelo de TCLE, projeto, Informações básicas, instrumento de coleta de dados (diário de campo), folha de rosto, cronograma e orçamento.

Objetivo da Pesquisa:

Investigar as conexões que os invisíveis sociais fazem em relação à cidade de Goiânia e seus elementos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Constam em Informações Básicas. Riscos: - Invasão de privacidade;- Responder a questões sensíveis, tais como atos ilegais, violência, sexualidade;- Revitimizar e perder o autocontrole e a integridade ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados;- Discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado;- Tomar o tempo do sujeito ao responder ao questionário/entrevista.- Considerar riscos relacionados à divulgação de imagem, quando houver filmagens ou registros fotográficos. Benefícios: desenvolver conhecimentos acerca da inserção/exclusão dos invisíveis sociais; Oferecer um espaço de escuta como auxílio em suas percepções e elaborações simbólicas necessárias; Contribuir para melhoria de políticas públicas relativas à inserção dessas pessoas.

Endereço: Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2, sala 110

Bairro: Campus Samambaia, UFG

CEP: 74.690-970

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3521-1215

E-mail: cep.prpi@ufg.br



UFG - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS



Continuação do Parecer: 5.354.508

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa de campo, como estudo de caso e pesquisa etnometodológica. O projeto pretende se desenvolver em quatro fases: a primeira que abarca a pesquisa bibliográfica, cuja execução compreende o levantamento de referenciais teóricos já publicados, seja por meios escritos ou eletrônicos; a segunda consistirá em momentos de escuta dos invisíveis sociais, com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social (SDHS) através do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) e das casas de acolhimento, também com as Cooperativas dos Catadores de Materiais Recicláveis e Organizações Não Governamentais (ONGs) como o Comitê Goiano de Direitos Humanos 'Dom Tomás Balduino' e movimentos sociais. Os atendimentos das pessoas em situação de rua poderão ser gravados e serão registrados de formas parciais ou transcritos no diário de campo. Para cada pessoas em situação de rua participante da pesquisa, o pesquisador terá um diário de campo a partir do qual será construído o caso a ser analisado. Amostra será de 9 pessoas em situação de rua, com quem o pesquisador criará um espaço de escuta como auxílio em suas percepções e elaborações simbólicas necessárias. Entrevistas serão realizadas de maio a dezembro de 2022.

O recrutamento será feito por abordagem direta, de forma aleatória a partir de aproximações acidentais, as quais os participantes estejam dispostos a serem entrevistados, nesse sentido, as entidades serviriam apenas como uma forma de acompanhamento para a seleção, sem a utilização de uma coleta de dados prévia efetuada por eles. As entidades citadas, que podem intermediar as abordagens aos participantes, pediram um documento do Comitê de Ética para poderem dar anuência à pesquisa, sendo assim, o pesquisador se compromete a encaminhar a anuência das entidades assim que as possuir após a liberação da pesquisa pelo Comitê de Ética, caso a anuência, ainda assim, não for concedidas pelas entidades o pesquisador fará a pesquisa sem as entidades.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Atendendo à pendência, o TCLE apresentado foi reelaborado em linguagem clara e adequada à condição de letramento dos participantes, para que sejam esclarecidos dos benefícios, riscos, forma de participação, garantias e esclarecimentos quanto à sua participação.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O presente protocolo encontra-se em consonância com a Resolução CNS 510/2016.

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UFG considera o presente protocolo

Endereço: Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2, sala 110

Bairro: Campus Samambaia, UFG

CEP: 74.690-970

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3521-1215

E-mail: cep.prpi@ufg.br



UFG - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS



Continuação do Parecer: 5.354.508

APROVADO. O mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado, e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar ao CEP-UFG o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS n. 466/12 e Resolução CNS n. 510/16. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa, previsto para março de 2023.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1854884.pdf	05/04/2022 11:19:35		Aceito
Outros	Carta_Resposta_Pendencias.pdf	05/04/2022 11:19:10	RAFAEL TAVARES DOS SANTOS ALMEIDA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_2_Outras_Escritas_Urbanas.doc	05/04/2022 11:15:09	RAFAEL TAVARES DOS SANTOS ALMEIDA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Outras_Escritas_Urbanas.doc	29/03/2022 13:12:58	RAFAEL TAVARES DOS SANTOS ALMEIDA	Aceito
Outros	Carta_Resposta_Pendencias_Outras_Escritas_Urbanas.pdf	22/02/2022 09:59:27	RAFAEL TAVARES DOS SANTOS ALMEIDA	Aceito
Outros	Termo_Compromisso_Outras_Escritas_Urbanas.docx	06/12/2021 22:50:27	RAFAEL TAVARES DOS SANTOS ALMEIDA	Aceito
Outros	Instrumento_coleta_dados_Outras_Escritas_Urbanas.doc	06/12/2021 22:41:32	RAFAEL TAVARES DOS SANTOS ALMEIDA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Mestrado_Outras_Escritas_Urbanas.docx	06/12/2021 20:20:43	RAFAEL TAVARES DOS SANTOS ALMEIDA	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto_Outras_Escritas_Urbanas.pdf	24/11/2021 10:43:01	RAFAEL TAVARES DOS SANTOS ALMEIDA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2, sala 110
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br



UFG - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS



Continuação do Parecer: 5.354.508

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GOIANIA, 18 de Abril de 2022

Assinado por:
Rosana de Moraes Borges Marques
(Coordenador(a))

Endereço: Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2, sala 110

Bairro: Campus Samambaia, UFG

CEP: 74.690-970

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3521-1215

E-mail: cep.prpi@ufg.br

APÉNDICE

Apêndice A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), sem nenhum tipo de envolvimento financeiro, da pesquisa chamada “Outras Escritas Urbanas: O (In)visível Como Observador”. Meu nome é Rafael Tavares dos Santos Almeida, sou o pesquisador responsável e trabalho com Arquitetura e Urbanismo. Depois que eu te explicar a pesquisa e tirar qualquer dúvida que você tenha, se você aceitar fazer parte do estudo por favor assine ao final deste documento, que está impresso em duas cópias, sendo que uma delas é sua e a outra ficará comigo. Esclareço que em caso você não queira participar, em qualquer momento da pesquisa, você não será penalizado(a) ou punido de nenhuma forma. Se você aceitar participar, qualquer dúvida poderá ser explicada por mim, pelo e-mail xxxxxx@xxxxx.xxx.xx e pelo seguinte telefone: (XX) XXXX-XXXX, que você poderá ligar a cobrar. Se você mesmo assim ainda tiver dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás (CEP-UFG), pelo telefone (XX)XXX-XXXX, que é a responsável por explicar qualquer dúvida relacionada à pesquisa. O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás é independente e público, e foi criado para proteger o bem-estar dos/das participantes da pesquisa, em sua integridade e dignidade, para que as pesquisas estejam dentro dos padrões éticos atuais.

Esta pesquisa tem como objetivo geral entender quais relações os chamados “invisíveis sociais” tem com a cidade. Você será entrevistado e isto deve durar 50 (cinquenta) minutos duas vezes por mês, as datas das entrevistas serão combinadas com você, essas entrevistas servirão para um melhor entendimento da cidade e das maneiras como as pessoas moram e vivem dentro dela.

Você pode se retirar ou deixar de participar da pesquisa a qualquer momento e sem nenhum prejuízo. Você tem o direito de não responder a qualquer pergunta caso se sinta de alguma forma incomodado, ou entender que a pergunta pode te prejudicar de alguma forma ou ainda por qualquer outro motivo que não precisa nem explicar. Você tem direito ao ressarcimento das despesas decorrentes da cooperação com a pesquisa, inclusive transporte, alimentação e ligações para o pesquisador a cobrar, se for o caso.

Se você quiser, seu nome não será divulgado, e garantimos segredo, privacidade e o anonimato. As informações desta pesquisa serão secretas e os resultados anonimizados serão divulgados apenas em eventos ou publicações científicas.

Essa pesquisa talvez poderá tratar de questões sensíveis, como por exemplo: algum ato ilegal, violência sofrida, ou sexualidade; pode despertar sentimentos sobre histórias que você guarda e não queira contar; pode gerar discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; pode também tomar seu tempo ao responder a entrevista; a divulgação de fotografias e imagens (quando consentidas) podem gerar invasão de sua privacidade (reflita se há algum riscos para você com a divulgação de sua imagem, filmagens ou registros fotográficos).

Nós trabalharemos para que esses riscos sejam minimizados e/ou não causados, garantindo: que você poderá ver todos os resultados; buscaremos diminuir qualquer desconforto e um local reservado; você terá liberdade para não responder qualquer uma das questões por qualquer motivo; asseguraremos a confidencialidade e a privacidade, a proteção da sua imagem e evitar qualquer situação que possa levar à sua estigmatização, garantindo que não utilizaremos destas informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico – financeiro; garantimos que sempre respeitaremos os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes; garantimos que nas pesquisas buscaremos trazer benefícios para as comunidades envolvidas, sempre que possível, mesmo depois de sua conclusão. Em caso de danos, você tem o direito de pleitear indenização, conforme previsto em Lei.

Esta pesquisa trabalha com a ideia de que a vida de um cidadão que não é visto pela sociedade (assim um invisível social) acaba por fazer ele conhecer uma realidade social desconhecida pela maioria das pessoas. Assim, ele tem um tipo especial de conhecimento da cidade, porque ele vive e conhece um dia-dia secreto da cidade. Com isso podemos ajudar a criar políticas públicas que trabalhem com a desigualdade social e problemas da cidade.

Durante todo o período da pesquisa e na divulgação dos resultados, sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de alguma forma, te identificar, será mantido em sigilo. Todo material ficará sob minha guarda por um período mínimo de cinco anos. Para condução da entrevista, precisamos do seu consentimento para utilização de um gravador, faça um sinal ou rubrica entre os parênteses da opção que você escolhe:

- () Permito a utilização de gravador durante a entrevista.
- () Não permito a utilização de gravador durante a entrevista.

Depois, as gravações serão escritas em um texto e analisadas, e você tem o direito de ler e aprovar as transcrições se quiser. Pode haver necessidade de utilizarmos sua voz em publicações. Faça um sinal ou rubrica entre os parênteses da opção que você escolhe:

- () Autorizo o uso de minha voz em publicações.
- () Não autorizo o uso de minha voz em publicações.

Pode haver também a necessidade de utilizarmos sua opinião em publicações, faça um sinal ou rubrica entre os parênteses da opção que você escolhe:

- () Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.
- () Não Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.

Pode haver também a necessidade de utilizarmos sua imagem em publicações, faça um sinal ou rubrica entre os parênteses da opção que você escolhe:

- () Permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.
- () Não Permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.

Pode haver necessidade de informações coletadas em pesquisas futuras, desde que seja feita nova avaliação pelo CEP/UFG. Assim, solicito a sua autorização, marcando a sua decisão com um sinal ou rubrica entre os parênteses abaixo:

- () Permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.
- () Não Permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.

Declaro que os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não.

1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu,, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “Outras Escritas Urbanas: O (In)visível Como Observador”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo (a) pesquisador responsável **Rafael Tavares dos Santos Almeida** sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Goiânia, de de

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável

Testemunha 1

Testemunha 2